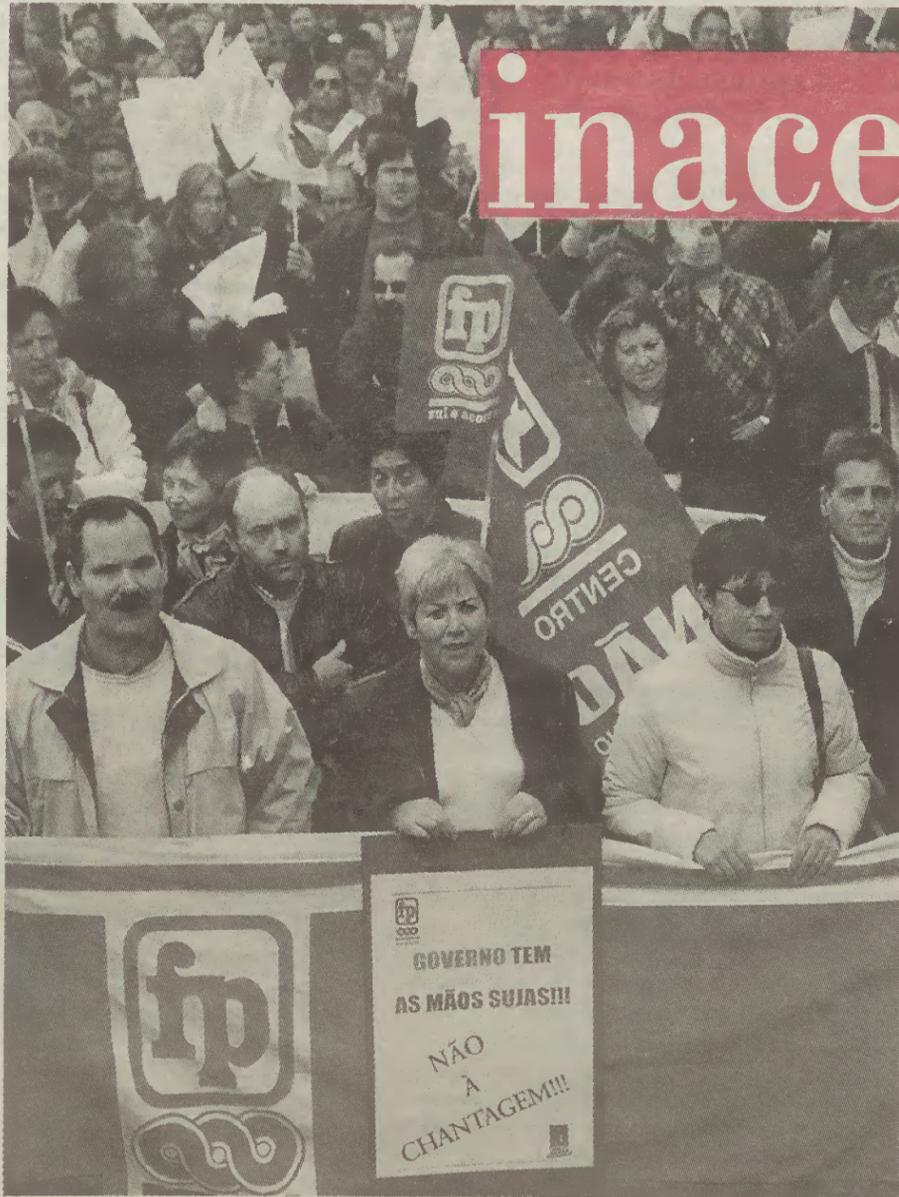


Avante!

«Declaração de guerra do Governo PS aos trabalhadores»

Cortes salariais



inaceitáveis

Comentando o anunciado «programa de reforma da despesa pública», o Comité Central do PCP, reunido na passada segunda-feira, considerou que se trata de «uma verdadeira declaração de guerra do Governo do PS aos trabalhadores, à qual estes não podem ficar indiferentes e, legitimamente, responderão com determinação».

Págs. 5, 6 e 7

Doenças de comportamento alimentar

A ditadura do corpo

Cada vez mais a beleza é associada à magreza. Doenças como a anorexia e a bulimia têm crescido nos últimos tempos. Entrevistas onde se fala de dietas e de corpos perfeitos. E doentes. **Centrais**



O peso da Máfia na UE Crime prefere o dólar

Economistas alemães afirmam que a desvalorização do Euro se deve à opção pelo dólar por parte das organizações mafiosas da Europa de Leste. Por seu lado, a Máfia pesa 16% na economia da União Europeia.

Pág. 20

De novo em coligação Amar Lisboa

Os actuais presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Lisboa, João Soares, do PS, e João Amaral, do PCP, apresentam-se de novo na capital, encabeçando as listas da coligação *Amar Lisboa*.

Pág. 11

Jugoslávia Milosevic

Para garantir uma ajuda de mil e 200 milhões de dólares o governo jugoslavo aprovou no sábado um decreto que abre a porta à extradição de Milosevic para Haia.

Pág. 22

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000\$00 25 números: 4 600\$00
EUROPA	50 números: 23 000\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Agentes da PSP marcham por sindicato

Resumo

20 Quarta-feira

Os advogados de defesa de José Braga Gonçalves, o principal arguido do caso da Universidade Moderna, solicitam as certidões do processo para intentar o recurso para a Relação de Lisboa da prisão preventiva ordenada pela juíza de instrução • A equipa económica da coligação do ex-rei búlgaro Simeão II, pede ao governo para suspender «os processos de privatização em curso», e promete criar um novo programa • José Bové, arauto francês da luta anti-globalização e sindicalista agrícola, é detido pelo exército israelita na Cisjordânia • Mais de oito mil pessoas estiveram presentes no funeral da bebé portuguesa de 16 meses encontrada morta na Suíça.

21 Quinta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, considera que as contas relativas ao défice da saúde e das Regiões Autónomas não justificam «o descalabro» que conduziu ao orçamento rectificativo anunciado por Pina Moura • O presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, apresenta a sua candidatura a mais um mandato integrado na coligação «Amar Lisboa»; o candidato à Assembleia Municipal é João Amaral, do PCP • Bagdad insiste em denunciar como «crime» a morte de 23 civis por um bombardeamento britânico-americano • A última grande lenda viva dos blues, John Lee Hooker, morre, aos 83 anos quando dormia na sua casa em São Francisco.

22 Sexta-feira

O PCP acusa o Governo de propor um «modelo draconiano de redução da despesa pública» que vai incidir sobretudo sobre os trabalhadores da função pública • A trégua entre as forças governamentais da Macedónia e os separatistas albaneses é quebrada pelo exército de Skopje, ao lançar uma ofensiva contra a cidade de Aracínovo • Doze polícias ficam feridos em Belfast em novos distúrbios entre grupos rivais de jovens protestantes e católicos • O Partido da Virtude, o maior partido da oposição turca, é banido pelo Supremo Tribunal de Ancara, que o considera um foco de «actividades islâmicas e anti-seculares».

23 Sábado

A Federação Nacional dos Médicos aprova uma resolução em que contesta o programa de reforma da despesa pública e ameaça tomar medidas, incluindo uma nova greve dos profissionais de Saúde • As autoridades de Manila anunciam ter descoberto os corpos decapitados de

dois filipinos sequestrados no início do mês pelos rebeldes Abu Sayyaf • O argelino Mohamed Bensakhria, um dos terroristas islâmicos mais procurados na Europa e nos EUA é detido em Alicante, Espanha • O escritor brasileiro Jorge Amado, 89 anos, dá entrada no Hospital Aliança, em Salvador, Baía, devido a problemas cardíacos.

24 Domingo

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, sugere em Beja que o Governo e o governador do Banco de Portugal «dêem o exemplo» e reduzam os seus salários, face ao o programa de reforma da despesa pública • Cerca de 20 mil pessoas participam em Barcelona numa manifestação contra a globalização e as políticas económicas neoliberais • O Partido Socialista, no poder, é o grande favorito nas eleições legislativas na Albânia • O ex-assessor peruano, Vladimiro Montesinhos, é detido em Caracas pelas autoridades venezuelanas, acusado de corrupção e fugido à justiça em Outubro de 2000.

25 Segunda-feira

Reúne o Comité Central do PCP • Os trabalhadores da recolha de lixo da Câmara Municipal da Amadora iniciam uma greve de quatro dias contra a falta de pessoal no sector e o «estado de degradação» dos serviços • Os dois portugueses sequestrados pela FLEC/FAC desde Maio são libertados • O advogado do ex-presidente jugoslavo disse que o seu cliente, Slobodan Milosevic, considera que o decreto governamental que oficializa as relações entre Belgrado e o Tribunal Penal Internacional e que abre caminho à extradição de Milosevic para Haia é anticonstitucional • Um alto representante para a Política Externa e Segurança Comum da União Europeia garante o acordo de cessar-fogo em Aracínovo, região próxima da capital macedónica.

26 Terça-feira

Milhares polícias de todo o país manifestam-se frente à Assembleia da República para reivindicar um sindicato para a PSP • O PS chumba, na Assembleia da República, um projecto lei do PCP que visava passar os acidentes e doenças profissionais das seguradoras privadas para a Segurança Social • Portugal é condenado pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias por aplicar taxas aeroportuárias aos passageiros de acordo com o destino do voo • O ex-senador americano George Mitchell recomenda a George W. Bush que receba na Casa Branca o chefe da OLP, Yasser Arafat, para consolidar as tréguas.

Aconteceu

Contra a pena de morte

O primeiro Congresso Mundial Contra a Pena de Morte, que visa a abolição universal desta punição, a decorrer em Estrasburgo, dirigiu duras críticas aos Estados Unidos, que realizaram recentemente duas execuções federais.

Oitenta e seis países mantêm e aplicam ainda a pena capital, essencialmente em África, Ásia e Médio Oriente.

Pelo menos 1457 detidos foram executados em 28 países o ano passado, tendo 3058 sido condenados à morte em 65 países, de acordo com dados da Amnistia Internacional. No pelotão da frente, a Arábia Saudita, a China, os Estados Unidos e o Irão concentram 88 por cento das execuções registadas em 2000. Na China foram executadas pelo menos mil pessoas.

Walter Schwimmer, secretário-geral do Conselho da Europa, sublinhou, no seu discurso de abertura, que se a pena de morte fosse um instrumento de luta contra a criminalidade, «os Estados Unidos seriam um país sem crime. O secretário-geral lançou ainda um «apelo à Turquia, à Rússia e à Arménia», três países membros do Conselho da Europa que aplicam moratórias, «para que suprimam oficialmente a pena de morte do seu código penal».

Michel Taube, o presidente da associação «Juntos contra a pena de morte», que esteve na origem do congresso, propôs que o dia 22 de Junho seja consagrado «o dia mundial contra a pena de morte» e dirigiu-se neste sentido ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Assinalando que «a imensa maioria dos condenados à morte é de origem modesta», Michel Taube lançou a ideia de uma «grande cadeia de advogados». «Convido os advogados do mundo inteiro a encarregarem-se da defesa dos novos condenados à morte nas prisões dos Estados Unidos», adiantou.

Os participantes no Congresso irão assinar um «apelo aos Estados para uma moratória mundial das execuções no caminho da abolição universal».

Perto de 75 países, essencialmente europeus e latino-americanos, aboliram a pena de morte para todos os crimes no passado dia 1 de Abril. Treze países suprimiram-na apenas no caso dos crimes de direito comum e outros 20 de facto.

Nos quinze países da União Europeia não existe a pena capital.

Solidariedade com guardas

Frente ao quartel-general da GNR, no Largo do Carmo, teve lugar sexta-feira uma vigília de solidariedade para com o presidente e um dirigente da zona sul da Associação dos Profissionais da Guarda, aos quais foram movidos processos disciplinares por declarações prestadas à comunicação social.

O secretário-geral da CGTP considerou que o comandante-geral da GNR «está a abusar das suas competências» ao instaurar proces-

sos que «não são disciplinares, mas sim de carácter político». Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa, sublinhou que as declarações de José Manageiro e José Alho foram profes-

ridas na qualidade de dirigentes associativos e acusou o ministro da Administração Interna de «dar cobertura a tudo isto».

O histórico dirigente da Associação Sócio-

-Profissional de Polícia, José Carreira, que integra também a comissão coordenadora permanente dos sindicatos e associações dos profissionais das forças e serviços de segurança, disse

que os processos têm «o objectivo claro de silenciar o movimento associativo na GNR e o objectivo mais lato de afrontar o direito associativo nas forças de segurança».

Na vigília, convocada pela Associação Sindical dos Funcionários de Instrução Criminal, discursaram também, entre outros, representantes da UGT, da ASFIC, da Associação Nacional de Sargentos e do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.



Sargentos protestam na rua

Por iniciativa da Associação Nacional de Sargentos (ANS) decorreu quinta-feira passada um «passeio nacional» em várias cidades do país, em protesto contra a ausência de resposta para os problemas da classe.

O protesto, segundo o documento da ANS, realizou-se «à semelhança do que foi feito em 1999», quando a principal questão residia na falta de resolução para problemas de natureza salarial, nomeadamente as distorções existentes entre os ramos.

A contestação visa directamente o Primeiro-Ministro, dado a ANS entender que as injustiças salariais (nomeadamente em relação a postos iguais na GNR) persistem por falta de verbas, o que, afir-

mam os sargentos das Forças Armadas, ultrapassa a capacidade de intervenção do ministro da Defesa, Castro Caldas.

A consagração de direitos de cidadania (no artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas) e a resolução de matérias ligadas à progressão na carreira, onde é exigido o fim à discriminação inter e intra-ramos, o não retrocesso funcional e a desvalorização profissional, são outros motivos que fundamentaram o «passeio nacional».

A participação nos debates em torno da revisão dos códigos de justiça militar e a atribuição de competências disciplinares à classe de sargentos também fazem parte da lista de exigências da ANS.

Sindicatos da Coreia do Sul anunciam greve

A Confederação de Sindicatos Sul-Coreanos (KCTU) anunciou a intenção de desencadear, no início de Julho, um movimento de greve nas principais indústrias exportadoras, nomeadamente na Hyundai Motor, Kia Motors e estaleiros navais da Daewoo.

A KCTU, que agrega 600 mil trabalhadores naqueles sectores-chave da indústria sul-coreana, vai apelar a uma paralisação a 5 de Julho, alguns dias antes de uma greve geral.

Dia 12 deste mês, uma greve paralisou a aviação civil sul-coreana, na sequência da recusa da companhia aérea KAL em reduzir para 10 por cento o número de pilotos estrangeiros em actividade até 2007.

Cerca de 50 mil trabalhadores de cerca de 120 unidades industriais fizeram greve no mesmo dia, reivindicando aumentos salariais, melhorias nas condições de trabalho e, principalmente, a suspensão da política de reestruturação económica iniciada pelo governo e que já causou milhares de despedimentos.



Crónica Internacional

Paz e guerra

• Jorge Cadima

A guerra chegou à Macedónia. «Mais uma guerra étnica nos Balcãs», dizem-nos. Mas estão a fazer pouco de nós. Durante anos garantiram que Milosevic era o responsável pelas guerras balcánicas. À força de bombas, sanções e dólares, Milosevic foi derrubado e preso. Mas a guerra segue agora para novas paragens.

Segue, por acção de quem? Do UÇK, descrito assim por um comentarista do *International Herald Tribune* (Steven Erlanger, 28.3.01): «Washington e os seus aliados ocidentais, através das agências secretas, fundaram, treinaram, armaram e lançaram o Exército de Libertação do Kosovo contra o Sr. Milosevic [...]. O Sr. Milosevic já lá não está. O Exército de Libertação do Kosovo permanece, e agora administra uma boa parte do Kosovo [...]. Washington e a NATO fizeram de contas que o UÇK se tinha dissolvido e desarmado, fechando os olhos aos esforços organizados para expulsar os não-albaneses do Kosovo, assassinar os políticos moderados albaneses, intimidar testemunhas e juízes e reconstruir e controlar actividades ilegais como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas. Altos funcionários internacionais no Kosovo reconhecem que antigos dirigentes do UÇK têm estado envolvidos em todas estas actividades».

Segue, pela mão de quem? Outro comentarista do *IHT* (William Pfaff, 17.3.01) esclarece: «Após a ocupação do Kosovo pela NATO, os Estados Unidos encorajaram os militantes do UÇK a instalarem-se na chamada zona-tampão, no Sul da Sérvia, zona de maioria albanesa, onde as forças armadas sérvias estavam proibidas de actuar. A guerrilha atacava a polícia sérvia [...]. Era-lhes fácil passar clandestinamente daí para a zona contígua, habitada por albaneses, da Macedónia [...].

Forças da NATO continuavam a treinar o UÇK



Ninguém os obstaculizava». O britânico *Sunday Times* (18.3.01) informa que «dois dos comandantes baseados no Kosovo e que estão a comandar a incursão albanesa [contra a Macedónia] foram treinados por ex-oficiais [...] britânicos». E a *BBC* (29.1.01) afirma que quatro meses após o derrube de Milosevic, forças da NATO continuavam a treinar o UÇK.

Os governos da UE, e mesmo dos EUA, multiplicam declarações oficiais de apoio ao governo da Macedónia e dizem-se empenhados em travar o UÇK. Mas o «diplomata norte-americano Robert Frowick [...] estabeleceu laços entre os partidos políticos macedónios da etnia albanesa e o UÇK», tendo a sua iniciativa «sido culpada em parte pela recente escalada de ataques militares» (*Financial Times*, 27.5.01). E esse outro famigerado «diplomata», William Walker, que foi embaixador dos EUA em El Salvador no tempo dos esquadrões da morte, e chefe da missão da OSCE no Kosovo nas vésperas da agressão da NATO, escreve (*IHT*, 8.6.01) que qualquer negociação está condenada «se a comunidade internacional continuar a rejeitar qualquer contacto com o UÇK. Quem está de fora teme que o diálogo com o UÇK possa de alguma forma 'legitimar' um grupo violento, como se o UÇK, com a sua causa, o seu apoio popular e as suas armas precisasse de uma tal legitimação». A duplicidade é evidente, e com ela se compreende o arrastamento e escalada de uma situação que todos dizem condenar, mas que tem a sua origem num Kosovo sob a ocupação de 40 000 soldados da NATO, e que atinge uma Macedónia onde também estão 3000 soldados da NATO.

As guerras balcánicas prosseguem, porque os «senhores da guerra» não estão presos em Belgrado, mas instalados no poder em Washington, Berlim, Londres, Bruxelas. A planear a militarização do Espaço, o enterro dos tratados de limitação de armas nucleares e biológicas, a expansão da NATO até as fronteiras da Rússia, a militarização da Europa («precisamos duma Europa que seja capaz de intervir nos conflitos internacionais [...] precisamos duma força militar» diz Mário Soares, *El País*, 17.6.01). Estão a preparar as próximas guerras, no Golfo, nos Balcãs ou noutras paragens mais orientais. Mas talvez já estejam também a lutar entre si pelo controlo dos oleodutos e gasodutos que deverão transportar, através dos Balcãs, as riquezas energéticas da Ásia Central para a Europa. Em tempo de crise, as rivalidades crescentes entre EUA e UE, e no seio destes dois pólos imperiais, podem estar já a ser disputadas com o sangue dos povos balcánicos. Não seria a primeira vez. A agressão e a guerra sempre fizeram parte da própria essência do imperialismo.

Editorial

A QUESTÃO ESSENCIAL

Como uma bola de neve, o descrédito do Governo do PS rola, em velocidade crescente, pela tradicional rampa sem retorno. Como é também habitual, os que pretendem substituí-lo e continuar, no essencial, a mesma política – neste caso, o PSD e o PP – fingem que nada têm a ver com a situação criada e falam como se não tivessem subscrito e apoiado os eixos essenciais da política governativa. Complementarmente, procuram passar uma esponja sobre a memória da sua prática quando foram governo e assumem a clássica representação do papel de *salvadores da pátria*, de portadores de uma política nova carregada de milagrosas virtualidades. Trata-se de uma *reprise*, de um filme já visto nos seus contornos mais marcantes e no qual a preocupação maior dos respectivos figurantes se concentra, hoje como no passado, no objectivo de alimentar a velha, gasta e desacreditada alternância entre o PS e o PSD, com vis-

«competitividade» das empresas numa prática de trabalho precário e de baixos salários – e é nesta política que residem as razões essenciais da situação actual.

Orçamento Rectificativo que amanhã será votado na Assembleia da República e o anunciado Programa de Reforma da Despesa Pública espelham de forma clara a natureza de classe da política do Governo do PS. No primeiro caso, é significativo que 52% dos 150 milhões de contos de cortes orçamentais decididos pelo Governo incidam sobre as áreas sociais – educação, segurança e acção sociais, habitação, serviços colectivos. No segundo caso, é por de mais evidente que se trata de um atentado brutal aos trabalhadores da administração pública e, por arrasto, a todos os trabalhadores por conta de outrem, aos quais o Governo de António Guterres quer impor a redução efectiva dos salários reais. Tais medidas, respondendo a reclamações e pressões do grande capital – cujo poder foi consideravelmente reforçado pela política praticada pelo Governo – constituem uma autêntica declaração de guerra do Governo do PS aos trabalhadores. Tanto mais que, como sublinha o Comité Central do PCP, essas medidas vêm acompanhadas da vontade expressa pelo Governo de alterar a lei da contratação colectiva e a lei dos despedimentos, com vista a limitar a liberdade de negociação e a facilitar os despedimentos. Isto num quadro de crescente precariedade; de anúncios e tentativas de despedimentos em diversas empresas; de falta de combate ao trabalho clandestino e às formas ilegais de pagamento do trabalho; de desprezo absoluto pela tragédia dos acidentes de trabalho que, nos últimos dez anos, atingiram o número de dois milhões – desprezo em que o PS persiste, como deixou claro ao rejeitar, no Parlamento, o importante Projecto-Lei visando a revalorização das pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP. Servir os interesses do grande capital é, assim, a preocupação prioritária da política de direita, quer seja o PS quer seja o PSD a levá-la à prática.

Daí a importância de prosseguir e intensificar a luta pela conquista de uma política que sirva os interesses de quem trabalha e vive do seu trabalho. Com efeito, o combate ao objectivo alternante do PS e do PSD e pela construção de um caminho novo – traduzido na concretização de uma política de esquerda – apresenta-se, na situação actual, como a **questão essencial** para os trabalhadores e o povo português.

A disponibilidade de luta dos trabalhadores, visível nas múltiplas acções desenvolvidas nos últimos meses – e particularmente na Jornada de Luta de 7 de Junho, promovida pela CGTP-IN – constitui um sinal iniludível das possibilidades de dar a resposta necessária e correcta à *declaração de guerra* do Governo do PS e de transformar o descontentamento popular na ampla exigência de uma política de esquerda – cuja concretização passa, sempre e inevitavelmente, pelo reforço da influência social, eleitoral e política do PCP.

“Servir os interesses do grande capital é a preocupação prioritária da política de direita”

tas a assegurar a eternização da política de direita comum aos dois e que, nas suas várias versões, tão bem tem sabido defender os interesses dos grandes grupos económicos. Ou seja: como há sete anos atrás, todos cumprem com brio a representação que lhes está confiada, apenas trocando de papéis.

O acentuado e irreversível descrédito do Governo do PS decorre, essencialmente, do descontentamento que as consequências da política levada à prática gerou na maioria dos portugueses. Pretender situar as razões desse descrédito numa pretensa «viragem à esquerda» do Governo, constitui uma grosseira deturpação da realidade que, na situação concreta actual, se traduz numa bóia de salvação para a política de direita. Da mesma forma, tentar encontrar na política do Governo PS – ainda que recorrendo a uma forte lupa – razões de fundo justificativas do desagrado manifestado por alguns representantes do grande capital, afigura-se, no mínimo, pura perda de tempo – como o terá sido para quem, eventualmente, tenha procedido a semelhante busca quando alguns representantes do grande capital se manifestaram desagradados com o Governo do PSD.

Na verdade, e como incisivamente acentua o Comunicado do Comité Central do PCP, os governos do PS deram sequência plena à política dos governos do PSD, nomeadamente no que respeita ao processo de privatizações, à debilitação e subalternização de importantes sectores produtivos, ao benefício dos grandes grupos económicos e ao apoio à estratégia de sustentar a

Actual

Os tempos que vivemos

• José Casanova

Em 4 de Agosto de 1996, o *Washington Post* advertia: «Milosevic não percebeu a mensagem política da queda do Muro de Berlim. Outros políticos comunistas aceitaram o modelo ocidental e aproximaram-se do resto da Europa mas Milosevic foi noutra direcção» - e, cumprindo a missão de mensageiro das vontades imperiais dos EUA, o jornal verberava severamente «a determinação de Milosevic (...) em recusar as privatizações». Se se tiver em conta que, na década de 90, os governos de mais de 100 países privatizaram a maior parte das suas empresas públicas rentáveis e que na ex-URSS e nos restantes países do Leste foram privatizadas mais de 75 mil grandes e médias empresas e centenas de milhar de pequenas empresas - é fácil compreender que a prosa do *Washington Post* correspondia a uma declaração de guerra a Milosevic. E se dúvidas havia sobre isso, os acontecimentos posteriores pulverizaram-nas liminarmente...

No decorrer do processo, a cabeça de Milosevic foi posta a prêmio e oferecida choruda recompensa monetária a quem o entregasse vivo ou morto - à boa maneira yanque. O Governo da Jugoslávia, assumindo a postura de caçador de prémios, decidiu, agora, entregar o ex-presidente Milosevic ao *sheriff*: estamos, assim, em pleno *far west*.

Milosevic está preso na Jugoslávia, acusado de «abuso de poder e corrupção». E este facto coloca, desde logo, uma questão: se fossem presos todos os ex e actuais presidentes e chefes de governo do Mundo que recorre(ram) a práticas de abuso de poder e corrupção, quantos ficariam em liberdade?... Mas voltemos à matéria de primeiro, tanto mais que, como é óbvio, Milosevic já não será julgado em Belgrado mas sim no Tribunal Imperial de Haia. Antes disso será encerrado numa «prisão ultra-moderna de onde ninguém, até



agora, conseguiu fugir» e que, segundo afirmou «em tom jocoso, Carla del Ponte» - procuradora do TPI e autêntica *gauleiter* dos tempos actuais - «é melhor que a prisão de Belgrado».

Eis-nos, então, perante uma situação bem reveladora do conteúdo do conceito de democracia dominante: um governo cobarde, sem vergonha nem dignidade, a troco de um empréstimo de milhões, entrega o ex-presidente do seu país a um tribunal fantoche dominado pelo país mais poderoso do Mundo; a abjecta decisão é aplaudida pela União Europeia que a considera «uma medida positiva numa via de cooperação plena com o TPI»; e os mais brutais criminosos de guerra, os mais desumanos praticantes de crimes contra a humanidade, os responsáveis, directos ou indirectos, pela morte de milhões de pessoas, vão ser juizes de um réu acusado... de «crimes de guerra e contra a humanidade». São estes os tempos que vivemos.

Tempo esquecido?

• Vítor Dias

Se não estamos a sonhar acordados, quase que juramos pela nossa rica saúde que houve (e ainda há) um tempo em que o grande capital ganhou centenas e centenas de milhões de contos com as propositadas subavaliações das empresas públicas a privatizar.

E, nesse tempo, os que se tornaram multimilionários à custa do património e dos bens públicos não tinham tempo nem estavam ralados, por exemplo, com o sempre crescente e assustador défice da balança comercial nem com o sentido de responsabilidade, competência e vinculação ao interesse público dos governantes.

Houve um tempo em que centenas de milhões de contos da formação profissional serviam não tanto para uma real qualificação da mão-de-obra nacional mas para solidificar parasitismos e disfarçar incompetências de gestão.

E, nesse tempo, os que abichavam tanta maçaroca não tinham tempo para se preocuparem com a produtividade e a competitividade nacionais.

Houve um tempo em que, meros trocos, até duas desvalidas e muito necessitadas médias empresas que se davam (e dão) pelo nome de BPA e BCP recebiam um milhão de contos para formação profissional. E em que o Estado gastou muitos milhões de contos com a bonificação de juros de linhas de crédito concedidas a empresas agro-alimentares da propriedade de multinacionais e grandes

grupos económicos e financeiros, para ajudar ao desendividamento do sector agrícola.

E, nesse tempo, estes pobres e arruinados «agricultores» não tinham tempo para se ralarem com os níveis da despesa pública.

Houve um tempo - de 95 a 99 - em que os benefícios fiscais (com grossa fatia destinada à banca e à especulação financeira) passaram de 132,6 milhões de contos para quase 300 milhões. E em que o aumento nos benefícios fiscais em Operações Públicas de Venda (privatizações) foi de 2736,1%!

E, nesse tempo, estes grandes patriotas assim beneficiados, ocupados com aquele glorioso presente, não tinham tempo nem vocação para «pensar o futuro» de Portugal e, ocupados com a ambição das suas contas bancárias, não estavam nada

voltados para desenhar «uma ambição para Portugal».

Era o tempo em que, abrasados por uma tórrida paixão pelo grande capital e entretidos a proclamar que Portugal estava na moda, os dirigentes do PS, apesar de a praticarem devotadamente, ainda não tinham descoberto a problemática da subordinação do poder político ao poder económico e, muito menos, as pressões e conspirações dos senhores do dinheiro.

E é também por causa deste tempo que é preciso dizer aos protagonistas do parágrafo antecedente e aos protagonistas dos anteriores que nos larguem os bolsos e vão passar!



Tradições

• Anabela Fino

O ex-presidente da Junta Autónoma de Estradas informou há dias o País que em Portugal «não é tradição fiscalizar os pilares das pontes». Pouco tempo depois, o ministro das Finanças, Pina Moura, sem chegar à desarmante sinceridade do antigo responsável da JAE, confirmou que, se o País estivesse assente em estacas, há muito teria ido por água abaixo.

É tudo, parece, uma questão de tradição.

Não é tradição cá na terra os governos serem sérios, no que às contas do Estado diz respeito. Nem chega a ser defeito, é mais feito.

Por exemplo, não é tradição sermos bons a matemática, o que explica sem dúvida o facto de os nossos governantes quase nunca acertarem com os números, seja do PIB, da inflação ou dos impostos. O caso tem sem dúvida consequências gravosas para boa parte da população, mas isso não impediu Guterres

de ser primeiro-ministro nem Moura de passar de «cardeal» para a pasta das Finanças. O resultado não foi feliz? A seis meses de vigência do orçamento descobriu-se que ficaram 150 milhões de contos de impostos por cobrar? Haja imaginação.

Também não é tradição os portugueses ligarem a coisas destas, atarefados que andam sempre entre o mês que sobra e o salário que falta.

Não se estranhou por isso que antigos adversários, zurrizados no passado mais ou menos recente de incompetentes e incapazes, tenham sido promovidos a «comité de sábios» e chamados a opinar. E opinaram, ao que parece em nome do interesse nacional.

Parece que também não é tradição ser-se coerente, pelo menos no que a certos políticos diz respeito.

Aqui chegados, espante-se, registou-se um notável consenso entre os irmãos desavindos da família políti-

ca das finanças: corte-se nas despesas. Quais? Nem valia a pena perguntar. Nas despesas com os trabalhadores, pois então, a começar pela Função Pública para dar o exemplo. Afinal há tradições que não mudam: congelar os salários e cortar nas despesas sociais é a receita mais aplicada em todo o mundo; nem se percebe porque não consta do *Guinness*. Ora, como não é tradição Portugal andar contra a corrente...

Ainda por causa da tradição, os «sábios» - ou não o fossem - aconselharam que se metesse na gaveta alguns planos polémicos, e que não se fizessem ondas com mais valias que por aí andam livres de impostos. O capital, já se sabe, não tem tradição de custear crises. Mais depressa corta um dedo do que larga um anel.

É tudo uma questão de tradição. Da tradição deles, como é evidente.

Se não houvesse trabalhadores, a história acabaria aqui. Há quem não acredite neles, mas lá que existem, existem. E têm outras tradições.

Frases

“De concreto, até agora, este plano só tem uma coisa: a redução, geral e portanto cega, dos vencimentos dos trabalhadores. Não é o que se esperava de um Governo socialista”

(Luís Miguel Viana, Público, 23.06.01)

“[Aos empresários] o ainda ministro das Finanças serviu-lhes - e serviu-os - quando acumulava com a Economia e tinha dinheiro para distribuir (...) Agora, que é o tesoureiro da Fazenda Pública, o arrecadador da receita para o Estado, o ministro que se vê obrigado a defender a reforma fiscal - uns cinco anos atrasada num país há décadas mergulhado numa escandalosa ausência de equidade fiscal - é evidentemente descartável para os homens que medem os seus interesses (...) pelo tamanho das suas mais-valias. Pina Moura deixou de lhes ser útil”

(Eduardo Dâmaso, idem)

“Perdido o estado de graça, o «guterrismo» tornou-se autista e autofágico. Acossado por todos os lados, o Governo age sob pressão, vive de expedientes dilatatórios e caminha de sobressalto em sobressalto até ao trambolhão final”

(Alfredo Barroso, Expresso, 23.06.01)

“[Na política portuguesa] os políticos ganham as eleições com promessas e vivem em estado de graça durante uns tempos, pelo menos enquanto houver dinheiro para distribuir por uma classe empresarial que não responde às exigências de modernização do país e que passa a vida a pedir ao Estado. Depois, chega sempre a hora em que aparecem uns honoráveis cavalheiros a decretar o fim do prazo de validade dos governos (...) Chegam a agitar o espantinho conveniente da corrupção que insinuam existir - sabendo eles muito bem do que falam - mas nunca efectivamente a denunciaram (...) Foi assim com Cavaco Silva, está a ser assim com António Guterres”

(Eduardo Dâmaso, Público, 23.06.01)

“Como o «eanismo», o «guterrismo» acabou por se transformar num «bunker» de oportunistas sem destino”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 22.06.01)

“Para mal dos pecados de Guterres, que detesta sarilhos e adora os consensos, falsos ou verdadeiros, tanto faz, e é capaz de concordar com tudo e o seu contrário com a mesma cara que Deus lhe deu, os portugueses poderão ir de férias já com um novo Governo. Mais um da era socialista”

(António Ribeiro Ferreira, idem)

“O mal de Guterres foi pensar que poderia viver assim para sempre, sustentado nos dinheiros da Europa e das privatizações e confiado na popularidade de um ministro das Finanças cuja tarefa principal era distribuir sacos de dinheiros públicos pelos ricos”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 22.06.01)

“[Guterres e o PS perderam] sucessivas oportunidades - sugeridas pelos mais diversos sectores de opinião - de ensaiar uma convergência parlamentar à esquerda que, embora desagradando à direita, poderia ter consolidado o apoio do eleitorado natural do PS e dos partidos de esquerda. Assim, sem mobilização da esquerda, o PS abriu o flanco ao regresso dos partidos à sua direita (...) O que é pena, pois as prioridades do PSD e do PP não serão melhores para a maioria de nós”

(Manuel Villaverde Cabral, idem)

“O orçamento rectificativo foi imposto, não pela conjuntura económica, mas pela incompetência do Governo. E pela União Europeia”

(António Barreto, Público, 24.06.01)



Comunicado do Comité Central



Cortes nos salários são inaceitáveis

O Comité Central do PCP, que esteve reunido na passada segunda-feira, procedeu à análise dos principais aspectos da situação nacional e das tarefas do Partido, aprovando no final um comunicado que hoje transcrevemos na íntegra.

1. O Comité Central destaca como traços de maior relevo e consequências na actual situação política nacional:

- o anúncio pelo Governo, a pretexto de planos de contenção da despesa pública, de uma violenta ofensiva visando uma intolerável redução dos salários reais da função pública e da generalidade dos trabalhadores, satisfazendo assim, de forma vergonhosamente servil, as reclamações e pressões que o grande capital vinha formulando com crescente agressividade;

- o contínuo e crescente agravamento do desgaste, descrédito e erosão do Governo do PS com expressão na patente ampliação da desconfiança, hostilidade e descontentamento populares em relação à sua política e à sua acção;

- a acentuação da demagogia e hipocrisia do PSD e do PP que, procurando capitalizar o descontentamento com uma política do PS que é semelhante à que defendem, se esforçam por esconder a sua cumplicidade com eixos essenciais da política governativa e com opções concretas que apoiaram mas de cujas consequências se querem dissociar;

- a tomada de consciência da gravidade e significado de certos indicadores económicos (designadamente aumento da inflação e correlativa perda do poder de compra dos salários e pensões, do défice da balança comercial, do endividamento ao estrangeiro, etc.) que atestam, como o PCP há muito adverte, para a persistência de problemas estruturais da economia nacional a quem nem os Governos do PSD nem os do PS foram capazes de responder, obcecados como sempre estiveram em criar ilusões e endeusar êxitos conjunturais.

- o importante e combativo movimento de luta dos trabalhadores e de outras camadas sociais em defesa dos seus interesses e direitos (com justo destaque para a valorização dos salários) e que teve magnífica expressão na jornada de luta promovida pela CGTP-IN em 7 de Junho - e que constitui uma sólida expressão das energias que, no plano social, sustentam a crucial reclamação de uma política de esquerda.

2. A persistência dos Governos do PS em orientações fundamentais da política económica idênticas às que foram prosseguidas pelos anteriores Governos do PSD - nomeadamente no que respeita ao processo de privatizações, à debilitação e subalternização de importantes sectores produtivos, ao benefício dos grandes grupos económicos e ao apoio à estratégia de sustentar a «competitividade» das empresas numa prática de trabalho precário e baixos salários - é a razão essencial da actual degradação da situação económica do País, e que ameaça agravar-se no próximo futuro.

Essa degradação é espelhada por uma desaceleração do crescimento económico nacional maior do que a registada na generalidade dos restantes países da UE (o que mostra haver razões específicas nacionais que se somam à conjuntura externa), pelo contínuo e perigoso agravamento dos défices das balanças externas, pela persistente perda de quotas de mercado das nossas exportações e pelo grave e insustentável endividamento externo do País, das empresas e das famílias portuguesas.

A verdade é que, devido às políticas seguidas, permanecem há longos anos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa.

Apesar de se continuarem a gastar anualmente centenas de milhões de contos de fundos estruturais alegadamente para «modernizar» a economia portuguesa, esta continua a manter um fraco padrão de especialização produtiva, porque aqueles fundos não são, no essencial, canalizados para esse objectivo, antes têm servido basicamente para aumentar os lucros das empresas que a eles têm acesso.

Prolongam-se no tempo as insuficiências na gestão e organização das empresas e na inovação e modernização dos processos produtivos, obstáculos principais ao necessário aumento da produtividade da economia portuguesa.

É insofismável que os problemas centrais da economia portuguesa passam pela necessária melhoria da produtividade, indispensável para sustentar um crescimento económico duradouro com produções competitivas.

Mas isso não será conseguido enquanto não for assumido de forma clara que a política de baixos salários é contrária ao aumento da produtividade. Porque enquanto os empresários puderem contar com o factor trabalho a baixo preço não se sentem obrigados a ultrapassar aquelas insuficiências e a promover o efectivo aumento da produtividade.

É aqui, nestes desequilíbrios estruturais e nas suas causas reais, que reside o essencial dos problemas da economia nacional e a causa da degradação acelerada da situação económica. A que se soma ainda o crescente desvio de lucros obtidos na actividade económica para a actividade de especulação financeira nomeadamente bolsista.

O PCP considera uma intolerável desfaçatez, comprovativa do histórico egoísmo e parasitismo das classes dominantes nacionais, que sejam precisamente forças, círculos, personalidades e entidades ligadas ao grande capital e à especulação financeira que não querem pagar impostos a exigir uma política de gravosa contenção salarial, de redução das despesas sociais e de «aperto do cinto» para os trabalhadores e a população laboriosa que até aqui têm sido os principais e quase exclusivos pagadores de impostos.

3. No que respeita ao Orçamento Rectificativo agora apresentado, se é certo que a desastrosa política do Ministério da Saúde tem vindo a agravar problemas financeiros do SNS (visando em última análise criar condições subjectivas para avançar na sua privatização), não é menos verdade que, só por si, não justificaria seriamente a apresentação de um orçamento rectificativo neste momento, seis meses apenas após o início da execução orçamental.

Aliás a degradação financeira do SNS deve-se fundamentalmente ao aumento dos gastos com medicamentos, exames complementares e restante sector convencionado, áreas em que o Governo continua a não tomar medidas para o aproveitamento das capacidades existentes nos serviços públicos e para a racionalização dos gastos com medicamentos aumentando assim os lucros privados à custa do erário público.

O Comité Central considera, por outro lado, que é política e socialmente inaceitável que dos 150 milhões de contos de cortes orçamentais apresentados pelo Governo, mais de 52% incidam sobre as áreas sociais, particularmente na educação (18 milhões de contos), na segurança e acção sociais (36 milhões) e na habitação, e serviços colectivos (16 milhões). É paradigmático desta postura anti-social da proposta do Governo o corte orçamental de 11 milhões de contos nos orçamentos dos estabelecimentos do ensino superior público, que vem agravar as dificuldades financeiras já existentes, naqueles estabelecimentos de ensino.

Quanto ao anunciado «programa de reforma da despesa pública» trata-se de um programa draconiano contra os trabalhadores da administração pública que, por arrastamento, obviamente se pretenderá estender a todos os trabalhadores por conta de outrem. Se ele viesse a ser aplicado, assistiríamos, pelo menos até 2004, a uma efectiva e inapelável redução dos salários reais daqueles trabalhadores, o que o Comité Central do PCP considera inaceitável. Nada pode justificar essa redução dos salários reais. E não podem ser minimizados os perigos reais para os direitos dos trabalhadores implícitos na criação de uma «bolsa de emprego» (melhor se diria de desemprego) na Administração Pública, ou na imposição de «maior mobilidade» dos trabalhadores, na redução de despesas com a ADSE, e noutras medidas — como as referentes às carreiras — orientadas para lesar os trabalhadores da Administração Central e Local.

O Comité Central considera que este programa consubstancia, naquilo que nele é dominante e determinante, uma verdadeira declaração de guerra do Governo do PS aos trabalhadores, à qual estes não podem ficar indiferentes e, legitimamente, responderão com determinação.

O Comité Central chama ainda a atenção para a tentativa do Governo de interferir nas competências e autonomia das autarquias locais, quer no âmbito do seu endividamento, quer no da criação de empresas municipais e da respectiva actividade de investimento.

Sendo todas estas medidas justificadas pelo Governo, não por razões de natureza económica e muito menos social, mas devido ao «pacto de estabilidade» e aos critérios de Maastricht (a que PSD e PS sujeitaram o país), o Comité Central do PCP faz notar que o que um Governo que se orientasse por políticas de esquerda deveria fazer era precisamente pôr em causa aqueles critérios cegos que não têm minimamente em consideração os níveis económicos e sociais de cada país e os seus estádios de desenvolvimento. Exactamente o contrário do que pretende fazer o Governo do PS.

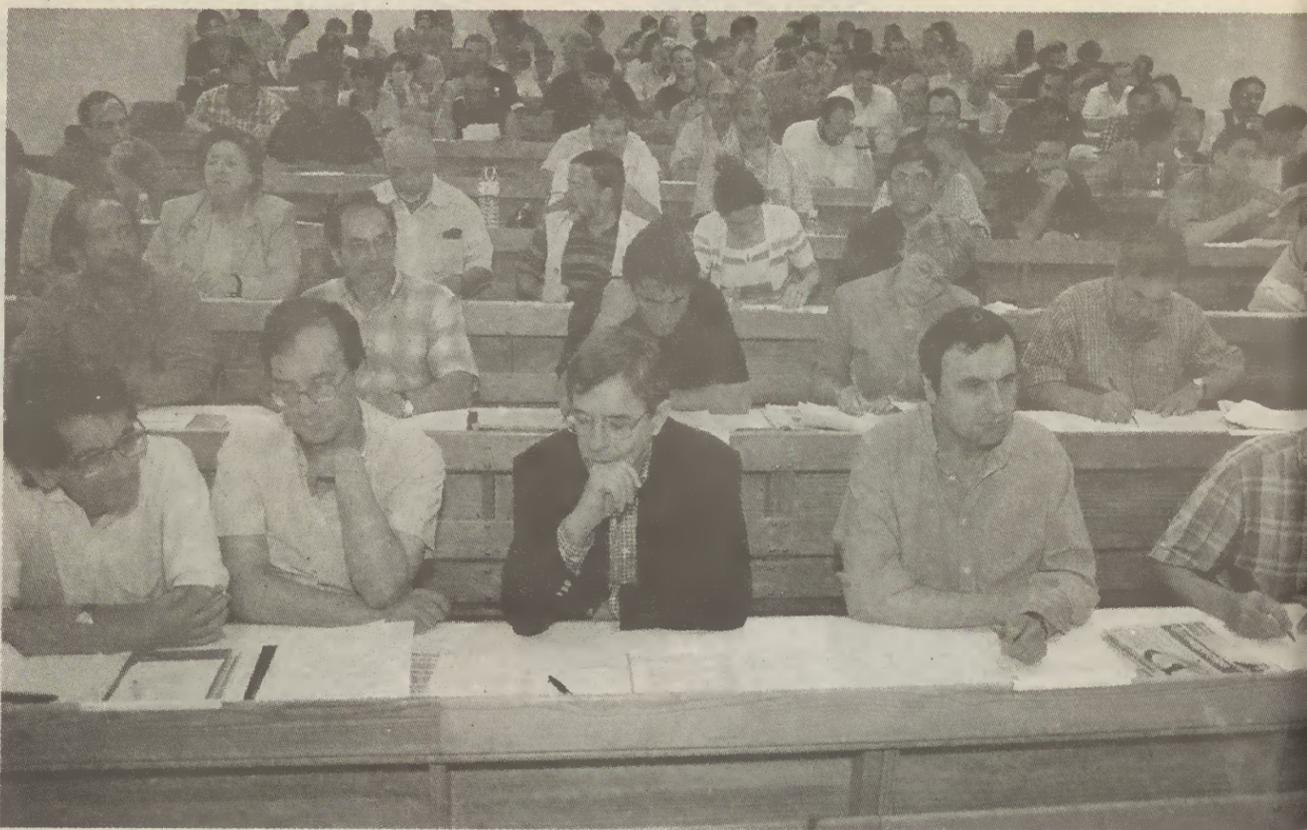
As orientações quer do Orçamento Rectificativo, quer do «Programa da Reforma da Despesa Pública» permitem legitimamente deixar adivinhar, desde já, o que poderá vir a ser a proposta do Orçamento de Estado para 2002, se até lá não se desencadear um forte movimento político e social que obrigue o Governo a recuar nas suas orientações de política cada vez mais viradas à direita.

4. O Governo PS, numa atitude de completa insensibilidade pela perda de poder de compra que infligiu aos trabalhadores e aos reformados quando adoptou, como referência para os aumentos salariais e das pensões, uma previsão de inflação de 2,8% que de antemão sabia não poder ser cumprida pois deverá ultrapassar os 4%, pretende impor agora uma nova e duradoura desvalorização das condições de vida dos trabalhadores e dos reformados numa orientação que desmascara definitivamente os discursos do Governo sobre a sua «sensibilidade social» e ilustra de forma exemplar a verdadeira natureza de classe da sua política.

O PCP salienta que, em vez de novos e mais gravosos sacrifícios, o que era e continua a ser exigível é que os trabalhadores e os reformados vejam repostas compensações para os prejuízos efectivos que já estão a suportar.

O PCP retoma designadamente a sua exigência de um aumento intercalar dos reformados e pensões, a partir de 1 de Junho, como condição para minorar a grave situação de uma camada profundamente atingida pela política governamental.

Num quadro de crescente precariedade, de anúncios e tentativas de despedimentos colectivos em diversas empresas, de falta de combate ao trabalho clandestino, às formas ilegais de pagamento do trabalho e à tragédia dos acidentes de trabalho, o Governo PS manifesta a vontade de alterar gravemente duas leis estruturantes do direito do trabalho designadamente a lei



da contratação colectiva e a lei dos despedimentos com vista a limitar a liberdade de negociação e a facilitar os despedimentos.

Numa situação de descontentamento social generalizado que atinge as mais diversas classes e camadas sociais destaca-se a luta dos trabalhadores como motor do desenvolvimento da luta de massas.

A amplitude das manifestações convocadas pela CGTP-IN no 1.º de Maio passado, as lutas sectoriais e de empresa que se seguiram em torno de reivindicações concretas com recurso a plenários, concentrações, manifestações e greves e particularmente a Jornada de Luta de 7 de Junho, pela sua dimensão nacional, grau de participação e convergência de objectivos, reforçam a convicção de que o caminho da luta e o seu desenvolvimento é não só necessário como possível e constitui uma contribuição determinante na luta pela derrota da política de direita.

Neste quadro, o PCP sublinha a importância da manifestação nacional dos reformados, pensionistas e idosos a realizar no dia 30 de Junho em Lisboa.

O PCP no quadro da sua iniciativa política, da sua profunda identificação com os interesses e direitos dos trabalhadores e no seguimento de outras importantes iniciativas legislativas como a da alteração à lei dos contratos a prazo, a da prioridade aos créditos dos trabalhadores na sua graduação, e do seu pagamento, nas empresas em situação de falência, apresentou e agendou para amanhã, dia 26, na Assembleia da República, um importante Projecto-Lei visando a revalorização das pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais, e o aumento das remissões dos mesmos drasticamente diminuídas na legislação em vigor, assim trazendo à ordem do dia um problema que afecta centenas de milhar de trabalhadores atingidos por uma das mais graves injustiças sociais.

Face aos novos perigos e ameaças para os salários, para os postos de trabalho, para o direito e a liberdade de negociação da contratação colectiva, acentuando-se as preocupações e incertezas em relação à regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, o Comité Central do PCP, na linha das suas decisões visando o reforço da acção, intervenção e organização junto dos trabalhadores dirige-se a todo o colectivo partidário para que assuma como importante tarefa o combate aos objectivos do Governo e do capital, empenhando-se na luta em defesa dos interesses, direitos e aspirações dos trabalhadores.

5. A situação existente nas Forças Armadas, caracterizada por um crescente mal-estar e inquietação, tem no Governo PS e na sua política o principal foco de instabilidade e que as medidas de contenção da despesa, agora anunciadas, ao recaírem sobre a vertente social dos militares, tenderão a agravar.

O PCP alerta para a possibilidade de vir a ser consumada a aprovação da Lei de Programação Militar, com base num negócio entre o PS e o PP, Lei esta que não consagrando, nos seus propósitos fundamentais, a aquisição de meios prioritários para as Forças Armadas, amarrará Portugal para décadas aos encargos e opções agora tomados.

Noutro plano, o Comité Central reitera a exigência de um desfecho para o problema dos direitos dos militares (art.º 31.º da Lei Defesa Nacional das Forças Armadas) que consagre um moderno e efectivo regime de direitos, nomeadamente quanto ao associativismo sócio-profissional.

Não deixa de ter significado o facto de, em relação às forças de segurança, em vez de responder e legitimar reivindicações sócio-profissionais e ao reforço da sua capacidade para resolver os problemas de insegurança dos cidadãos, se intensificar uma linha repressiva, com particular expressão na GNR, onde

foram instaurados, sem fundamento nem legitimidade, processos disciplinares a dirigentes associativos, no quadro de acentuação de práticas e opções de reforço da militarização desta força de segurança, ao mesmo tempo que, na PSP, continua a ser inviabilizada a justa aspiração dos seus profissionais ao reconhecimento da liberdade sindical.

6. O Comité Central do PCP sublinha o significado e as lições políticas do NÃO do povo irlandês ao Tratado de Nice. Um Não que traduz em primeiro lugar a sua oposição à militarização da União Europeia e pela manutenção do estatuto neutro da República da Irlanda em política de defesa.

É também um Não contra o avanço federalista do Tratado de Nice e, em particular, pela preservação do direito de veto e da exigência de unanimidade em decisões do Conselho Europeu.

Um Não que a desfaçatez antidemocrática de alguns pretende «reverter e ultrapassar» através da realização de novo referendo ou de um «artifício institucional».

No contexto das últimas declarações do Governo PS e do processo de ratificação pela Assembleia da República do Tratado de Nice que o PS, PSD e PP/CDS se preparam para aprovar, o PCP alerta o povo português para os riscos de novos passos de uma integração neoliberal, federalista e militarista da União Europeia ou de se caminhar no alargamento sem estarem devidamente acautelados os interesses nacionais. Alerta também para a tentativa de avançar para nova alteração dos Tratados através da fórmula da Convenção, já usada na elaboração da «Carta dos Direitos Fundamentais», ultrapassando e condicionando a competência dos Governos e dos parlamentos nacionais, reduzindo a participação dos partidos políticos portugueses ao PS e ao PSD.

Procedimento tanto mais grave quando, contrariamente à possibilidade que teve o povo irlandês de expressar a sua opinião sobre o Tratado de Nice, os portugueses estão impedidos de o fazer pela blindagem da figura do referendo sobre Tratados internacionais, cozinhada pelo PS e pelo PSD aquando da última revisão Constitucional, o que, a não ser anulado, dificultará consideravelmente a necessária e indispensável consulta ao povo português sobre os rumos da integração europeia.

O resultado do Referendo irlandês realça também a importância e as potencialidades do combate por outro rumo para a Europa, alicerçado na luta dos trabalhadores e a vontade dos povos. O novo rumo alicerçado no respeito pela cooperação entre Estados soberanos iguais, na promoção da paz e de resposta às efectivas necessidades dos povos.

7. O Comité Central do PCP confirma o ambiente de confiança e o avanço registado nas tarefas de preparação das eleições autárquicas que tem caracterizado o desenvolvimento do trabalho das organizações do Partido e das estruturas locais da CDU. Sublinhando o significativo acolhimento e apoio que a generalidade das candidaturas apresentadas têm recolhido, o Comité Central chama a atenção para a importância de ser dada continuidade ao trabalho de formação das listas, às acções de divulgação e valorização do trabalho realizado e à elaboração dos programas eleitorais numa base de alargada participação. A realização da jornada nacional da CDU que decorrerá nesta última semana de Junho constitui um momento de afirmação e valorização do trabalho, das propostas e do projecto da CDU contribuindo para uma acção de esclarecimento assente no contacto e na proximidade com a população e os seus problemas.

O nervosismo evidenciado pelo progressivo uso ilegítimo de meios e recursos públicos é prova do crescente reconheci-

to no PS da impossibilidade de poder derrotar a CDU no plano do trabalho e da gestão nas autarquias.

Todos aqueles métodos e práticas que antes criticara a Cavaço Silva e ao PSD estão agora retomados, e em muitos casos ampliados, pela mão do partido do Governo para tentar chegar ou agarrar-se ao poder. A palavra de ordem em vigor é a da mentira, do abuso de poder, da instrumentalização dos meios e dos recursos do Estado. Os limites foram há muito ultrapassados. A falta de ética é tal que há candidatos do PS que confessam publicamente a sua confiança nos resultados dos eleitores em função de investimentos prometidos pelo Governo, dirigentes do PS, até há pouco com elevadas responsabilidades governamentais, que afirmam ser condição de favorecimento político, em matéria de investimento, a eleição de candidatos socialistas.

O PCP assume as suas responsabilidades de prosseguir uma intervenção centrada na resposta aos problemas do país, às preocupações e aspirações dos trabalhadores e do povo português que se insere na luta por uma democracia avançada para Portugal e, nesse sentido, o Comité Central destaca das iniciativas e linhas de intervenção partidárias nos tempos mais próximos: a realização nos dias 10, 11 e 12 de Julho de uma acção nacional de informação e esclarecimento sobre a situação do país e as medidas tomadas pelo Governo contra os interesses populares; a realização de debates e encontros sobre a prevenção e reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais; a concretização de iniciativas para o rápido pagamento dos créditos devidos aos trabalhadores por falência de empresas; o prosseguimento do apoio à acção sobre a redistribuição

de contacto com os membros do Partido a propósito da entrega do novo cartão do Partido e da elevação da sua participação na vida partidária; na responsabilização de quadros e rejuvenescimento de organismos e no fortalecimento e dinamização das organizações de base.

O Comité Central apreciou a situação e os problemas dos reformados, pensionistas e idosos e o trabalho do Partido junto desta importante camada social, tendo concluído que face à gravidade desta camada se torna imprescindível o desenvolvimento da sua luta pelo aumento das pensões e a melhoria das prestações básicas, uma maior atenção do Partido à problemática que se prende com os reformados e idosos e a tomada de medidas capazes de conduzir ao reforço orgânico do Partido nesta área.

O Comité Central foi informado do andamento da Campanha Nacional de Fundos tendo concluído que é indispensável dar uma grande atenção ao envolvimento do colectivo partidário e a todos os membros das listas e activistas da CDU na dinamização desta Campanha.

No quadro da situação política, da necessária resposta política do Partido e das Eleições Autárquicas, a Festa do «Avante!» assume uma acrescida importância. A dois meses da realização da 25.ª Edição da Festa do «Avante!», importa que todo o Partido dê particular atenção à discussão, à divulgação, à construção, às jornadas de trabalho, à venda antecipada da EP, para garantir o êxito desta grande realização do PCP.

9. O Comité Central do PCP rejeita frontalmente todas as manobras e operações de falsificação política que visem não só absolver o PS das suas exclusivas responsabilidades pela situação de degradação e de crise crescente que a sua governação indistintamente enfrenta como instituir um alegado dever de solidariedade e apoio do PCP para com o Governo PS.

O PCP relembra que, governando há seis anos consecutivos, o PS teve todas as oportunidades eleitorais e políticas para a realização de uma política de esquerda e que as desbaratou com a sua deliberada opção pela realização, nos aspectos mais determinantes, de uma política similar - e nalguns casos agravada - à dos Governos do PSD.



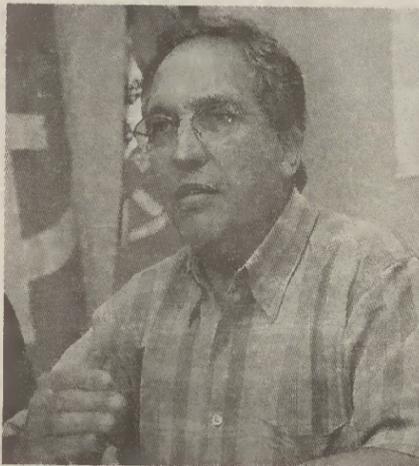
Outros que agora desavindos com o respectivo Partido informam ter-lhes sido prometido um cargo de governador civil para abrir caminho a um novo candidato do PS à respectiva autarquia. Governadores civis anunciados como candidatos a câmaras (já são quatro) que afirmam manter-se em funções para melhor intervirem eleitoralmente. Eleitos de outras forças políticas aliciados a não concorrerem em troca de lugares melhor remunerados em entidades dependentes do Governo. Tudo a par de uma intolerável manipulação na canalização de investimentos e aprovação de projectos bem patentes na gestão do III Quadro Comunitário de Apoio e na condução do programa Polis.

O Comité Central do PCP não pode deixar de condenar estas atitudes, de exigir a sua imediata rectificação e de reclamar do Presidente da República a necessária vigilância e intervenção em relação a estes indignos comportamentos.

Desfazendo equívocos que têm sido alimentados, o Comité Central do PCP chama a atenção para que nas medidas divulgadas pelo Governo em matéria de «reforma administrativa» não é possível identificar uma única que corresponda a uma efectiva descentralização. E que, a par de algumas medidas que podem vir a contribuir para uma maior racionalidade territorial da organização dos serviços desconcentrados da administração central e para uma melhor distribuição regional dos mesmos, o que no essencial se vislumbra nos objectivos anunciados é o de proceder a um apuramento da linha de comando da política central nas regiões e um mais efectivo controlo por parte do Governo sobre as políticas e agentes regionais.

8. Os tempos que vivemos colocam a necessidade de uma intervenção exigente e de uma forte iniciativa do Partido na dinamização da acção de massas em torno de problemas concretos e imediatos, convergindo para a derrota e a ruptura com a política de direita; numa acentuada demarcação e denúncia da política de direita prosseguida pelo Governo PS e viabilizada ao longo dos últimos anos ora pelo CDS-PP, ora pelo PSD; no reforço da iniciativa do PCP sobre os problemas do país; na dinamização da CDU e preparação das eleições autárquicas de modo a confirmar e alargar as posições e a força do projecto autárquico da CDU ao serviço das populações; no reforço da organização e influência do PCP, condição decisiva para todos os avanços progressistas no nosso país.

O Comité Central sublinha a importante acção desenvolvida pelo Partido nos últimos meses, no plano político geral e na intervenção institucional, nomeadamente sobre os serviços e infra-estruturas fundamentais, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, as Grandes Opções de Segurança Interna, a instituição do dia nacional de prevenção dos acidentes de trabalho, a melhoria das pensões dos acidentados do trabalho, o pagamento de créditos devidos aos trabalhadores por falência de empresas.



Carlos Carvalho, acompanhado de Carlos Grilo e Lurdes Rocha, do Comité Central, apresenta à imprensa as conclusões da reunião do CC



da terra no perímetro de regadio do Alqueva; a audição sobre os problemas do álcool e do alcoolismo.

O Comité Central sublinha a importância de associar a dinamização da luta de massas e da iniciativa política ao reforço da organização partidária e destaca avanços verificados na concretização de orientações para o fortalecimento do Partido, designadamente: no arranque da aplicação da Resolução sobre o reforço da organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho; no elevado número de adesões ao Partido, mais de 600, verificada desde o início do ano, com uma forte componente de jovens; na campanha de contactos com os membros do Partido; no contributo dos comunistas para o êxito das acções de massas com destaque para as grandes jornadas do 1.º de Maio e da Acção Nacional promovida pela CGTP-IN em 7 de Junho; na iniciativa diversificada das organizações partidárias para responder a problemas particularmente sentidos pelos trabalhadores e pelas populações; na realização de campanhas de informação e esclarecimento; na dinamização da CDU e em geral na preparação das eleições autárquicas. A actividade partidária, a acção de milhares de activistas revela uma abnegada militância alicerçada na luta pelo projecto comunista, um valioso exemplo de dedicação aos interesses do povo e do país que ajuda a afirmar o PCP como um partido diferente e ímpar na sociedade portuguesa.

O Comité Central salienta que a dinamização de importantes batalhas políticas, o desenvolvimento da acção de massas e em particular a preparação das eleições autárquicas colocam grandes exigências à organização partidária. Mas considera que simultaneamente podem ser importantes elementos para a alargar, dinamizar e fortalecer. E, com esse objectivo, aponta a necessidade de concretizar novos passos; na aplicação da Resolução para o reforço da organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho; no prosseguimento do recrutamento levando à prática a campanha de adesões de 2000 novos membros; no prosseguimento da campa-

O PCP relembra que foi a política do Governo do PS, designadamente através do saque das privatizações, que fortaleceu consideravelmente o poder do grande capital e acentuou factores de subordinação do poder político ao poder económico. E o PS labora em puro engano se imagina que, como está a suceder, as suas novas e crescentes cedências às pressões do grande capital impedem este de vir a fazer outras apostas políticas e eleitorais, quando e se o considerar mais conveniente para os seus interesses.

10. O PCP prosseguirá com a sua firme atitude de oposição de esquerda ao Governo do PS, tanto mais necessária e justa quando, em domínios cruciais, está em concretização uma inflexão ainda mais para a direita da política governativa.

O PCP prosseguirá com a sua atitude responsável e construtiva de, pelas suas próprias propostas e pelo apoio a propostas alheias, alcançar medidas, decisões e linhas de orientação positivas ainda que pontuais e parcelares.

Num quadro de total e inalienável autonomia de valores, de intervenção e de projecto, o PCP continuará a bater-se, e com renovado vigor e consistência, pela intensificação da luta social, pela resposta eficaz a sentidas reivindicações e aspirações dos trabalhadores e da população, por uma vasta agregação do descontentamento popular e forte mobilização dos cidadãos em torno da exigência de uma política de esquerda, pelo reforço da sua influência social, política e eleitoral. Em conjunto, são esses os factores essenciais para derrotar os planos de repetição de uma gasta alternância entre o PS e o PSD na realização de uma política similar e para abrir caminho a uma alternativa de esquerda.

7.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Baixa da Banheira renova direcção

Romper mais longe

Cerca de uma centena de camaradas participaram na 7.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Baixa da Banheira, no concelho da Moita, que teve lugar no passado sábado, no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo.

Dirigida por Américo Flor, membro da Comissão Concelhia da Moita e da DORS do PCP, a iniciativa começou com uma intervenção da Carolina Medeiros, igualmente da DORS e membro do Comité Central do Partido que, na base do Projecto de Resolução «Reforçar o Partido, fazendo mais e melhor», sintetizou o balanço da actividade partidária dos últimos anos. Esta dirigente apresentou, ainda, as propostas organizativas ulteriormente aprovadas, «com a força, vontade e dedicação ao Partido dos seus membros, o empenhamento na luta de massas e na defesa dos direitos dos trabalhadores», segundo as conclusões do documento.

A Assembleia elegeu, depois, a nova Comissão

de Freguesia que reflecte de forma significativa o esforço de renovação do Partido, com a chamada de mais jovens ao organismo de direcção.

O recrutamento de militantes é uma necessidade e uma possibilidade

Presente nos trabalhos, Valdemar Santos, da DORS e do Comité Central, salientou a vontade de «romper mais longe: os militantes do PCP, na Baixa da Banheira, são conhecidos pelo seu apego ao Partido, um Partido marxista-leninista, ligado às massas e delas recebendo as suas energias, razão pela qual o recrutamento de novos militantes é uma necessidade e uma possibilidade básica».

Bolor no PS

No decurso da Assembleia foi dada a conhecer a

decisão de apresentar Fernando Carrasco, actual eleito na Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, como cabeça de lista da CDU à presidência do mesmo órgão nas próximas eleições autárquicas.

No contexto da preparação destas eleições, é de salientar a intervenção de Joaquim Gonçalves, presidente da Assembleia Municipal da Moita e também candidato às mesmas funções, no jantar-convívio da CDU que na noite do mesmo dia ocorreu na Tertúlia Tauro-máquica, na Moita, e onde foi apresentado o cabeça de lista à Junta de Freguesia da Moita, António Domingos.

A partir de acentuar de uma postura anticomunista denotada por José Manuel Epifânio, deputado, vereador do PS na autarquia local e responsável concelhio daquele partido – cuja expressão mais recente passou por um artigo de opinião onde escrevia que «cada vez mais os cidadãos se libertam da sua ligação umbilical aos partidos e assumem com estes uma rela-

ção diferente em que a liberdade individual se sobrepõe à antiga e bolorenta fidelidade cega ao partido» («Jornal da Moita», de 21 de Junho) -, Joaquim Gonçalves denunciou o facto de na Assembleia Municipal, desde a passada sessão ordinária de Abril, um eleito do PS ter-lhe enviado uma carta onde informava que «depois da vergonha do que se tinha passado no Congresso do Partido Socialista» havia-se desvinculado deste partido, em carta endereçada a António Guterres, passando a independente no órgão autárquico. E... de, passado semanas, outro eleito do PS ter pedido a renúncia do mandato «por não se identificar com a actual política do seu partido».

Sem referir que o mesmo se passou recentemente com um eleito do PS na Assembleia de Freguesia da Baixa da Banheira, Joaquim Gonçalves rematou: «a perda de fidelidade cega e bolorenta ao Partido Socialista parece estar de facto a concretizar-se!».

Olivacast

Com projecto para o futuro

O deputado do PCP Vicente Merendas, acompanhado de elementos da Comissão Concelhia de S. João da Madeira do PCP, foi recebido, no dia 18, pela administração e pela Comissão de Trabalhadores da empresa Olivacast.

O futuro desta importante empresa local tem constituído para o PCP, nos últimos anos, um motivo de preocupação. Ainda não há muito tempo, o PCP lamentou que da proposta de viabilização que fora aprovada para a Oliva tivesse, afinal, resultado a venda do sector das torneiras à Cifial e da Fábrica Nacional de Tubos à Supergal. Ou seja, que, após 75 anos, a Oliva - agora chamada Olivacast - regressasse às suas origens, ficando reduzida à fundição.

Confirmando, no decurso da visita, essa mesma conclusão, a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP alerta para alguns aspectos da situação actual da empresa.

Diz a DORAV que são cerca de quatro centenas de trabalhadores que ali continuam a trabalhar e mais uma quantas pequenas

empresas que vivem à conta de trabalhos que fazem para a Olivacast. Esta, apesar de não ter qualquer apoio financeiro, está já a concluir o pagamento da dívida da ex-Oliva aos trabalhadores que haviam feito contrato de rescisão. Mais, em 1997, começou também a pagar as dívidas à Segurança Social, tem os vencimentos dos trabalhadores em dia e facturou, no ano passado, mais de dois milhões de contos, produzindo 6 mil toneladas de peças técnicas de fundição, das quais mais de 70% foram destinadas à exportação.

Para o PCP, uma empresa que consegue tudo isto «sem crédito no mercado, sem apoios financeiros e com uma indefinição gritante» quanto ao futuro, significa que «tem tecnologia, tem encomendas, tem mão-de-obra especializada e tem um projecto para o futuro que prevê aumentar muito a sua capacidade de produção e que se autofinancia». Assim, apenas lhe falta uma decisão por parte do Estado que clarifique alguns aspectos da empresa e lhe permita recorrer ao financiamento bancário, para tomar as

medidas necessárias ao seu desenvolvimento. Assim, na sequência da visita, Vicente Merendas apresentou um requerimento ao Governo onde requer a informação sobre quais as medidas que o Governo tenciona levar a cabo «no sentido de garantir o futuro da empresa Olivacast e salvaguardar os postos de trabalho», já que a empresa «possui uma óptima capacidade técnica», aumentou a facturação no mercado europeu e teve um volume de vendas atingido, em 2000, no montante de 2 milhões e 345 mil contos.

Defesa Nacional

Uma nova orientação

O PCP acaba de lançar uma brochura com as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional que recentemente apresentou, na sequência de uma orientação do XVI Congresso.

Segundo o Grupo de Estudos de Defesa Nacional do PCP que elaborou as Grandes Opções, não se pretende que elas constituam um documento de âmbito militar mas apenas um documento de «análise multifacetada», com «propostas multifacetadas».

O projecto apresentado pelo PCP parte de uma caracterização da situação nacional e internacional sob os vários pontos de vista – político, social, diplomático, económico e cultural – e, destacando as consequências para Portugal do caminho seguido pela União Europeia, defende a adopção de um outro rumo que, assente num conjunto de outras políticas, imprima a Portugal um desenvolvimento estrutural.

América connosco?

Merece registo uma reportagem da RTP/Açores, aproveitando a deslocação de meios a reboque do Presidente do Governo Regional em visita de aniversário da Autonomia (Dia do Espírito Santo), onde se ouviram, de conterrâneos nossos há muito estabelecidos nos meios intelectuais dos «States», afirmações conclusivas e peremptórias, à pergunta do repórter sobre o que tinham a dizer, aos açorianos residentes, a propósito do sonho americano (ou do «american way of life», se preferirem). Pura e simplesmente, e de olhos bem abertos, desmantelaram o dito, aconselhando os açorianos não emigrados a construírem antes o «sonho açoriano» na sua própria terra (no contexto nacional e europeu) e agurando que aí estava o seu futuro preferível e real... Eles (que lá estão) lá sabem as razões porque assim falam. A nós só nos dignifica ouvi-los e constatar que a terra da verdadeira liberdade e do verdadeiro progresso é aquela que soubermos construir para nós e não para os outros...

Que muitos, felizmente para si, ao construírem com imensos sacrifícios e à custa de muita exploração o progresso dos «States», tenham encontrado em terra alheia formas de vida menos indignas que aquelas que cá lhes eram proporcionadas no tempo da outra senhora, é uma coisa. Outra é o direito que temos a não ser forçados algures a mendigar a nossa felicidade perante quem só nos quer para fazer a sua!!! Ou então, se assim não fosse, também não havia a lei do repatriamento, não é verdade?

Todos nos sentimos mal, no ano passado, quando a RTP/Açores (em tempo de campanha para as eleições regionais) registou, e obsessivamente publicitou, a imagem de Carlos César a apertar a mão a Bill Clinton, na sua passagem por Lisboa, sem que este sequer lhe dirigisse um olhar. Será que Clinton estava interessado, tão pouco, em saber de quem se tratava aquela furtiva imagem protocolar?

E agora? Foi ou não o Governo Regional informado ou consultado por alguém sobre a possibilidade da utilização da Base Americana das Lajes para instalações de equipamento relacionado com o ressuscitado sistema de defesa antimíssil dos EUA? Para instalação na Terceira de um «radar de banda X», que, segundo os especialistas, seria o primeiro alvo a abater em caso de conflito nuclear?

A fazer fé na imprensa nacional, este assunto seria impositivo e apenas em troca de um aumento de contrapartidas (ainda restam algumas?) pela utilização americana da Base...

A fazer fé, o representante dos Açores na Comissão Bilateral de Acompanhamento do Acordo das Lajes ficou todo contente com estas notícias dos «States»...

Que sabemos nós disto, sr. presidente do Governo Regional? Tal como V. Exa. não mereceu, mereceremos nós sequer um olhar? Ou afinal os olhos agora abertos são os que já emigram?

● Mário Abrantes

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Casimiro Gomes André

Faleceu, no passado dia 25 de Junho, vítima de acidente de viação, o camarada Casimiro Gomes André, de 75 anos. Era membro da Organização de Freguesia de Aldeia de Paio Pires.

Felisberto Lemos

Faleceu, no passado dia 18 de Junho, o camarada Felisberto Lemos. Militante muito activo nos anos 40, chegou a pertencer ao Comité Local de Coimbra. Após sofrer dois prolongados períodos de prisão, viu-se forçado a ir para Angola, aí ganhando a vida com a sua profissão de livreiro. Regressou de Angola cerca de três anos após o 25 de Abril, mantendo-se fiel aos seus ideais de comunista. Tendo-se destacado em Coimbra e Luanda pela divulgação de livros marxistas-leninistas e outros proibidos durante o fascismo, veio a ser designado, num poema de Manuel Alegre, como «o livreiro da esperança».

João Camilo

Faleceu no dia 20 de Junho, o camarada João Camilo Pereira Rosa, natural do Couço, onde residia. Militante do PCP desde 1944, o seu lema de toda a vida foi «lutar, lutar sempre, pela liberdade, pela democracia, pela dignidade e pela justiça». Passou 13 anos nas prisões do regime fascista, sem nunca ceder, sempre com determinação e grande sentido revolucionário. A resistência permanente contra a exploração e injustiça, a sua participação na campanha do general Humberto Delgado e nas lutas dos operários agrícolas nomeadamente pelas 8 horas de trabalho, a sua humildade foram sempre um exemplo para quem o conhecia, a todos dando a dimensão dos ideais em que acreditava e por que sempre lutou. O seu funeral constituiu um momento de profunda dor para o povo do Couço, para os camaradas e amigos que o acompanharam à sua última morada.

Numa mensagem enviada à esposa do falecido, o Secretariado do PCP «lamenta profundamente» o desaparecimento de João Camilo, «militante comunista e exemplar cidadão, lutador pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo».

Júlio Borges Pires

Faleceu, no dia 12 de Junho, o camarada Júlio Borges Pires, de 68 anos de idade. Serralheiro mecânico da Lisnave aposentado, o camarada estava organizado na freguesia de Queijas.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

STA. MARIA DA FEIRA Buziño leva a medidas

Dois dias após o «buziño» promovido pelo PCP no cruzamento de Sanfins, na variante que liga a A1/IC1 à EN1, em Santa Maria da Feira, assistiu-se ao anúncio, num canal de televisão, da introdução de medidas no sentido de minimizar o problema do tráfego que aí se verifica, nomeadamente através de uma regulação diferente dos tempos dos semáforos, possibilitando o maior escoamento do trânsito.

A propósito dessa notícia, a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, «sem ajuizar» sobre as razões que levaram a SIC a não fazer a cobertura do buzino e a excluir da notícia os seus promotores, sublinha que as medidas anunciadas «são consequência directa dessa acção» e provam «que a luta vale a pena». Mas, ainda para o PCP, tais medidas, apesar de positivas, não resolvem a questão de fundo que passa pela construção do IC2 e restantes variantes, reivindicação pela qual o PCP não deixará de se bater.

BARRANCOS

Tribunal dá razão ao povo

O Tribunal de Moura decidiu, na semana passada, que a Câmara Municipal de Barrancos, o seu presidente, António Tereno, a Comissão de Festas e os novilheiros espanhóis não vão pagar as coimas aplicadas pelo governador civil de Beja aos responsáveis pelas Festas de Agosto de 2000, em honra da Senhora da Conceição.

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, comentando a decisão do Tribunal de Moura, considera que esta fez justiça ao povo barraquenho, que sempre defendeu corajosamente a sua identidade cultural, e evidenciou a duplicidade do PS e do seu Governo, que nunca quiseram resolver a questão das Festas de Agosto, e, em especial, a «hipocrisia» do governador civil de Beja, Agostinho Moleiro que, apesar de se afirmar grande defensor das tradições barraquenhãs, aplicou coimas de mais de 30 mil contos ao povo de Barrancos.

SETÚBAL

Discriminação inaceitável

«Atitude discriminatória» é como a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP qualifica o silenciamento a que as televisões, particularmente a RTP1 e a RTP2 - obrigadas a prestar um serviço público - votaram a apresentação dos candidatos da CDU à presidência dos órgãos municipais do distrito, que se realizou no dia 21 com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

A iniciativa que teve a presença, ainda, de outros dirigentes do PCP, dos «Verdes» e da Intervenção Democrática e de mais de 300 participantes, constituiu, segundo a DORS, «uma grande afirmação» da CDU, que dispõe da presidência de 10 das 13 Câmaras Municipais do distrito e fixou como objectivo reforçar a sua influência com a «conquista de novas maiorias».

A DORS denuncia, assim, com veemência esta prática de silenciamento, cuja responsabilidade maior cabe, em sua opinião, «aos órgãos de comunicação social nacional, em especial aqueles tutelados pelo governo».



De braço dado

A campanha para a privatização da saúde é intensa e permanente. E conta com a acção decisiva do Governo do PS. Ao degradar o Serviço Nacional de Saúde (SNS), piorando sucessivamente as condições em que a população tem acesso aos cuidados sanitários, o Governo vai tentando ganhar espaço para apresentar a privatização de sectores fundamentais como desejável e inevitável.



Bernardino Soares
Membro
da Comissão
Política

A desastrosa política de recursos humanos, uma gestão das unidades de saúde pautada por nomeações de acordo com critérios partidários ou outros e em que estão normalmente ausentes critérios de produtividade, e em especial a cada vez maior submissão aos poderosos interesses económicos do sector, são apenas alguns dos factores com que o governo provoca a degradação do SNS e prepara a sua privatização.

Fingem esquecer que só uma política de não aproveitamento das capacidades dos serviços públicos permite que se façam muitas das compras de serviços ao sector privado. É o que se passa em relação aos exames complementares de diagnóstico que nos cuidados primários de saúde são na sua esmagadora maioria comprados ao sector privado. Segundo a «Carta de Equipamentos da Saúde», documento do próprio Ministé-

tugal, não porque se tivesse verificado qualquer diminuição do dinheiro gasto pelos portugueses com eles, mas porque aumentaram escandalosamente os lucros da indústria farmacêutica e da estrutura financeira das farmácias. E isto porque o Governo se recusa a tomar medidas de racionalização destes gastos, como a instituição da prescrição pelo princípio activo em todo o Serviço Nacional de Saúde, medida aliás prevista no próprio Programa do Governo. Ou até a dispensa gratuita nos hospitais dos medicamentos que assim custem menos ao Estado do que a sua comparticipação nas farmácias. É isso mesmo que acabaram de ler. Numa fatia considerável de medicamentos, o Estado gastaria menos se distribuisse gratuitamente nas consultas dos hospitais os medicamentos, que são comprados em grandes pacotes e por concurso, do que aquilo que paga em comparticipações quando as receitas ali passadas são aviadas nas farmácias. E é claro, os utentes ficariam também a ganhar nos medicamentos não comparticipados a 100% já que não pagariam o restante custo.

É legítimo perguntar-se porque não avança esta medida. É simples: os lucros do sector privado seriam menores!

Esta é a situação que interessa aos grupos económicos da saúde. Não só porque vão embolsando milhões de contos em juros, mas porque desta forma aumentam a pressão sobre as instituições públicas de saúde e o Governo para que se abra cada vez mais caminho a uma maior privatização e a uma crescente apropriação privada dos recursos públicos. Na saúde como noutras áreas, o Governo do PS encheu de força o capital, que hoje domina de forma determinante alavancas fundamentais da política do sector.

No suposto braço de ferro entre Governo e capital ambos usam afinal o braço direito, ou dizendo melhor, o braço da política de direita. O braço de ferro é afinal aqui um amistososo passeio de braço dado. Mas vão os braços com ânimos diferentes: flácido e submisso o do Governo; comandando o caminho o do capital.

**// O Governo
paga a privados o que
os estabelecimentos
públicos podiam fazer //**

O chamado orçamento rectificativo, discutido amanhã na Assembleia da República, vem comprovar esta orientação do Governo PS. Tal como o seu parceiro «programa de redução da despesa pública» pretendem dar resposta, entre outras coisas, ao crescimento descontrolado da dívida do SNS. Só que ao mesmo tempo que soltam uivos de consternação indignada pela evolução da dívida, o Governo e os partidos mais à direita escondem afanosamente as verdadeiras razões do seu crescimento.

Omitem que a despesa no SNS cresceu fundamentalmente no custo das compras de bens e serviços ao sector privado, enquanto a despesa com pessoal perdeu peso e é hoje menos de 50% do total.

rio da Saúde, os serviços públicos compraram ao sector privado em 1996 por exemplo, 1,6 milhões de ecografias, 3 milhões de radiografias e 170 mil TACs. Contudo e segundo o mesmo documento, bastaria que durante oito dos doze meses do ano os serviços públicos funcionassem durante 10 horas diárias para que houvesse um acréscimo de produção de 2 milhões de ecografias, 1,2 milhões de radiografias e 166 mil TACs. O mesmo é dizer que o Governo paga a privados para fazer aquilo que em grande parte os estabelecimentos públicos teriam capacidade de fazer.

É o lucro que manda

Pretendem ignorar que a despesa com medicamentos aumentou em Por-

Actual vereador António Carapeto substituirá Carlos Goes à frente dos destinos da Vidigueira

Aliar experiência e juventude

Carlos Carvalhas esteve presente na apresentação do candidato da CDU à Câmara Municipal da Vidigueira, António Carapeto, que prometeu apenas continuar o exemplo do trabalho dos últimos vinte anos.

Apresentado no passado sábado, o actual vereador António Carapeto destacou o trabalho realizado pelo seu antecessor o — ainda — presidente Carlos Goes que, afirmou Carapeto, «entendeu e decidiu depois de muita ponderação que era chegado o fim de um ciclo de vinte e dois anos consecutivos à frente dos destinos da Câmara Municipal da Vidigueira». Esta mudança de pessoas não significará certamente, e muito menos neste caso, a perda de qualidade de intervenção autárquica. Senão, veja-se o percurso político e social do candidato. Residente na Vidigueira há vinte anos, António Joaquim Gordo Pereira Carapeto, professor do ensino secundário,

foi fundador da Escola Profissional Fialho de Almeida, tendo sido requisitado para a Inspeção Geral de Educação, até ter sido eleito vereador da autarquia. De 1988 a 1994 foi membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul tendo sido coordenador do distrito de Beja. A nível do Poder Local foi, de 1976 a 1979, presidente da Assembleia de Freguesia de Vila de Frades e, daí até 1982, secretário da mesma Junta de Freguesia. No mandato seguinte, ocupou o cargo de primeiro secretário da Assembleia Municipal de Vidigueira, órgão ao qual presidiu de 1986 a 1997. Desde Janeiro de 1998 que é vereador da autarquia em



António Carapeto

regime de permanência, com responsabilidades em áreas como a educação, a cultura, a juventude e o desporto.

O candidato entende que «cada vez mais os eleitos locais são confrontados com novas atribuições e competências, que o poder central procura transferir sem cuidar de as acompanhar dos respectivos equivalentes financeiros» e que, para

fazer face a isto «é necessário mais do que nunca uma equipa forte e coesa», que alie a experiência com o dinamismo. «Esta nova equipa não pretende cortar com o passado, de que nos orgulhamos, antes pretende dar continuidade a um projecto que ao longo dos anos tem vindo a dotar este concelho de estruturas que o colocam em muitas áreas ao nível do que melhor existe neste país».

Ao melhor nível

Como exemplos deste muito trabalho de que fala, o actual vereador lembrou ter sido «prioritária a cobertura de redes e serviços básicos como o reforço do abastecimento de água, construção e conservação de ETAR's para o tratamento de águas resi-

duais, o encerramento das lixeiras e a melhoria dos serviços de recolha dos resíduos sólidos urbanos», bem como a dotação de todas as freguesias com um posto de saúde.

Atento à população que mais precisa, o executivo municipal da Vidigueira deu, nas palavras do candidato a presidente pela CDU, uma atenção especial à infância — «fomos dos primeiros concelhos a ter uma cobertura total do pré-escolar — bem como à juventude e aos idosos.

Grande preocupação — numa zona do País em perda acentuada de grande parte da sua população activa — foi dada, neste mandato, à fixação de empresas geradoras de emprego, com a venda de lotes, a preços simbólicos, na parque industrial do con-

celho. Para o mandato que se iniciará em Janeiro do próximo ano, António Carapeto lembrou o muito que há por fazer, no campo da cultura e educação — com a ampliação do edifício do primeiro ciclo, a construção da biblioteca —, do desporto — fomentando a prática desportiva e construindo infra-estruturas de qualidade e do desenvolvimento económico e social do concelho alentejano.

Consciente das dificuldades que esperam à CDU até às eleições, o candidato lembrou que a coligação «tem contado com o apoio do povo do concelho da mesma forma que este tem contado com o apoio incondicional dos eleitos da CDU», prometendo que a sua equipa irá trabalhar para continuar a desenvolver a Vidigueira.

Coruche

Consolidar e reforçar

Com a presença de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, Luísa Araújo, também da CP e responsável pela Organização Regional de Santarém, e de vários membros da DORSA, foram apresentados publicamente os primeiros candidatos das listas da CDU no concelho de Coruche: Manuel Brandão, para a Câmara Municipal, José Casanova, para a Assembleia Municipal e, para as juntas de freguesia de Coruche, Couço, Erra, Fajarda, Lamarosa, Biscainho, Branca e Santana do Mato, respectivamente, Jacinto Barbosa, Diamantino Ramalho, Romualdo Boiça, Ilídio Serrador, Rui Coelho, Joaquim Paulino, Francisco Godinho e Manuel Gomes. Foi igualmente apresentado o mandatário

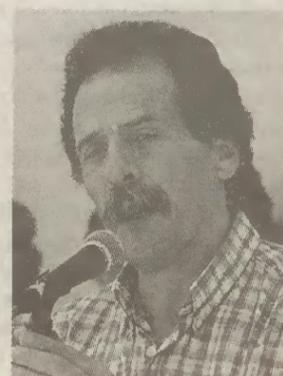
concelhio da CDU: o dr. João Carapau, médico, que durante vários anos desempenhou o cargo de presidente da Assembleia Municipal.

Cerca de duzentas e cinquenta pessoas participaram na iniciativa que decorreu em ambiente de grande confiança — confiança sustentada na quantidade e na qualidade do trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU.

Manuel Brandão, actual presidente da Câmara, começou por fazer uma referência profundamente sentida ao camarada João Camilo, recentemente falecido, cujo exemplo de coragem e dignidade invocou e enalteceu. Referiu, depois, os importantes passos em frente que foram dados no concelho em praticamente

todas as áreas — rede viária, questões ambientais, ensino, saneamento, cultura, desenvolvimento — e que proporcionaram uma visível e sentida melhoria da qualidade de vida da população. Manuel Brandão sublinhou a importância da batalha eleitoral que se aproxima, a perspectiva fundamentada de obtenção de um bom resultado eleitoral e a indispensabilidade da intervenção activa de todos os militantes comunistas e outros activistas da CDU, com vistas a assegurar a consolidação e o reforço da CDU e, assim, dar plena continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido.

Jerónimo de Sousa encerrou o período de intervenções com uma análise à situação actual e sublinhou a importância do



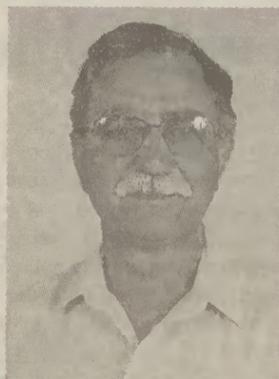
Manuel Brandão

projecto autárquico da CDU, no qual, disse, estão patentes os traços distintivos essenciais dos eleitos comunistas e seus aliados em relação aos outros eleitos e do qual emergem o trabalho, a honestidade e a competência que caracterizam os autarcas da CDU.

Tavira

Acabar com a inércia

Rodrigo Ferreira Aires e Luís Nunes da Silva são os candidatos da CDU aos órgãos municipais do concelho de Tavira, apresentados no passado sábado. Rodrigo Aires, candidato à Câmara Municipal, é topógrafo e presidente da Mesa da Assembleia da Direcção Regional de Faro do STAL. No discurso que proferiu, perante dezenas de apoiantes e vários dirigentes do Partido, como o membro da Comissão Política José Neto, e o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, estabeleceu um compromisso com o eleitor, baseado nos lemas «Trabalho, Sriedade, Atenção, Eficiência», que pretende transportar para uma autarquia «cansada da inércia socialista e do



Rodrigo Aires

perigoso frenesim do actual executivo».

Garantiu em seguida que, consigo e com a CDU, a Câmara será «um espaço político que discute e tenta resolver os problemas do concelho, dos tavirenses, das suas vilas e aldeias», garan-

tando que a coligação é um espaço aberto à discussão e à procura das melhores soluções para o concelho.

Entre estas «melhores soluções», o candidato levantou uma ponta do véu sobre o programa eleitoral a apresentar às populações, destacando quatro grandes áreas de intervenção: planeamento, saneamento básico, cultura e tempos livres e descentralização.

Sobre o planeamento, a CDU «constata que os principais instrumentos de planeamento são não só obsoletos como prejudiciais a um desenvolvimento equilibrado da cidade e do município», propondo um «amplo debate público com o objectivo de rever este PDM. Ainda sobre

esta vertente, Rodrigo Aires revelou que a CDU «propõe-se a atacar e a encontrar solução para um dos problemas que ciclicamente e de forma mais gravosa afecta a cidade, as cheias», solução essa que pressupõe um «conhecimento detalhado da Ribeira da Asseca, Alportel e Zimbral».

Sobre o saneamento básico, o candidato da CDU afirmou que a rede actual bombeia para a estação de tratamento cerca de 40 a 50 por cento de água salgada, o que «destrói o sistema de tratamento previsto, que é de fosfato e não de nitratos». A extensão da rede de saneamento básico a todos os lugares do concelho é outra das preocupações da coligação.

Horta

Devolver a dignidade ao Faial

O candidato da CDU à Câmara Municipal da Horta está fortemente empenhado a dar o seu contributo para devolver a importância, a dignidade e o relevo que o município da Horta e a ilha do Faial já tiveram no todo regional. António Bulcão, o cabeça de lista da CDU ao município da Horta entende que o «status faialense ficou completamente perdido ao longo de 24 anos de poder autárquico primeiro do PSD e depois do PS que não souberam dar à ilha do Faial as infra-estruturas, os projectos e as políticas necessárias ao seu desenvolvimento», assumindo como princípios da sua candidatura o trabalho sério e de equipa.

Esta pretende ser uma candidatura que force a quebra sucessiva de nível autárquico do poder socialista na ilha do Faial, já em marcha.

António Bulcão é natural da ilha do Faial, tendo, durante alguns anos, exercido a sua actividade profissional na ilha Terceira como advogado e professor do ensino secundário. Exerceu também funções de vereador na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, então eleito nas listas do PS. Foi cabeça de lista da CDU na ilha Terceira, nas últimas eleições regionais. Desde o início da VII Legislatura exerce as

funções de adjunto parlamentar no Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Conhecido que é agora o cabeça de lista ao município da Horta, a CDU apelou aos cidadãos faialenses para que, após 12 anos de poder socialista, dêem uma oportunidade ao elenco da CDU à Câmara e Assembleia Municipal.

No próximo mês de Julho será divulgada a composição destas listas, a par das políticas a defender pela CDU ao município da Horta. Apesar das linhas estratégicas ainda estarem em preparação, António Bulcão afirmou em diversas ocasiões que há obras de base e infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento do Faial que são visivelmente necessárias e que a CDU vai promover, apostando num trabalho estrutural e pensado de raiz.

António Bulcão é a segunda candidatura que a CDU divulga para as eleições autárquicas de Dezembro próximo. A primeira, recorda-se, foi a de Mário Abrantes ao município de Ponta Delgada.

A CDU-Açores revelou que, durante os meses de Julho e Agosto, divulgará os nomes dos candidatos aos restantes concelhos da região.

PCP assume diferenças em relação aos outros partidos

Por uma cidade mais humana

Realizou-se no último Sábado, dia 23 de Junho, o Comício Festa de apresentação de candidatos do PCP às freguesias da Zona Oriental de Lisboa, no jardim da Praça Paiva Couceiro.

O Comício contou com uma intervenção política de Martinho Batista, membro do Comité Central e responsável da Organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP, e Arménio Carlos, também membro do Comité Central e coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa e da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Martinho Batista, referindo-se às eleições autárquicas, destacou a importância da batalha que se aproxima, que deve envolver não só o conjunto da organização partidária, como também as populações e todos os que querem uma cidade mais equilibrada, mais sustentável, mais justa e mais humana e que o voto em Lisboa será na coligação «Amar Lisboa».

Destacou, já que se apresentavam ali em praça pública os principais candidatos do PCP, o processo de escolha, feito através de um debate amplo, aberto, franco e democrático, envolvendo os militantes, mas também outros democratas independentes que participam com o PCP.

O estilo colectivo, privilegiando as equipas e todos os eleitos e não eleitos a «puxar para o mesmo lado», realçando

prejudicados nem beneficiados no exercício do cargo.

Problemas subsistem

Apesar da obra realizada e da sua merecida valorização, apesar das novas centralidades criadas, subsistem ainda, na zona oriental da cidade graves problemas sociais, em particular com o encerramento continuado de empresas industriais e nomeadamente a ameaça que pesa sobre os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, com largas centenas de postos de trabalho.

Martinho Batista referiu



O PCP apresentou os seus candidatos às freguesias da Zona Oriental e apelou ao voto na coligação «Amar Lisboa»

que não há um cabeça de lista a decidir quem quer ou não na lista, como acontece noutros partidos. «No PCP todos têm uma opinião válida e decidem colectivamente!», disse, contrariando a ideia de que os partidos são todos iguais e que o PCP não pode ser metido no mesmo saco. Realçou como exemplo o princípio de que os eleitos não podem ser

A luta dos trabalhadores surge ligada com a intervenção local

Candidatos do PCP

São estes os candidatos do PCP para as freguesias da Zona Oriental de Lisboa, apresentados no comício da Paiva Couceiro:

Alto do Pina – Primeiro candidato: José Figueiredo, 65 anos, publicitário, membro da Assembleia de Freguesia do Alto do Pina.

Anjos – Primeiro candidato: Orlando Claro, 58 anos, pequeno empresário, presidente da Assembleia de Freguesia dos Anjos.

Beato – Primeiro candidato: António Joaquim Cunha, 57 anos, funcionário público, presidente da Junta de Freguesia do Beato.

Graça – Primeiro candidato: Adriano Lopes, 43 anos, segurança, eleito na Assembleia de Freguesia.

Marvila – Primeiro candidato: António Augusto Pereira, 53 anos, operário fabril, presidente da Junta de Freguesia de Marvila, vice-presidente da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias).

Penha de França – Primeiro candidato: Armando Faria, 49 anos, operário químico, presi-

dente da Assembleia de Freguesia da Penha de França, dirigente sindical da Fequimetal, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Santa Engrácia – Primeiro candidato: José Maria Valente, 50 anos, chefe de serviço.

Santa Maria dos Olivais – Primeiro candidato: Cecília Sales, 59 anos, técnica comercial de aviação, vogal da Junta de Freguesia dos Olivais.

São João – Primeiro candidato: Abílio Martins Ferreira, 42 anos, funcionário público, assessor autárquico, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da CML, vice-presidente da Caixa de Previdência dos Trabalhadores da CML, presidente da Assembleia Geral do Clube Estefânia.

São Jorge de Arroios – Primeiro candidato: Graça Martins, 40 anos, investigadora em História.

São Vicente de Fora – Primeiro candidato: Vitor Agostinho, 49 anos, empregado de escritório, director-geral da Voz do Operário, presidente da Junta de Freguesia de São Vicente.

ainda os equipamentos e infra-estruturas em falta, com realce para a construção do Hospital na Zona Oriental, com terreno já disponibilizado pela autarquia e que abrange uma população de mais de 250 mil habitantes.

O compromisso público de continuar a lutar pelos interesses e anseios das populações e dos trabalhadores, foi reafirmado e só com o reforço do PCP e o apoio eleitoral das populações será possível continuar a cumprir o seu papel.

Arménio Carlos, na sua intervenção destacou a importância da luta das populações e dos trabalhadores por melhores salários e pelo fim da política da «contenção salarial», numa altura em que o Governo se prepara para fazer aprovar um Orçamento Rectificativo

que visa penalizar, uma vez mais, os trabalhadores e em particular a função pública. «Porque é que o Governo não vai buscar as receitas que necessita aos bolsos dos empresários que fogem impunemente ao fisco, às grandes empresas que quase não pagam impostos e, em vez disso, sobrecarrega uma vez mais as famílias portuguesas, a braços com baixos salários e encargos crescentes?», foi a pergunta lançada pelo dirigente do PCP. A resposta reside, ainda segundo Arménio Carlos, na opção de classe de um Governo que não está, efectivamente, interessado em servir o povo e o país. Isto coloca como tarefa urgente a luta dos trabalhadores em prol de uma nova política, de uma política de esquerda!

Avis

Governos têm-se oposto ao desenvolvimento

Com a presença de Jerónimo de Sousa e perante mais de 200 pessoas, foram apresentados os dois candidatos aos órgãos municipais de Avis – Manuel Coelho para a Câmara, e o ex-presidente da autarquia, António Bartolomeu, para a Assembleia.

Este, na sua intervenção, destacou a capacidade – que a CDU demonstrou ao longo dos anos – de reclamar junto do Poder Central os equipamentos essenciais ao seu desenvolvimento, quer o governo seja PS ou PSD, com as já habituais vantagens concedidas por estes dois partidos às autarquias de que detêm a presidência. A seguir, lembrou casos de claro favorecimento do Governo PS a câmaras rosa, lembrando que este facto não impede que Avis tenha índices em muito superiores aos outros concelhos da região.

A seguir tomou a palavra Manuel Coelho, 33 anos, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal. Eleito vereador em 1997, assumiu as responsabilidades pelos pelouros da Educação, Cultura, Desporto, Acção Social e Turismo



Manuel Coelho

até substituir, em Junho do ano passado, o então presidente António Bartolomeu. Membro do Comité Central do PCP, Manuel Coelho é também membro do Secretariado e do Executivo da Comissão Concelhia de Avis, do Executivo da Direcção da Organização Regional de Portalegre e da Organização Regional do Alentejo.

Tomando da palavra, Manuel Coelho lembrou os 25 anos do Poder Local Democrático que produziu profundas alterações no País, e de que «Avis é disso prova viva». Mas o desenvolvimento de Avis, impulsionado em liberdade sempre com o cunho do PCP e dos seus aliados, não tem sido fácil, como nota o autarca,

devido ao papel dos sucessivos governos centrais que, ao invés de serem parceiros do poder local, «têm, na prática, tido o papel oposto», destacando a «constante tentativa de asfixia que o Governo e os seus representantes na região, funcionando como autênticas forças de bloqueio, nos procuram aplicar».

Manuel Coelho destacou ainda que «facilmente se chegará à conclusão que cumprimos o nosso programa em praticamente 100 por cento e que, para além disso, muitas foram as obras não previstas e as áreas não contempladas em que intervimos».

A preocupação com o desenvolvimento económico sustentado, atraindo investimento e emprego, com a qualidade de vida das populações – com especial incidência nas questões da habitação, da cultura e do desporto –, com a solidariedade social e com a participação de trabalhadores da autarquia e população do concelho são os principais vectores do trabalho a realizar nos próximos quatro anos.

Amar Lisboa com toda a alma

Decorreu no passado dia 21 de Junho, sob a pala do Pavilhão de Portugal no Parque das Nações, a apresentação pública dos cabeças de lista da coligação «Amar Lisboa» – sucessora das coligações que governam a capital desde 1989 – à Câmara e à Assembleia Municipal, respectivamente João Soares, do PS e João Amaral, do PCP.

Cerca de 2000 pessoas fizeram questão de estar presentes, entre as quais muitos militantes e amigos do Partido e representantes do movimento sindical unitário. A direcção do PCP fez-se representar por Fernanda Mateus, da Comissão Política, e Domingos Abrantes e Jorge Cordeiro, do Secretariado e da Comissão Política.

João Amaral começou por manifestar «o nosso total empenhamento no espírito da Coligação, de serviço público a Lisboa e aos lisboetas; e o nosso entusiasmo por irmos trabalhar, novamente juntos, na Coligação que ama Lisboa – com a força, o ânimo e a vontade dos que querem vencer, não para si, mas para vencer com os lisboetas os desafios que se colocam à Lisboa do século XXI».

Em seguida, o presidente da Assembleia Municipal da capital lembrou a Lisboa de outros tempos, quando gerida pela coligação de direita, que contava com «imensos bairros de barracas, falta de vias estruturantes, o Casal Ventoso,



João Amaral lembrou a Lisboa do tempo da gestão PSD/CDS e apelou à memória de quantos o ouviram para que a comparem com a actual

inundações mal começava a chover, buracos em todas as ruas, jardins abandonados, Chelas um ghetto, uma vida cultural e desportiva sem iniciativa camarária, os bairros históricos abandonados», comparando-a com a Lisboa actual, gerida por uma coligação que tem «tanta satisfação em estar a acabar com a vergonha que eram as barracas como em organizar os Jogos de Lisboa». Das obras feitas, destacou sobretudo as que não se vêem, como as obras «enterradas no chão» que acabaram com as cheias «que antes assolavam impiedosamente a cidade». As outras, afirma, «estão à nossa vista e à vista de todos os que as usufruem».

«Fomos nós que iniciámos a mudança, somos nós que a vamos aprofundar», disse, con-

victo, o deputado comunista que realçou o papel de todos os eleitos desta «grande e diversificada equipa» que vai dos eleitos da Câmara e da Assembleia aos trabalhadores das autarquias, passando pelas freguesias que «ganham na coligação meios e protagonismo».

A terminar, chamou a atenção para os muitos problemas que assolam a capital e «cuja resolução está noutros poderes», lembrando que «não é o Poder Local que fixa pensões e reformas, que comanda a PSP ou a política de rendimentos e preços». Contudo, «nenhum destes problemas nos é alheio, sobre todos eles estamos com aqueles que os sofrem e estamos nas nossas forças e possibilidades a lutar pela sua resolução».

• Sérgio Ribeiro

Nota de Culpa

Quando o funcionário do tribunal me veio chamar para servir de testemunha abonatória dos arguidos, senti uma sensação estranha. Nunca é indiferente, a não ser para quem indiferente seja ou se tenha tornado, entrar numa sala de audiências de um tribunal, mas desta vez havia mais qualquer coisa.

É verdade que não é muito frequente ver-me nestas situações, é até raro, mas já aconteceu vezes suficientes para poder dizer que não era a novidade que marcava o que sentia, no dia 22 de Junho, ao entrar na sala do Tribunal de Santarém.

Entre na sala e comecei por responder, respeitosamente, às perguntas do juiz. Nome, filiação, morada, etc. Até que vieram as perguntas sobre o meu relacionamento com os arguidos. Se era familiar de algum deles, se mais isto e mais aquilo.

Eu lá ia respondendo, na difícil explicação do que me ligava àqueles homens no «banco dos réus» até que, cá por dentro, algo explodiu: «sou amigo deles, respeito-os muito e há uma frase que define o nosso relacionamento: somos camaradas!; há, particularmente, um que entendo dever distinguir, o Álvaro Brasileiro, com quem estive preso em Caxias já lá vão quase 40 anos, antes do 25 de Abril, claro...»

Calei-me (nem sei se foi exactamente isto que disse... mas foi isto que quis dizer). Calei-me para não dizer o que vinha a seguir e poderia deitar o meu testemunho a perder, ou a ter efeito contrário ao pretendido.

E que era?

Que era dizer da vergonha que todos deveríamos sentir por ver ali, naquele «banco dos réus», aqueles homens, entre eles o Álvaro que se sentara, em 1964, em banco igual, a ele levado pela PIDE. Como era possível que ali estivesse, 27 anos depois do 25 de Abril, por ser subscritor de documento político colectivo que um presidente de Câmara do PS considerara ofensivo para a sua honra?

Antes de entrar na sala, nas horas de espera, lera os jornais que na minha terra se publicam. E sofrera ao ler os ataques inqualificáveis que me são feitos, semana a semana, por ser... comunista. Porque é a única acusação objectiva que se consegue vislumbrar na embalagem de insultos e calúnias. Para o que nunca pensei sequer dar resposta que não fosse política.

E ali estava, com o Álvaro e outros camaradas naquele papel de arguidos porque um senhor presidente de Câmara, lembrando prostitutas com susceptibilidade de virgens, se sentira ofendido.

Pensei que o que ali se passava era um julgamento político por mais que de outras roupagens fosse revestido. E que os «réus» não eram quem estava atrás de mim e cuja conduta coerente com um passado de luta eu abonava. O «réu» era aquele senhor que estava sentado ao lado de uma senhora advogada, mendigando do poder judicial apoio para a sua política.

CDU quer aumentar o número de mandatos nas autarquias a que preside e aposta forte na Câmara de Setúbal

Conquistar novas maiorias

Após se terem realizado as diversas iniciativas concehlias de apresentação dos candidatos às presidências das câmaras e assembleias municipais do distrito de Setúbal, teve lugar no passado dia 21, na Pousada do Castelo de Palmela, a apresentação conjunta dos cabeças de lista da CDU aos diversos órgãos municipais do distrito.

Nesta iniciativa ficou uma vez mais patente que a CDU se apresenta nestas eleições para avançar e crescer. Para se confirmar como a força maioritária no distrito de Setúbal, mantendo as posições detidas, reforçando e alargando as maiorias nos dez dos treze municípios e obter novas maiorias, com destaque para o concelho de Setúbal.

Presentes nesta iniciativa, para apoiar as candidaturas da CDU, gente dos mais variados quadrantes sociais e políticos, dirigentes sindicais, actuais eleitos autárqui-

cos, deputados do PCP e d' «Os Verdes» eleitos pelo círculo de Setúbal, dirigentes de associações empresariais, dirigentes do movimento associativo popular, e muita

outra gente ligada ao desporto e à cultura.

Na iniciativa, que foi presidida por Carlos de Sousa, actual presidente da Câmara de Palmela e candidato da CDU à

Câmara Municipal de Setúbal e membro da DORS do PCP, usaram da palavra Hélio Bexiga, da Comissão Directiva da ID, Heloísa Apolónia, da Comissão Executiva e do Con-

selho Nacional do PEV e, a terminar, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Dos treze concelhos do distrito, a CDU detém a presidência de dez: Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal e Sines. Nos três primeiros concelhos, a coligação volta a apostar nos actuais presidentes da câmara, o mesmo sucedendo em Sines, Moita, Grândola e Seixal. Nos restantes concelhos de maioria CDU, Barreiro, Palmela e Santiago do Cacém, a coligação apresenta como candidatos, respectivamente, os actuais vereadores Carlos Maurício, Ana Teresa Sá e Vítor Proença. Para tentar conquistar a presidência das duas câmaras perdidas há quatro anos – Sesimbra e Montijo – a aposta é em Álvaro Saraiva e Augusto Pólvora. O edil setubalense, o socialista Mata Cáceres, terá como adversário o presidente da Câmara Municipal de Palmela, Carlos de Sousa.



A conquista da Câmara de Setúbal, há longos anos nas mãos do PS, é a grande aposta da CDU no distrito

Amadora Realojados abandonados pela Câmara

A CDU deparou-se, na visita realizada a pedido dos moradores, no passado dia 20, aos lotes dispersos da Brandoa, com uma situação, considerada pela CDU local, em nota de dia 21, como sendo de «uma gravidade extrema». Revela também que «já há mais de um ano a CDU havia denunciado a situação de degradação das casas que, lembre-se, foram entregues em Julho de 1999» e que «de lá para cá nada foi feito pelo senhorio das casas, a Câmara Municipal da Amadora, excepto cobrar as rendas, que em muitos casos são de 60 mil escudos». A nota da CDU explicita do que fala quando refere a existência de uma situação grave: «Paredes completamente negras de humidade; tacos e rodapés levantados por acção da mesma humidade; lajes partidas em diversas janelas por acção do Sol sobre materiais de 5.ª categoria; rachas na parede de diversos prédios; sistemas de intercomunicação que nunca funcionaram e nunca foram reparados», tudo isto, assegura, «num conjunto de habitações extremamente bem cuidadas pelos seus moradores, que vão lutando como podem contra uma construção de má qualidade e um senhorio que os deixa ao abandono».

A situação continuará a ser denunciada, afirma a coligação, sobretudo por acção do deputado municipal e candidato à presidência da autarquia, António Filipe, que esteve presente na visita.

CDU na Internet

A CDU está na Internet um pouco por todo o lado. Para além da página «oficial», a funcionar dentro da página do Partido Comunista Português (www.pcp.pt), e de várias informações sobre actividades locais da coligação em vários sites concelhios ou regionais do Partido, a CDU do arquipélago dos Açores e de Vila Real de Santo António inauguraram, recentemente, os seus espaços na rede informática. Apresentada em conferência de imprensa no passado dia 15, a página da CDU-Açores, que se debruça não só sobre actividade relacionada com as eleições de Dezembro, mas também com a actividade parlamentar da coligação na região autónoma, estará acessível em www.cduacores.org.

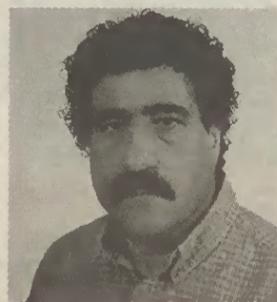
No passado sábado, Mário Sousa, candidato da CDU à autarquia de Vila Real de Santo António, fez o primeiro acesso à página da CDU local a partir de um portátil instalado numa mesa de esplanada na Praça Marquês de Pombal. O site está instalado em www.cdu-vrsa2001.org.

Vinhais e Mirandela Fotografias dos candidatos

Na passada edição do Avante! não foi possível publicar as fotografias dos dois candidatos apresentados em dois concelhos do distrito de Bragança, Vinhais e Mirandela, nomeadamente Manuel Rodrigues e Manuel Carlos Madureira, que publicamos no presente número.



Manuel Rodrigues



Manuel Madureira

Encontro Regional dos Açores Continuar a crescer

Realizou-se no passado dia 16, no Faial, o primeiro Encontro Regional das Comissões CDU das ilhas dos Açores. O Encontro, que contou com cerca de cem participantes provenientes de toda a região, analisou o papel da CDU/Açores na vida política regional e local, discutiu a participação dos cidadãos e da juventude na vida política e estudou aspectos diversos da preparação das eleições autárquicas do final do ano. Foram ainda discutidas diversas questões da actualidade política específica da região.

Aprovada por unanimidade foi a Resolução Política que, sobre as eleições, lembrou a situação política do arquipélago que condicionou, ao longo dos anos, «a participação da CDU nos órgãos de poder local, muito embora nas últimas eleições a CDU tenha obtido lugares de vereadores em três Câmaras, grupos de vogais em três assembleias municipais, representação numa quarta Assembleia Municipal e representação em algumas Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia», colocando como objectivo eleitoral o reforço da CDU e a eleição de mais vereadores.

Também por unanimidade foi aprovada a moção de protesto contra a RDP e a RTP-Açores, por «ausência de cobertura infor-

mativa, por parte dos órgãos de comunicação social públicos, do seu primeiro Encontro Regional, que se realizou no passado dia 16 de Junho, na ilha do Faial», tendo contado com a participação de dirigentes nacionais das organizações que compõem a CDU.

Presente no Encontro, Jorge Cordeiro, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, lembrou que, também nos Açores, a CDU «é uma presença indispensável nas instituições regionais e nas autarquias, uma voz necessária em defesa dos interesses das populações, uma presença combativa e de afirmação de aspirações e reclamações que de outro modo seriam desprezados», bastando, disse, para isso, «olhar para o trabalho desenvolvido pelos nossos deputados na Assembleia Regional e nas autarquias para confirmar a tese de que força dada à CDU é força posta ao serviço da defesa dos que trabalham e mais precisa».

Jorge Cordeiro salientou ainda os altos índices de realização das autarquias geridas pela CDU que têm os maiores índices de investimento municipal na cultura e no desporto, que ronda os 16 contos por habitante, quedando-se este investimento abaixo dos quatro naquela região autónoma.

CGTP contesta «50 medidas» do Governo Outra vez sacrificados

Em vez de responderem aos problemas verdadeiros, as medidas anunciadas pelo Governo vão impor mais sacrifícios aos trabalhadores, quer na Administração Pública, quer nas empresas.

Para a CGTP-IN, «as 50 medidas apresentadas pelo Governo não resolvem de nenhuma forma os problemas com que se debate o País», os quais «não são exclusivamente de carácter financeiro». «A situação financeira é apenas uma consequência

O Governo cedeu ao grande capital económico e financeiro

do falhanço ou do esgotamento de uma estratégia económica baseada em baixos salários, baixa qualificação, precariedade e desrespeito pelos direitos dos trabalhadores», afirma a central, numa nota de imprensa divulgada sexta-feira.

A Intersindical Nacional exige, pelo contrário, «uma política social que não determine apenas sacrifícios para os trabalhadores», «uma estratégia macroeconómica assente na valorização do trabalho, no respeito dos direitos de quem trabalha, no aumento da qualificação dos trabalhadores, numa repartição mais justa da riqueza criada» e uma política de saúde «que garanta uma maior eficiência na utilização dos meios disponíveis e um melhor sistema de saúde para a população».

No facto de as medidas terem sido anunciadas pelo ministro das Finanças, e não

pelo Primeiro-Ministro, a CGTP vê «uma incompreensão ou uma deficiente avaliação da situação real do País».

O Governo demonstra «total cederência aos ditames» do grande capital financeiro e económico, por limitar as medidas apenas ao plano

financeiro, como foi exigido. Por outro lado, o que Pina Moura anunciou são «medidas que deviam orientar o funcionamento normal do Estado» ou «cortes cegos nas despesas correntes do Estado e que irão atingir fundamentalmente os trabalhadores da Função Pública e outras camadas desfavorecidas» – tanto mais, quando as reduções são decididas para um período em que se regista aumento dos preços.

A imposição de um limite de 4 por cento para o aumento nominal da despesa pública irá, assim, impor reduções reais, «pondo em causa o funcionamento eficiente de todo o aparelho do Estado». Tal tecto «teria consequências graves no poder de compra dos trabalhadores» da Administração Pública e também serviria de orientação para os patrões do sector privado. Além de penalizar os traba-



Os cortes cegos nas despesas do Estado irão atingir fundamentalmente os trabalhadores

lhadores, as medidas do Governo também se reflectirão na degradação dos servi-

ços públicos, alerta a CGTP, revelando especial preocupação com as consequências da

generalização de parcerias com empresas privadas na Saúde.

Persistir na luta

Reunido no dia 20, o Conselho Nacional da CGTP-IN reafirmou «a validade e actualidade dos objectivos reivindicativos aprovados nas manifestações de 7 de Junho» e exortou «todos os dirigentes e activistas sindicais a empenharem-se com determinação no prosseguimento da luta, tendo presente a importância da dinamização das acções de base e a sua visibilidade pública».

Da reunião saiu uma calorosa saudação a «todos os trabalhadores que, correspondendo ao apelo lançado no 1.º de Maio, têm vindo a desenvolver uma significativa acção reivindicativa nos sectores e empresas, pela manutenção do poder de compra dos salários, contra os despedimentos, pela redução dos horários de trabalho, pelos direitos laborais e sociais». São referidas, em particular, as lutas desenvolvidas pelos traba-

lhadores da Administração Local e de subsectores da Administração Central; dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas; do Alqueva; de empresas que anunciaram despedimentos colectivos, como a Indelma/Siemens, a Preh e a Tribor; dos transportes privados rodoviários de passageiros; dos sectores metalúrgico e têxtil; dos médicos; dos professores.

São assinalados, na resolução aprovada pelo Conselho Nacional da Inter, «a oportunidade e o grande impacto da jornada de protesto e luta de 7 de Junho, que mobilizou, por todo o país, largos milhares de trabalhadores e se traduziu num significativo conjunto de paralisações e greves, concentrações e manifestações, demonstrando a justeza e legitimidade das suas reivindicações».

No documento sublinha-se «a importância das lutas reivindicativas, num contexto em que se verifica uma forte ofensiva contra o poder de compra dos salários, o aumento da precariedade do trabalho, ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, apelos insistentes a cortes drásticos na despesa pública e no financiamento das políticas sociais e, no plano económico e político, a chantagem dos patrões da grande economia e da finança e o aproveitamento demagógico, pela direita, das dificuldades económicas e do justo descontentamento popular». Para a CGTP, «a ofensiva em curso não é obra do acaso e tem responsáveis».

Neste contexto, as reivindicações dos trabalhadores e da central «expressam conteúdos concretos que têm de estar presentes numa necessária política alternativa».

Em agenda

Para a acção sindical imediata e sua projecção no segundo semestre deste ano, o Conselho Nacional decidiu agendar para 9 de Julho uma conferência e um colóquio sobre «Trabalho e Sociedade» e, para 18 de Julho, um plenário nacional, junto ao Ministério do Trabalho, sobre o sistema de Segurança Social e a regulamentação da lei de bases.

Uma conferência nacional, em 20 de Setembro, definirá os conteúdos reivindicativos e a estratégia de acção para o ano seguinte. A comemoração do 31.º aniversário da CGTP, a 1 de Outubro, será feita com «iniciativas voltadas preferencialmente para as empresas, tomando como objectivos centrais o rejuvenescimento e reforço do movimento sindical e a luta por uma política a favor de quem trabalha». A conferência da Interjovem ficou marcada para 12 e 13 de Outubro, enquanto uma conferência sindical nacional sobre a política de saúde terá lugar dia 16 de Novembro.



Na PREH, que pretende despedir 67 trabalhadores, realizou-se uma greve, durante todo o dia 20, que constituiu uma significativa manifestação de unidade dos trabalhadores e onde chegaram, entregues por mão própria na Trofa, várias expressões de apoio e solidariedade, designadamente de estruturas sindicais, comissões de trabalhadores e uma delegação do PCP

TAP

É «inteiramente justa» a reivindicação de uma actualização salarial na TAP, quer porque o custo de vida tem aumentado, quer porque tem crescido a produtividade, quer ainda porque os trabalhadores continuam a auferir salários inferiores aos praticados, em média, nas outras companhias aéreas europeias – defende a célula do PCP na transportadora. Num comunicado que divulgou na semana passada, a célula aponta a «dança de gestores» recente, que acrescentou seis vice-presidentes executivos ao quadro de administradores, como demonstração de que «a TAP não se encontra na crise que se apregoa». «Ao tentar congelar os salários, a administração está a apostar cegamente numa orientação desestabilizadora, que só poderá ter como resposta, por parte dos trabalhadores, a luta», afirmam os comunistas, que criticam também «estratégias governamentais erradas» e «opções de gestão que tudo prometiam resolver e nada resolveram».

Norporte

Só em subsídios de desemprego, a Segurança Social já pagou mais do que o dobro dos 150 mil contos que, em 1999, eram necessários para evitar que a Norporte parasse a produção, refere um comunicado sindical, distribuído no dia 20, quando teve lugar uma assembleia de credores. A decisão sobre o futuro da empresa de confecções de Alhos Vedros e dos seus 450 trabalhadores (mulheres, na maioria) ficou adiada para 20 de Setembro, ultrapassando assim dois anos de laboração suspensa e aumentando os motivos de apreensão. O documento refere que, só nos têxteis, vestuário e calçado da região Sul, foram destruídos mais de 3500 postos de trabalho nos últimos 3 anos.

Têxteis

Um encontro nacional de representantes dos trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado foi marcado para ontem à tarde, no Porto, para protestar publicamente contra o «escândalo» e a «vergonha nacional» que constitui o nível salarial do sector. Segundo a Fesete/CGTP, os salários praticados em Portugal variam entre 2 e 2,5 euros por hora (400 e 600 escudos por hora, o que representa pouco mais de 60 contos líquidos por mês), enquanto nos restantes países da UE se paga entre 11 e 27 euros (2200 e 5400 escudos). A federação recorda que, os lucros de 8 milhões de contos, contabilizados por apenas três empresas nos últimos 3 anos, davam para aumentar 4 por cento nos salários de 250 mil trabalhadores; no entanto, as associações patronais «ajustaram» as remunerações em apenas vinte escudos por hora, enquanto os trabalhadores e as estruturas da CGTP exigem uma subida de 46 escudos por hora, equivalente a 8 contos por mês.

Outras contas

Com o programa de redução da dívida pública, o primeiro objectivo do Governo é «fazer com que sejam os mesmos de sempre – os trabalhadores – a pagar os seus erros e incompetências, para que possa continuar a fazer a mesma política de promover os interesses do grande patronato», acusa o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Num comentário, divulgado dia 22, o STFPSA/CGTP refere uma série de exemplos, a comprovar que as contas da despesa pública deviam ser feitas de outra forma.

Na União Europeia, a Função Pública portuguesa auffer os mais baixos salários e representa a menor percentagem da população activa entre os quinze, pelo que o sindicato classifica de «caricato» que se pretenda dar a ideia de que são os trabalhadores os responsáveis por um descalabro orçamental que não se verifica noutros países. Esta situação «é, sim, o resultado do sucessivo derrapar das contas de empreendimentos como a Expo '98 e outras obras públicas, por incompetência e por laxismo dos governos», e da opção por «obras de fachada», bem como da política de criação de múltiplos institutos públicos. A redução deveria verificar-se, defende o sindicato, em áreas como o TGV, o Aeroporto da Ota, o Euro 2004, a Lei da Programação Militar.

O sindicato acusa o Governo de vir agora anunciar medidas que levam a que não sejam honrados compromissos assumidos pelo Estado, designadamente no que toca a carreiras profissionais e suplementos de risco.

As restrições na admissão de pessoal vão causar ainda maiores dificuldades de funcionamento em sectores «já de si tão depauperados de recursos humanos, como são entre outros, a Saúde e a Educação». O STFPSA prevê que o Governo vá recorrer à contratação de pessoal em regime de contrato individual de trabalho, medida que, «para além de outros efeitos nefastos que tem, sai também mais cara ao erário público». O mesmo sucede com o recurso a empresas, por cujos trabalhadores o Estado paga o triplo do que custa um funcionário público.



O relógio marca a hora

• Odete Santos

L Não. Não falamos do relógio que trazemos no pulso e para onde repetidamente olhamos à espera de que não seja ainda tarde para fazermos as tarefas acumuladas do dia anterior. Falamos do relógio biológico. O que deixou de ser imperativo, mas que não deixa de avisar que os ritmos do corpo abrandaram porque é noite, e será melhor repousar e fechar os olhos. Dormir. Falamos deste relógio a propósito do trabalho nocturno. Do trabalho que faz tocar a campainha da alerta do relógio biológico.

Do trabalho que se faz durante a noite porque é imprescindível a actividades de utilidade social, como por exemplo, as actividades dos Hospitais.

Do trabalho que se faz porque é imprescindível à laboração contínua das empresas que não podem de facto parar. E que continuam a necessitar do trabalho humano, apesar das tecnologias avançadas.

Mas falamos também do trabalho que se faz de noite para rentabilizar ao máximo o equipamento dos patrões. Numa tirana sujeição do ser humano ao lucro, sem a cuidada atenção aos terríveis efeitos para a sua saúde.

E falaremos concretamente do relógio biológico das mulheres.

Das mulheres a quem, em nome da igualdade (premissa falsa) impuseram o trabalho nocturno.

2. Vem isto a propósito de um debate que assola a França, a propósito de uma lei apresentada e aprovada pelo Partido Socialista Francês, intitulada lei da igualdade profissional entre homens e mulheres, que acabou com a proibição do trabalho nocturno das mulheres na indústria. Lei contra a qual votou, honra lhe seja feita, o Partido Comunista Francês. E contra a qual se manifestaram os sindicatos e as organizações de mulheres.

A França até à data, desobedecera às ordens da União Europeia, que em nome da igualdade entre homens e mulheres (bandeira falsa), ditara a extinção da proibição do trabalho nocturno das mulheres na indústria. Já arrostara, inclusivamente com a condenação, pelo Tribunal de Justiça Europeu, no pagamento de uma multa porque, soberanamente resolvera não acatar a ordem.

Mas claudicou com o governo do Senhor Jospin.

Nós por cá, já claudicámos há muito. Num remoto Governo do Cavaquismo, Portugal declarou a imposição do trabalho nocturno às mulheres, na indústria. Com a oposição do PCP.

3. Os dados científicos que vêm sendo acumulados indicam que, com a proibição do trabalho nocturno das mulheres constante outrora da legislação portuguesa, eram os trabalhadores do sexo masculino que eram discriminados. Porque as consequências da falta de

observância das leis do relógio biológico, têm gravíssimas consequências para o ser humano, tanto do ponto de vista da sua saúde física como psíquica.

Quando uma nova consciência sobre os direitos da criança impõe que os pais estejam mais atentos ao seu crescimento, as leis, no caso concreto a lei sobre o trabalho nocturno que prolifera quase sem peias, contribuem para o afastamento dos pais em relação aos filhos.

Não nos deteremos sobre a análise de todas as consequências do trabalho nocturno sobre a saúde e o bem estar dos trabalhadores, porque um caso específico está na origem destas linhas.

Apenas se dirá que o caminho não é o de alargar às mulheres as consequências nocivas do trabalho nocturno. Mas o de ir eliminando, por forma a torná-lo residual, a necessidade de recorrer a este trabalho através das novas tecnologias.

Como se verá, o alargamento do « direito » das mulheres na indústria a trabalhar de noite, apenas radica na necessidade, para o capital, de rentabilizar ao máximo os instrumentos de produção.

A Luísa da Calçada de Carriche muitas vezes já sobe a calçada de autocarro, sim, mas no fim de uma longa noite em que cabeceou de sono, sujeita a ter um acidente de trabalho, lá pelas tantas da manhã.

Apenas para subir a produção e aumentar o volume dos bolsos do dono da sua máquina. Não por uma questão de igualdade.

4. O Partido Socialista Francês aprova a sua lei depois de já ter sido divulgado um estudo oficial dinamarquês que, se ainda não é definitivo, não pode deixar de exigir as maiores cautelas na utilização do trabalho nocturno das mulheres.

O Estudo da Liga Dinamarquesa contra o cancro, feito a partir de um universo de 7000 trabalhadoras nocturnas afectadas de cancro da mama, revelou que as mulheres que trabalham de noite estão mais sujeitas ao cancro da mama do que as trabalhadoras diurnas.

A incidência do cancro era 70% superior quando o trabalho de noite era praticado durante o ano inteiro, e 50% se se trabalhava apenas durante metade do ano. Tudo isto pela insuficiência de secreção pela retina, de uma hormona - a melatonina.

Outros estudos, do Canadá e do Japão, revelam a sujeição das mulheres a uma fadiga acrescida (em relação aos homens) porque de dia, depois do turno da noite, fazem as tarefas domésticas, dormindo muito pouco.

Depois disto, ainda será possível falar de igualdade na imposição do trabalho nocturno às mulheres? A propósito: não foi na França que aprovaram a lei da paridade? Onde estavam as deputadas do Partido Socialista Francês quando aprovaram medida tão gravemente contrária à saúde das mulheres e à participação das mesmas na política?

Milhares de crianças e jovens deficientes em risco de perderem apoio

Governo corta nos professores

O Governo do PS prepara-se para reduzir o número de professores destacados para o ensino especial. É mais uma medida ditada pela «obsessão economicista e mercantilista» do Executivo, denuncia o PCP.

Em resultado da redução drástica de docentes anunciada pelo Ministério da Educação - baixar de 6740 professores para 3714 no próximo ano lectivo - milhares de alunos deixarão de ter o apoio que carecem.

E este é o aspecto mais grave da decisão governamental, no entender da deputada comunista Luísa Mesquita, que levou o assunto a plenário em intervenção no período antes da ordem do dia proferida numa das sessões plenárias da passada semana.

As reduções mais significativas acontecem ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, onde se encontra o maior número de crianças com necessidades educativas especiais. Os cortes variam de região para região, atingindo percentagens que vão desde os 45,5 por cento na Região Norte até aos 69,9 por cento no Alentejo. Na Região Centro, por exemplo, o Governo quer passar dos 1050 lugares existentes no presente ano lectivo para 334 no próximo ano, ou seja, uma diminuição de 718 docentes.

Claro que com esta medida o Governo de Guterres obtém o que pretende, isto é, poupar nas despesas com professores e com educadores. Mas só o consegue, como observou Luísa Mesquita, sacrificando o ensino público de qualidade e impedindo a educação para todos. Melhor dito: impedindo que milhares de crianças e jovens portadores de deficiência possam frequentar o sistema educativo regular.

E é isso que o Grupo comunista considera inaceitável tanto mais que em causa está o direito constitucionalmente garantido de acesso à educação. Que o Governo viola

ostensiva e friamente, não se coibindo, em simultâneo, de desprezitar compromissos internacionais por si assumidos, como é o caso da declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial da UNESCO sobre necessidades educativas especiais.

E não menos grave é ainda o facto de ser a própria Lei de Bases do Sistema Educativo a ser torpedeada. Diz o texto que



Obsessão economicista do Governo sacrifica funções sociais

a educação especial se organiza «preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico e com o apoio de educadores especializados». E acrescenta: «quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do

educando» (...), «a educação especial processar-se-á também em instituições específicas».

Ora sucede, como sublinhou Luísa Mesquita, que o PS «transformou as excepções em regra», quebrendo entregar às famílias a «responsabilidade de garantirem, em instituições privadas, as únicas que existem, a educação destas crianças e destes jovens».

Ainda por cima num quadro em que é sobejamente conhecida a já de si insuficiente resposta do Estado a estas crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Lembra da pela deputada do PCP foi, com efeito, a circunstância de em nenhuma região do País, segundo dados de 98/99, a resposta do Ministério da Educação chegar aos 50 por cento

das necessidades das famílias, havendo mesmo a registar o caso do Alentejo onde essa resposta se situou nos quatro por cento.

Como disse Luísa Mesquita, que não encontrou adjectivação para a qualificar, «é difícil imaginar que um Ministério da Educação viabilize esta decisão».

Direitos e regalias dos pescadores

Foi inviabilizado pelo PS e PSD o projecto de lei do BE que se propunha alterar o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca. Este regime jurídico, aprovado na anterior Legislatura com base numa iniciativa do PCP, constituiu um instrumento legal de enorme relevância para o sector, de tal modo que o dia da sua publicação passou a ser considerado como o Dia do Pescador. Isto não obstante o texto final (Lei 15/97) conter algumas imperfeições e formulações inadequadas, por imposição da bancada socialista, em todo o caso insuficientes para tirar brilho ou diminuir o significado deste regime em termos da consagração de direitos e regalias para a grande maioria dos pescadores.

Entre essas disposições já na altura defendidas pelo PCP estava, como recordou no debate o deputado Honório Novo, o caso das férias para o qual se preconizava regulação nos mesmo termos da lei geral, bem como o caso do subsídio de Natal que os deputados comunistas queriam que fosse equivalente a um mês de retribuição e nunca inferior ao salário mínimo nacional.

Pelo pagamento das obrigações decorrentes de incapacidade temporária motivada por doenças profissionais ou acidentes de trabalho se bateu igualmente o PCP.

Foram todas estas propostas defendidas pelo PCP na anterior Legislatura e na altura chumbadas pelo PS que o BE veio agora retomar.

Tratado de Nice não serve os interesses dos povos PCP exige debate nacional

O Grupo Parlamentar do PCP reiterou o apelo à realização de um debate nacional sério e alargado sobre a evolução do actual processo de integração europeia e particularmente sobre o Tratado de Nice.

O tema concitou as atenções do Parlamento, na passada semana, ainda sob os efeitos da onda de choque provocada por esse verdadeiro sismo que foi o não irlandês ao Tratado de Nice.

Um não com que as elites partidárias do «bloco central europeu» não contavam, como assinalou na ocasião o deputado Honório Novo, e, por isso, «viram a sua paz podre federalista perturbada».

Mas se esta verdadeira «pedrada no charco», como lhe chamou o parlamentar comunista, levou para já a que os «fundamentalistas do federalismo» fossem obrigados a «guardar na gaveta as suas mais ousadas propostas para o reforço das orientações federais», não é líquido que tenham aprendido a lição.

É que já no passado, com o não dinamarquês, tudo o que prometeram no sentido de aprofundar o debate europeu e aproximar os europeus das decisões comunitárias foi

Para o PCP a soberania e a salvaguarda da independência são inegociáveis

rapidamente esquecido. Daí o natural cepticismo de Honório Novo perante as novas juras e compromissos dos arautos do pensamento único europeu para fazer funcionar a democracia na União Europeia.

Tanto mais que são já evidentes os sinais de que não querem ler nos resultados do referendo irlandês aquela que é porventura a sua principal conclusão: o «quão longe dos interesses das populações está a União Europeia e as políticas que concretiza». A provar este autismo, como referiu Honório Novo, está a proposta que alguns insistem em fazer de realizar uma ou quantas consultas populares forem necessárias até que se «ajuste a vontade dos eleitores aos desejos das forças políticas e económicas que dominam o actual processo de integração europeia».

«Não são apenas dois pesos e duas medidas, é tam-



Os trabalhadores querem uma Europa que defenda os seus direitos e dignidade

bém a manipulação mais descarada, a chantagem mais evidente sobre as opções de um povo, é fundamentalmente a expressão bem viva do pouco respeito pela democracia e pela vontade dos cidadãos expressa em votos», denunciou o deputado comunista.

A posição do PCP quanto ao Tratado de Nice é, aliás, clara. «Não serve a Portugal como não serve aos povos dos diferentes Estado membros», sublinhou Honório Novo. Porquê? Por estender e quase generalizar as votações por maioria qualificada, por

quase eliminar o direito de veto mesmo perante questões fundamentais de soberania ou interesse nacional, por reforçar o poder de decisão e de controlo dos países mais fortes e populosos, por aprofundar a militarização e a subserviência perante estratégias expansionistas e de dominação.

Por outras palavras, na perspectiva do PCP, o Tratado de Nice é mais «uma etapa firme num processo de integração europeia norteado por orientações federais, iniciado em Maastricht e continuado em Amesterdão».

Daí a rejeição frontal dos comunistas portugueses, para quem, como salientou Honório Novo, «a soberania é inegociável», como essencial é manter e valorizar o papel dos parlamentos nacionais. Tal como é importante a manutenção do direito de veto em questões fundamentais e uma mudança de rumo nas políticas neoliberais de desregulamentação das empresas e dos mercados, visando a defesa da estabilidade laboral, o acréscimo de salários, de direitos e da dignidade de quem trabalha.

Gestão ruinosa da administração do Fundo Margueira

Negociatas e cumplicidades

Torna-se cada vez mais difícil compreender o que leva o Governo a manter-se impávido e sereno perante o comportamento dos responsáveis do Fundo Margueira Capital. Avolumam-se os sinais de incompetência, mas a impunidade dos seus actos parece ser total. Os exemplos de má gestão dos dinheiros públicos, em abundância, só são comparáveis à megalomania do Fundo Margueira e do seu presidente. Provam-nos a apresentação de sucessivos projectos - «Manhatan de Cacilhas», Torre Biónica de 500 metros de altura, e o que mais vier -, qual deles o mais arrojado de um ponto de vista da pura ficção. Enquanto exercício (ou delírio) não está mal. Mas passa a estar se atendermos a que o que está em causa é o dinheiro de todos os contribuintes. Como não parece ser muito correcto que a sua actividade tenha exclusivamente em vista a maior rentabilidade possível para os terrenos, mesmo que isso signifique torpedear os valores de ordenamento do território envolvente.

Atento ao desenrolar deste processo continua o deputado comunista Vicente Merendas. A sua mais recente diligência foi solicitar ao Governo, em requerimento dirigido aos

Ministérios das Finanças e do Ambiente e Ordenamento, o estudo estratégico e a proposta de urbanização da Margueira.

Entretanto, em declarações ao «Avante!», o parlamentar do PCP não escondeu a sua perplexidade pela forma como este processo tem evoluído. Interroga-se, sobretudo, sobre o tipo de negócio que está a ser forjado, enten-

dendo que está também por explicar qual o exacto envolvimento do Governo. E acima de tudo deixa uma pergunta: «o que espera o Governo para correr com a administração do Fundo Margueira?»

Clube Lisnave

Outra questão que preocupa o deputado do PCP tem a

ver com as instalações do Clube Lisnave. A situação é no mínimo insólita para não dizer escandalosa. É que o Clube recebeu uma carta do presidente do conselho de administração do Fundo Margueira Capital dando um prazo até 30 de Setembro para abandonar as suas instalações.

Com trinta anos de existência, no decurso dos quais

valorizou significativamente as suas infra-estruturas desportivas, o Clube tem desempenhado um importante papel no concelho de Almada, sobretudo no apoio à prática desportiva dos milhares de jovens que por lá têm passado. Actualmente são dez as modalidades que esta instituição de utilidade pública dinamiza, movimentando cerca de 2500 praticantes. Em 1998, foi distinguido com o título de Clube Desportivo do Distrito de Setúbal, galardão atribuído na sequência de uma iniciativa promovida pela Secretaria de Estado do Desporto. No ano seguinte, recebeu a Medalha de Prata de Mérito Desportivo da Cidade de Almada.

Como se nada disto fosse importante, sem que nada o previsse, a administração do Fundo Margueira não hesita em dar fria e secamente uma espécie de ordem de despejo. Por isso o requerimento que Vicente Merendas já dirigiu ao Governo, instando-o a pronunciar-se sobre as suas responsabilidades na defesa daquela prestigiada instituição e sobre as medidas que pensa adoptar de modo a inverter o propósito do Fundo Margueira em relação ao Clube Lisnave.



O Governo tem assistido impávido aos desvarios da administração do Fundo Margueira

Transferência de competências

A proposta do Governo para a transferência de certas competências dos tribunais para o Ministério Público, as Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial e também Cartórios Notariais baixou sem votação à Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias. O diploma, em debate na semana transacta, visa transpor para as conservatórias e notários «todos os procedimentos» que não envolvam litígio entre as partes envolvidas.

Os partidos da oposição, como foi o caso do PCP, teceram algumas críticas à proposta, esperando agora que em sede de especialidade nela sejam introduzidas algumas alterações que atenuem as preocupações manifestadas. De acordo com o Ministro António Costa, a ideia é combater a morosidade da justiça. Nesse sentido, segundo a proposta, alguns dos processos até agora sob a alçada dos tribunais passam ou a ser decididos pelo Ministério Público, como é o caso dos relativos à tutela dos interesses dos incapazes e ausentes, ou a ser tratados pelas conservatórias ou notários. As conservatórias do registo civil, por exemplo, passam a ter competência nos processos relativos à atribuição de alimentos a filhos menores e da casa de família, à reconversão da separação em divórcio e à reconciliação de cônjuges separados. Também os processos relativos a divórcio por mútuo consentimento de casais com filhos menores em que o poder paternal não está regulado passam para a alçada das conservatórias, sem prejuízo de o Ministério Público continuar a ter também um «papel activo» na defesa dos interesses do menor.

Empresa poluente no Barreiro

Problemas ambientais estão a ser originados pela empresa Biofax, sediada no Quimiparque, Barreiro. Desta situação se fez eco já o deputado comunista Joaquim Matias, em requerimento dirigido ao Governo, no qual denuncia o facto de há cerca de um mês exalar um cheiro nauseabundo das instalações da empresa, cuja actividade está licenciada pelos Ministérios da Economia e do Ambiente e Ordenamento do Território. A própria Câmara já procurou indagar, junto do Ministério do Ambiente, a quem compete a fiscalização da actividade, bem como as causas da infestação, não tendo porém obtido qualquer informação. O que corre entre a população, embora essa seja uma informação não confirmada, é que se trata de grandes quantidades armazenadas de resíduos industriais, constituídos por gorduras de peixe, já em adiantado estado de decomposição, que estarão a ser objecto de um tratamento para poderem ser recebidos num aterro sanitário. Estando em causa a qualidade de vida da população, Joaquim Matias questiona-se sobre se a actividade da empresa está de acordo com o licenciado e insta o Governo a actuar de forma a pôr cobro a esta situação.

Doenças de comportamento alimentar

A ditadura do corpo

Cada vez mais a beleza é associada à magreza. Doenças como a anorexia e a bulimia têm crescido nos últimos anos. Patrícia Nunes, dietista na Consulta de Doenças do Comportamento Alimentar do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, fala de dietas e corpos perfeitos. E conta muitas histórias.

– A consulta atende muitos doentes?

– Sim. Por dia temos entre 50 e 80 pessoas. Habitualmente, os doentes vêm com uma certa triagem. Antigamente a pessoa chegava aqui com uma anorexia ou uma bulimia, era atendida pelos nossos técnicos e era-lhes marcada uma consulta. Mas chegámos a ter 20, 30 pessoas num dia só para a consulta de primeira vez. Era extremamente complicado. Passou-se então a fazer a triagem apenas às primeiras quintas-feiras de cada mês. Há uma lista de espera de três a quatro meses.

– Há quanto tempo existe esta consulta?

– Desde 1989. Nessa altura apareciam poucos casos, porque as doenças eram muito pouco conhecidas. A partir de 1995 foi o boom total. Algumas figuras públicas deram a cara e disseram que tinham estas doenças, o que fez com que as pessoas pensassem. Também temos o oposto, casos de pais que vêm uma menina ou um menino a fazer uma dieta de

emagrecimento e pensam que estão doentes. Isto acaba por contribuir para encher a consulta. Pode ser uma outra perturbação que, se não for controlada a tempo, pode desenvolver-se para uma anorexia ou uma bulimia. Por vezes são só pequeninos truques que as pessoas querem aprender para perder três ou quatro quilos. Nem todas as pessoas que fazem uma dieta vão ficar com uma anorexia ou uma bulimia.

– Quem faz uma dieta ou tem cuidado com a linha não é um potencial anoréxico ou bulímico?

– Não, porque se trata de doenças psiquiátricas. Tem de haver um terreno para que a doença se desenvolva. São doenças multifactoriais. Há vários estudos que apontam que a anorexia é uma doença genética. Por outro lado, tem de haver um terreno familiar, social e psiquiátrica que permita que a doença se instale.

– Essas são as causas das doenças de comportamento alimentar?

– Essencialmente, o que leva a uma anorexia ou a uma bulimia é não estar contente com o corpo e tentar atingir um ideal de beleza à custa de ser magro. Talvez a melhor forma de prevenir seja fazer com que uma pessoa que vá fazer dieta não procure uma revista que apresenta resultados rápidos, mas falsos. Como não se consegue seguir essas dietas, automaticamente há uma grande recuperação de peso ou até um aumento do peso inicial. O melhor é recorrer a um especialista.

Neste momento as pessoas estão muito mais preocupadas. Antigamente só procuravam um dietista se tinham diabetes ou colesterol, mas hoje tenho imensas pessoas de todas as idades que vêm às consultas só para saber se estão bem, se têm uma alimentação saudável.

– Pode-se dizer que a moda, a publicidade, a televisão e todos os estereótipos de beleza são potenciadores deste tipo de doenças?

– Têm uma certa influência, mas não são causa directa. No início pensou-se que sim, com os meios de comunicação a transmitir a imagem do «corpo perfeito» e determinadas lojas a vender roupa com números não muito altos e os mais altos – o 40 ou o 42 – a serem pequenos. Isso poderá ser um potencial, mas sabe-se que em África ou na China – zonas em que não há muita publicidade – a doença também se desenvolve. Nos anos 60 e 70, o fenómeno começou com algumas modelos extremamente magras. Deixou-se o corpo arredondado para se passar para um corpo extremamente magro. Mas estes estereótipos não são por si só potenciadores das doenças. A maior parte das meninas que vêm à consulta – também temos casos de rapazes – não têm o intuito de ter o corpo da Cláudia Schiffer. Não se sentem bem e focalizam-se em determinadas partes do corpo de que não gostam.

Foi agora internada uma menina de 14 anos que pesa 34 quilos, com 1 metro e 67. A única coisa de que não gostava era das pernas. Ela diz

que queria umas pernas magras, só músculo.

– Nessas circunstâncias, não ficam insatisfeitas com o resto do corpo, depois de emagrecer de mais?

– Não têm capacidade. Antigamente, pensava-se que as anoréticas tinham uma imagem distorcida do seu corpo: podia ter 25 quilos que a imagem ao espelho era igual à que tinham com 60 quilos. O que acontece é que há anoréticas que têm perfeita noção do corpo e escondem de tal forma a

magreza que não vão à praia e que no Verão andam com quatro camisolas, colans e calças.

– Não se sentem bem assim tão magras?

– Imagine que tem 50 quilos e não gosta do seu corpo. A primeira etapa é descer para os 45. Atinge-se essa meta, mas o problema não é ter esse peso, é a luta que então começa: «Se comer, volto a ter 50 quilos». Elas não querem descer, mas o medo de subir de peso faz com que continuem a diminuir.

– Quanto tempo é que um processo destes pode durar?

– Meses, um ano, ano e meio...

– É uma situação muito difícil de suportar, porque se sente fome?

– Claro, mas automaticamente há o controlo da fome. São pessoas muito controladoras e ter fome é perder o controlo. Por isso é que algumas doentes perdem o controlo e a anorexia passa para uma bulimia. A bulimia tanto pode ser comer e vomitar a seguir como comer e passar dias em jejum.

Há casos de pessoas com perturbação de comportamento alimentar que estão com o peso baixo e que querem recuperar depressa. Os doentes do internamento que se calhar comeram um iogurte e uma folha de alface por dia durante dois meses não podem começar a comer bife. Tem de ser um processo adaptativo, porque o organismo deixou de saber comer. O que acontece é que, ao fim de uma semana ou duas, há determinadas coisas que são negociadas: as chamadas

telefónicas, as visitas... Com o aumento do peso, as doentes vão negociando.

Por vezes, acontece, de uma semana para a outra, quererem comer bife com batatas fritas, leite, pão... Chegam a roubar bolachas aos outros doentes, porque pensam que combinaram ter alta com 40 quilos e quanto mais depressa os atingirem melhor. Pode ter os 40 quilos, mas se a parte psicológica não estiver tratada fica mais um mês ou dois.

– É difícil lidar com este tipo de doentes?

– Essencialmente, acho que é preciso gostar, porque elas são extremamente manipuladoras.

– Mesmo as mais novas, com 9 ou 10 anos?

– São muito dóceis, mas tentam enganar-nos. Não se pode desistir. São etapas muito pequeninas e o nosso primeiro objectivo é que elas parem de perder peso. Não queremos que se assustem, mas que tenham confiança em nós.

– Em geral há uma resistência ao tratamento?

– Por vezes. As pessoas com bulimia não, essas querem ser tratadas. A bulimia desenvolve-se mais anos, porque se consegue esconder. É uma doença que implica um sentimento de culpa e vergonha. Não é fácil dizer «eu como e vomito» ou «eu como três e quatro bolos de aniversário de cada vez e depois estou três dias sem comer». A partir do momento em que conseguem ter confiança, vêm a uma consulta. Nas bulímicas conseguimos associar um anti-depressivo que



Patrícia Nunes

estabiliza o humor e evita as crises. As anoréticas não se dá medicamentos, excepto vitaminas e cálcio para evitar a osteoporose precoce. Neste momento ainda não se sabe bem, mesmo se ultrapassarem a anorexia, se os ossos voltam a ficar como antes. Não vale a pena estimular o apetite, porque elas fome têm. Não comem porque não conseguem ou não querem.

– Pode-se fazer um retrato de uma anorética?

– Minimamente. Podemos ter uma anorética que come de tudo mas em quantidades de passarinho ou uma anorética que aboliu a maior parte dos alimentos e que se limita a comer laticínios. É muito variável. São perfeccionistas, têm muita força de vontade para controlar a fome. Gostam muito de cozinhar, podem ter ou não a imagem distorcida do corpo e quando entram no processo de perda de peso deixam de ser menstruadas. As análises são sempre fantásticas, porque enquanto tiverem músculo não há baixa de proteínas. Têm uma pele seca e envelhecida, por vezes coberta de pelo.

– Não é contraditório uma pessoa querer emagrecer e, quando o consegue, procurar esconder o corpo?

– Algumas têm um prazer enorme de mostrar o seu corpo esquelético. Poderá haver uma menina que terá sido rejeitada por um rapaz que lhe disse que tinha o rabo grande, entra neste processo e depois até deixa de ter rabo. Af já não está minimamente preocupada. Essencialmente com bulímicas, há alguns casos de pessoas que foram vítimas de abuso sexual. Uma das formas de não voltar a ter contacto com o sexo oposto é não serem atraentes. É uma forma de estarem protegidas.

– Estas doenças podem ter consequências a longo prazo?

– A menstruação só volta se o peso aumentar, há problemas na parte óssea e, se as doenças se desenvolverem no pico de

crescimento, as doentes podem não ficar com a altura prevista. Há pessoas que passam a comer de tudo, outras mantêm pequenos hábitos. Tenho uma doente que só consegue comer pacotes de manteiga pequeninos, porque eu no início do tratamento falei em meio pacote de manteiga pequeno. Há também situações graves, de pessoas que não tiveram tratamento a curto prazo e que são mais difíceis de tratar.

– A maioria quando amadurece recupera?

– Completamente.

– Porque é que o peso é uma questão tão sensível?

– Penso que é um mito a que as pessoas se agarram: ter 1 metro e 50 e não poder ter mais de 50 quilos. Isso é o maior disparate, porque depende da constituição física de cada pessoa. As doentes perguntam muito qual é o peso ideal, mas não há um peso ideal, depende da pessoa.

A balança não é um parâmetro

fiável. Se bebermos mais água e ainda não tivermos ido à casa de banho, pesamos mais. Esse é um dos truques que as doentes usam, mas isso só funciona durante um tempo, até eu também usar um truque e chamar para a consulta as doentes numa ordem inesperada. Uma doente com anorexia nervosa crónica, com 32 anos, resolveu ser tratada mas tinha medo. Todas as semanas aumentava meio quilo, mas eu não achava que ela estivesse bem. Habitualmente pesamos as doentes só com uma camisola, mas esta vinha sempre com uma camisa. Uma vez insisti com ela para se despir e ela começa a chorar sem parar: trazia nove quilos em pesos no soutien, na camisola, nas calças... Para ela foi um alívio.

– Até onde é que uma doença destas pode levar?

– Pode levar à morte. Na bulimia, a pessoa pode aspirar o vómito e

“Uma vez insisti com ela para se despir e ela começa a chorar: trazia nove quilos em pesos no soutien, na camisola, nas calças”

morrer por asfixia. Podem também desenvolver úlceras, que posteriormente pode tornar-se em carcinomas.

– Estas doenças são encaradas pela sociedade da forma desejável?

– Sabe-se que a anorexia está numa fase estável, mas que a bulimia está a crescer. Não sabemos se se as bulímicas estão a ganhar mais confiança e a revelar o seu problema. O que aumentou muito foram outras perturbações de comportamento alimentar, que não preenchem os critérios totais da anorexia nem da bulimia. Aparecem também muitas obesidades com crises de voracidade alimentar.

Um caso real «Martirizava-me constantemente...»

Pilar, de 19 anos, foi anorética durante um ano. Há três anos passou dos 54 para os 41 quilos. «Tinha um ar anémico e estava razoavelmente escanzelada», recorda. Uma história contada na primeira pessoa.

«Após uma operação, emagreci bastante porque era alimentada a soro e dei por mim a gostar de me ver sem aqueles quilos. Foi um emagrecimento muito súbito, feito sem qualquer transição. Procurava desesperadamente fugir à comida, como se fosse a minha única missão na vida, de forma a manter o meu peso e até a tentar diminuir, para corresponder à imagem que eu entretanto tinha criado do corpo que queria ter», conta Pilar. Não chegou ao ponto de ficar agradada com o seu corpo, apesar de ter chegado a pesar 41 quilos medindo 1,63 metro de altura. «Nunca me senti plenamente satisfeita, embora intimamente reconhecesse que não estava com um ar muito saudável. Mas havia uma força em mim que me instigava a prosseguir a dieta.»

Num dia típico, tomava ao pequeno-almoço normal um copo de leite e um pão. «Não me ape-

tencia comer e às vezes esquivava-me dizendo que estava indisposta.» Era constante a preocupação com as calorias. Ao almoço comia uma sopa e uma peça de fruta. «Ao jantar petiscava umas coisas, argumentando que ao longo do dia me tinha alimentado muito bem.»

O peso era controlado várias vezes por semana. «Nunca cheguei à minúcia das gramas, mas era com agrado que verificava que o peso ia sempre baixando. Sentia-me bastante vitoriosa, que estava a conseguir aquilo que queria contra tudo e contra todos, incluindo contra mim própria.»

Tinha lido artigos sobre dietas e seguia as regras básicas. «Bebia muita água para travar o apetite. Acho que deixei de sentir fome, porque o meu organismo se habituou à escassez de alimentos. A princípio tinha fome, mas procurava recalcar isso e sentia que estava sob controlo. Isso dava-me uma sensação de poder sobre o meu corpo.»

A mãe desempenhou um papel fundamental. «Ela reparava na minha magreza e percebia perfeitamente que eu me servia de expedientes para não comer.» A mãe insistia, mas percebeu que essa não era a melhor estratégia. «Ela ia tentando explicar-me pacientemente que o facto de não

comer me prejudicaria muito a saúde e que me ia atrofiar o desenvolvimento.»

Pilar diz que, apesar da sua obsessão, esteve sempre lúcida. «Percebia que a minha atitude era bastante doentia», afirma. Consciente disso, Pilar, quando era confrontada pela mãe, reconhecia intimamente que «ela tinha toda a razão do mundo. Mas havia uma força em mim que era mais forte que tudo o que eu procurasse interiorizar.»

«A minha força de vontade era maior que tudo e eu sabia que nada me poderia deter. Era isto que eu ia dizendo a mim própria diariamente, incitando-me», recorda.

Mudar de vida

Entretanto, Pilar foi-se sentindo cada vez mais fraca e a perder a sua capacidade de concentração. A pouco e pouco o seu comportamento foi-se modificando sob a pressão materna. Pilar procurou então comer mais e diversificar a alimentação. «Foi uma coisa transitória. Talvez tenha absorvido inconscientemente as palavras da minha mãe. Depois o processo fluiu naturalmente, o que não

deixava de implicar alguma violência sobre mim própria. Mas eu impus-me a fazê-lo.»

Mas porquê naquela altura? «Porque eu não queria que a minha única missão na vida fosse combater os eventuais quilos que me «ameaçassem». Olhava para as outras pessoas e sentia-as muito mais felizes do que eu. Pensei que tinha de abandonar esse complexo estúpido e que a minha socialização viria cá de dentro e não se limitaria à pura superficialidade do corpo.»

Hoje Pilar vê esse ano da sua vida de forma clara. «A minha figura era perfeitamente banal, mas mentalizei-me que tinha de me tornar mais atraente aos olhos das outras pessoas. Acho que fantasiar muito acerca disso. Na realidade, vivia uma vida ótima, que posteriormente consegui recuperar.» Pilar considera que a sua qualidade de vida diminuiu nesse ano: «Só me preocupava com o peso, martirizava-me constantemente com esses pensamentos.»

Pilar compreende as razões por que se tornou anorética, mas afirma ter desenvolvido «anticorpos». «Se voltar a ser tentada, vou obrigar a lembrar-me para esse ano e a lembrar o martírio por que passei e a completa infelicidade em que vivia», diz, agora com 49 quilos.

Pistas para bicicletas

«Os Verdes» apresentaram ontem na Assembleia da República um Projecto de Lei que prevê um plano de rede nacional de pistas dedicadas à circulação de velocípedes.

Com este projecto, «Os Verdes» pretendem que a utilização da bicicleta seja promovida numa óptica não apenas de lazer, mas entendida como um transporte alternativo.

O partido ecologista defende, em nota de imprensa, que promoção do uso da bicicleta «é um imperativo das sociedades modernas, fundamental inclusivamente no combate à poluição atmosférica, e no sentido também de contribuir para a regularização e diminuição dos gases que provocam efeito de estufa».

«Os Verdes» sublinham que o incentivo à utilização da bicicleta é «o incentivo à prática de hábitos de vida mais saudáveis» e o transporte de bicicleta é «um direito que é permanentemente negado pelo facto de ser demasiado inseguro circular por bicicleta nas nossas vias rodoviárias».

CPPC toma posição

A subida ao poder de Ariel Sharon «veio colocar em causa os acordos celebrados com a Autoridade Palestiniana e desencadear uma ofensiva político-militar com vista a derrotar o projecto político palestino de edificar um Estado independente com capital em Jerusalém Leste», denuncia o Conselho Português para a Paz e Cooperação, em comunicado de imprensa.

O CPPC lembra que «a pedra angular destes acordos tinha como base a troca de terra pela paz», com a retirada das tropas israelitas de Gaza e Cisjordânia e a criação de um novo Estado da Palestina. É este processo que «o governo de Sharon quer bloquear e liquidar». Nesse sentido desencadeou uma ofensiva que passa pela construção de novos e alargamento de antigos colonatos, confiscação de terras, destruição de casas, cerco de aldeias, ataque a infra-estruturas militares palestinianas. A repressão israelita já se saldou em mais de 700 mortos e vinte mil feridos.

Para o CPPC, no Médio Oriente, «a linha divisória é entre o respeito pelo direito internacional e o governo de Israel que se coloca fora da lei» com o apoio dos EUA.

Lembrando que, no Médio Oriente, há «ocupantes e ocupados», o CPPC apela a «todos os portugueses amantes da paz» a manifestarem o seu apoio à luta do povo palestino pelos seus direitos nacionais.

Sindicato dos Jornalistas protesta

A Direcção dos Sindicatos dos Jornalistas enviou ao Embaixador da República da Guiné-Bissau em Portugal uma mensagem em que manifesta a sua apreensão pela notícia da detenção, sem mandato judicial, do jornalista Athizar Mendes, do «Diário de Bissau», e do director do mesmo diário, João de Barros, conduzidos ao Tribunal «para darem explicações sobre as acusações de alegada corrupção contra o Presidente da República e alguns membros do Governo».

O Sindicato dos Jornalistas protesta contra esta actuação das autoridades da Guiné-Bissau, e denuncia-a como «um acto de clara intimidação e prepotência contra jornalistas no exercício da sua profissão, pondo em causa a liberdade de expressão e o direito à informação, valores essenciais num regime democrático».

Lisboa tem «Carta de ruído»

O trânsito rodoviário e o tráfego aéreo são as principais fontes emissoras de ruído na capital, segundo a Carta de Ruído de Lisboa, apresentada segunda-feira na Câmara Municipal.

O Grupo de Acústica do Centro de Análise e Processamento de Sinais do Instituto Superior Técnico, responsável pela elaboração da carta, fez uma análise da cidade considerando três tipos de ruído: «muito ruidoso», «ruidoso» e «pouco ruidoso».

Com a classificação «muito ruidosa» surge toda a área ao longo da Segunda Circular, a zona de aproximação do aeroporto e alguns grandes eixos viários.

A zona da Baixa e da Avenida da Liberdade surgem como «ruidosas».

As zonas do interior da cidade mais afastadas dos grandes eixos viários, os núcleos habitacionais, como o Castelo, ou as zonas verdes (Parque Eduardo VII) surgem no mapa marcadas a verde com a classificação «pouco ruidoso».

Os técnicos responsáveis pela Carta de Ruído fizeram ainda a análise das fontes de ruído durante o período diurno e nocturno.

Na Carta, o ruído doméstico não foi considerado como fonte relevante de emissão, não tendo sido feita uma análise particular já que se trata de situações pontuais.

As cartas de ruído são ferramentas para diagnóstico e gestão do ambiente sonoro, bem como para a redução dos níveis de ruído. Constituem uma fonte de informação para os cidadãos e para os técnicos de planeamento do território.

Educadores de infância fazem greve em todo o país

Em defesa do calendário escolar

Os educadores de infância de todo o país fizeram greve em defesa da qualidade pedagógica neste nível de ensino.

Em dia de greve nacional dos educadores de infância, terça-feira passada, muitos dos 4 419 jardins de infância públicos do país encerraram portas ou funcionaram de forma parcelar.

Uma acção de protesto promovida pela Federação Nacional dos Professores - FENPROF, abrangendo o sector público e privado, aprovada na concentração nacional de educadores de infância que se realizou dia 8 de Junho, frente ao Ministério da Educação, e que contou com a presença de centenas de docentes da Educação Pré-Escolar. Além da greve, os educadores de infância realizaram nova concentração frente ao ME, em Lisboa.

Em causa está um despacho de 2000 que retira a aplicação do calendário escolar aos jardins de infância e determina que este deve ser negociado com as autarquias e os pais.

O calendário escolar, definido para os restantes níveis de ensino, faculta a professores e educadores interrupções lectivas no Natal, Carnaval, Páscoa e Verão. Interrupções que os educadores de infância defendem como indispensáveis para assegurar a qualidade pedagógica.

A FENPROF sublinha ainda que os jardins de infân-

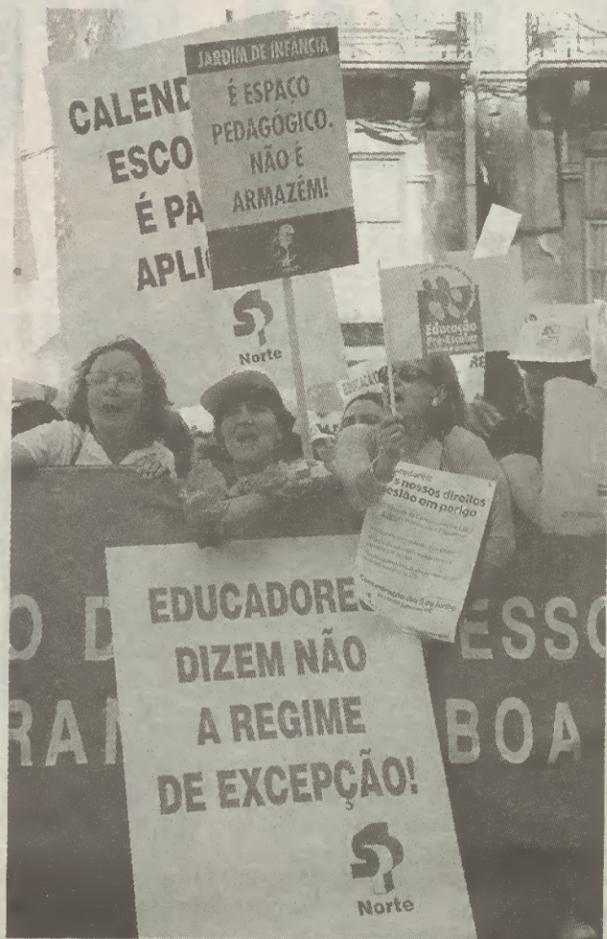
cia não necessitam de um calendário escolar diferente dos demais níveis de ensino para garantir um horário de atendimento alargado. Para tal basta que o Ministério da Educação, a

Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade dêem cumprimento ao protocolo assinado que prevê a componente sócio-educativa (almoço e prolongamento de horário). Os educadores - cerca de 8500 em todo o país - defendem que as suas funções são apenas de natureza educativa e pedagógica assegurada por outros profissionais.

Alerta no ensino especial

A abertura dos concursos de destacamento de professores para a educação especial, na passada sexta-feira, com 4 338 vagas, designadamente para a valência de apoio a crianças com deficiência, veio confirmar o alerta anteriormente lançado pela FENPROF. Na região Centro, registou-se um corte de 396 lugares e no Norte, a redução é de 917 vagas.

Face a esta situação, a



Os educadores de infância estão em luta

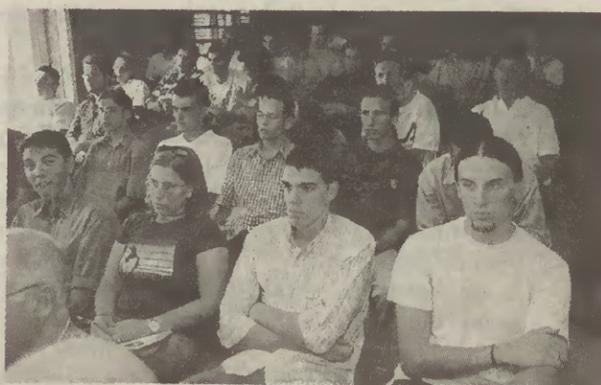
FENPROF considera que a «justificação do Ministério da Educação de que os lugares agora cortados serão compensados pela colocação de professores de apoio ao abrigo do Decreto-Lei 35/88 é insuficiente e duvidosa». e critica, por um lado o facto destes professores não serem colocados enquanto docentes para o ensino especial e, por outro, não serem considerados critérios «como a formação, a disponibilidade ou a experiência».

Idêntica posição é defendida pela Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes - CNOD que, em comunicado à imprensa, lembra a necessidade de os professores de educação especial serem docentes especializados e que as vagas não sejam preenchidas por docentes não qualificados, «o que desvirtua de forma dramática todo o trabalho já realizado» para a integração de crianças com deficiência.

Uma experiência pedagógica a desenvolver

Dez anos de uma experiência muito positiva da Escola Profissional de Electrónica e Telecomunicações foi o tema de um encontro reflexão, promovido, quinta-feira passada, pelas associações de pais e estudantes da EPPET, em que intervieram também professores, a Comissão Instaladora, os sindicatos dos Professores e das Telecomunicações, representantes da Câmara de Lisboa e da Telecel. Para concluir que esta é uma experiência com pernas para andar, e mesmo um exemplo para outros. Uma experiência para a qual se reclamam apoios. E se recusam manobras de privatização.

O encontro reflexão sobre a experiência de ensino da EPPET teve como objectivos, por um lado a análise e valorização dos resultados pedagógicos e técnico-profissionais alcançados nestes dez anos, «indissociáveis da natureza de escola pública» da EPPET, por outro, a defesa de opções políticas e educativas



No encontro participaram muitos estudantes e professores

que «criem condições e lancem este projecto para respostas mais amplas à formação profissional», de que o nosso país tanto carece.

Na Declaração Final, resultante deste encontro, traça-se um breve historial deste projecto inovador, a sua consolidação como «experiência pedagógica de futuro», e destacam-se alguns factores, como contribuições para o seu sucesso.

Antes do mais, a dimensão da escola, que contribui para a aproximação afectiva de

toda a comunidade escolar. A que acresce um corpo estável de professores, com uma formação de qualidade e activamente envolvido na definição do próprio projecto educativo. E ainda, um ensino centrado no desenvolvimento de capacidades, mais do que na memorização de conteúdos, uma aprendizagem que se constrói em torno de projectos progressivamente mais complexos, criando no aluno «uma motivação centrada na necessidade de aprender em vez da obrigação de aprender».

É esta escola - num processo já várias vezes denunciado nas páginas de o «Avante!» - que o actual Governo pretende liquidar «enquanto escola pública e projecto de ensino técnico-profissional». Uma opção só entendível «à luz de uma política que dá primazia ao interesse privado em detrimento do interesse público e à ausência de um real e arrojado projecto de desenvolvimento económico e social capaz de tirar o país do atraso crónico em que se encontra».

Ao arripio de tais opções, a EPPET considera que «se impõe potenciar as capacidades e competências instaladas» nesta e noutras escolas profissionais e defende que lhes seja concedido o estatuto de escolas especializadas, numa perspectiva de «cimentar a intervenção pública no campo do ensino e da formação profissional, capitalizando a ligação que ao tecido económico quer ao ensino superior».

CGTP debate trabalho infantil

Escondido em casa

Hoje o trabalho infantil está escondido no interior dos domicílios. Esta foi uma das conclusões da mesa redonda organizada pela CGTP/Inter-sindical Nacional, no passado dia 22, no Porto.

Nos últimos anos tem-se verificado um deslocamento do trabalho infantil do interior das fábricas para os domicílios das próprias crianças. Um facto que tem a ver com o aumento das denúncias e das acções inspectivas, disse Maria Emília

Só com o combate à pobreza se pode acabar com o trabalho infantil

Reis, dirigente da CGTP, no encontro que reuniu elementos ligados ao CNAsti (Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil), ao PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração pelo Trabalho Infantil), do Sindicato dos Professores do Norte, do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e da IGT (Inspeção Geral do Trabalho).

A maior parte destas situações dão-se no sector do calçado onde, actualmente, os patrões «já não querem ter o seu produto conotado com este tipo de práticas, pelo que preferem dar os acabamentos ou certas fases do fabrico a fazer fora de portas», mas alargou-se a outros sectores, como o têxtil, afirmou a dirigente sindical.

Uma situação que impõe outras formas de combate ao trabalho infantil. A proposta avançada por Adão Mendes, da

CNAsti, é que as acções inspectivas se centrem sobre os camiões que vão pelas freguesias distribuir os produtos por acabar aos domicílios, onde são feitos os acabamentos, e depois recolhê-los, já prontos.

A escola é outra via para detectar e combater a exploração laboral das crianças. «As crianças que abandonam as escolas têm que estar em alguma parte», sublinhou o responsável pelo PEETI na zona Norte. Assim, e para além da comunicação das situações detectadas à IGT, procura-se, em articulação com as escolas, «adequar a resposta do sistema escolar aos interesses e saberes de cada um dos menores envolvidos nessas situações».

O outro lado da moeda

«Só com o combate à pobreza se pode acabar com o trabalho infantil». Esta foi uma das conclusões do seminário «Entre a escola e o trabalho: labirintos de um percurso», realizado em Dezembro de 99, em Guimarães, por iniciativa

da equipa interdisciplinar de intervenção concelhia de combate à exploração do trabalho infantil.

Uma conclusão hoje universalmente assumida, como foi reafirmado, ainda em Fevereiro deste ano, na conferência «Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil na Europa» realizada em Lisboa, que reuniu, durante três dias, especialistas de 22 países da Europa Ocidental, Central e de Leste, confederações sindicais e patronais, Organizações Não Governamentais portuguesas e internacionais, peritos sociais, responsáveis do Conselho da Europa, OCDE e União Europeia.

Nas conclusões deste encontro, que definiu o combate ao trabalho infantil como um «prioridade política», aconselhava-se explicitamente os países da Europa a «incluir medidas para a eliminação do trabalho infantil no quadro das estratégias nacionais contra a pobreza, a exclusão social e o insucesso escolar».

Deixando claro que as respostas para este problema existem, e estão nas nossas mãos, Catalina Pestana, directora do PEETI, considerou, nesse encontro internacional, que não se pode considerar o trabalho infantil como um «flagelo social». Pois «Flagelos são as cheias, os terremotos e outros fenómenos da natureza que não sabemos controlar».



«Viv'ó» Teatro

• José Brinquete

E frequente dizer-se que a cultura é o alimento espiritual de um povo, sendo o teatro uma forma de expressão cultural de primeira linha.

Felizmente que vai havendo teatro, um pouco por todo o País. Muitas são as companhias, profissionais e amadoras, que se formaram ou desfizeram, consoante os projectos que abraçaram e/ou os apoios que muitas vezes lhe faltaram. Fazer Teatro de cabeça erguida não é nada fácil, sobretudo se se recusar o oportunismo ou a bajulação ao poder político dominante. Muito mais num meio rural, onde o hábito de usufruir de eventos culturais praticamente não existe.

A maior parte das localidades do interior do País continuam sem dispor de salas adequadas para a realização desta actividade e, quando existem salas de espectáculo, rara é a sala que dispõe de palco e teia, por forma a permitir montar uma peça de teatro. A companhia de teatro profissional de Bragança, o Teatro em Movimento é, já hoje, um caso sério de longevidade e de resistência. Manter uma companhia de teatro profissional há 21 anos é obra! O segredo desta autêntica aventura conhece-o Leandro Vale, director artístico do Teatro em Movimento e figura incontornável, na área do teatro e não só, por todo o Nordeste Transmontano. A crónica de hoje não podia deixar de ser dedicada ao Teatro em Movimento, por tudo o que se diz a seguir. Podemos não concordar com as suas opções estéticas ou escolha de textos. Podemos até não gostar de teatro. Mas, uma coisa é certa, o TM existe desde o início dos anos 80 e, no decorrer de todo este tempo, poucos foram os apoios recebidos do Governo.

O papel do teatro em Movimento

No distrito de Bragança, nas últimas duas décadas, só houve teatro com regularidade porque esta companhia aqui se instalou e aqui resistiu. Esta é uma verdade incontornável, por muito que custe a alguns, nomeadamente, às forças políticas dominantes na região. Realidade que tão pode ser apagada e que a história do teatro registará, temos a certeza. Por tudo isto, que não é pouco, deve merecer a nossa solidariedade. Solidariedade pelo esforço em manter, neste canto de Portugal, a chama viva do teatro. Este projecto artístico tem pago um preço muito caro, pelo simples facto de o seu director artístico ser um militante comunista assumido. O TM desde há vários anos que não consegue apoios regulares do Ministério da Cultura, sem que os responsáveis pela cultura deste País aduzam qualquer argumento plausível. Esta entidade nem sequer se dá ao trabalho de ver os espectáculo que a companhia leva à cena, comportamento que parece ter para

com muitas outras companhias de teatro que vão resistindo por todo o País. Aliás, pela primeira vez, em 1999, foi o TM que colocou o Ministério da Cultura em tribunal, ganhando o processo em causa, depois de recurso feito pelo Ministério da Cultura para o Supremo Tribunal Administrativo. Neste momento já vai no terceiro processo judicial e dos três já ganhou dois. Até hoje, que se saiba, mais nenhuma companhia conseguiu tal proeza. Perante tantas dificuldades, o TM conseguiu resistir e manter um grupo de trabalho que, em média, anda na ordem dos 8/10 trabalhadores.

Um ano de intensa actividade

2001 é um ano de intensa actividade para o TM. Mais uma vez meteu pés ao caminho e, a par da sua participação em vários festivais e inúmeras representações por todo o País, incluindo os Açores, acaba de realizar (entre os dias 4 e 14 de Junho) a III Mostra Internacional de Teatro de Bragança e o III Encontro Internacional de Teatro de Torre de Moncorvo, em colaboração com as câmaras municipais de Bragança e Torre de Moncorvo, respectivamente. Estas realizações, que já fazem parte do calendário cultural da região, contaram com a participação de 12 companhias sendo: dois grupos de teatro de Espanha, os NSM oriundos de Huelva com a peça «NOMADAS» e os Trancas y Barrancas com a peça «Discasting»; um grupo de Inglaterra, os Tagus Theatre com a peça «The Kindness of Strangers»; e nove grupos de Portugal. nomeadamente, os Caixa de Pandorra (Porto), a Jangada (Lousada), o Teatro (Leiria), os Jodicus (Beja), o Teatro Extremo (Almada), o Trulé (Évora). Integrado na sua programação de Verão, realizará ainda, numa iniciativa conjunta com o Município de Carrazeda de Ansiães, nos dias 4, 5 e 6 de Julho, um festival de Teatro de Marionetas e, em parceria com o Município de Torre de Moncorvo, integrará a programação do Carviçais Rock, que se realizará nos dias 3, 4 e 5 de Agosto. De facto, os responsáveis pelo Ministério da Cultura não podem ignorar toda esta actividade. O ministro Sasportes e o IPAE deviam «morrer» de vergonha por se mostrarem, sistematicamente, cegos, surdos e mudos perante esta realidade. O apoio ao teatro, por parte do Ministério da Cultura, não pode ser dado só a companhias do litoral e, em particular, às do Porto e de Lisboa.. Impõe-se uma efectiva descentralização cultural. Para o TM vão os nossos sinceros parabéns pelo que tem feito em prol do teatro, neste Nordeste Transmontano, que tão esquecido tem sido, a todos os níveis, pelo Poder Central. «Viv'ó» Teatro!



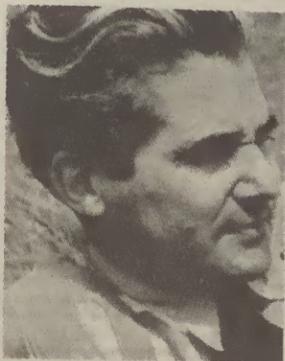
Actualmente o trabalho infantil esconde-se nos domicílios

Centenário de Bento de Jesus Caraça

As comemorações do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça incluem, nestes próximos dias, novas iniciativas.

Hoje, pelas 15 horas, no Arsenal do Alfeite, realiza-se um plenário de trabalhadores, com a presença do secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, de António Dias Lourenço, contemporâneo e amigo do homenageado, e de João Manuel Gaspar Caraça, investigador e filho do homenageado.

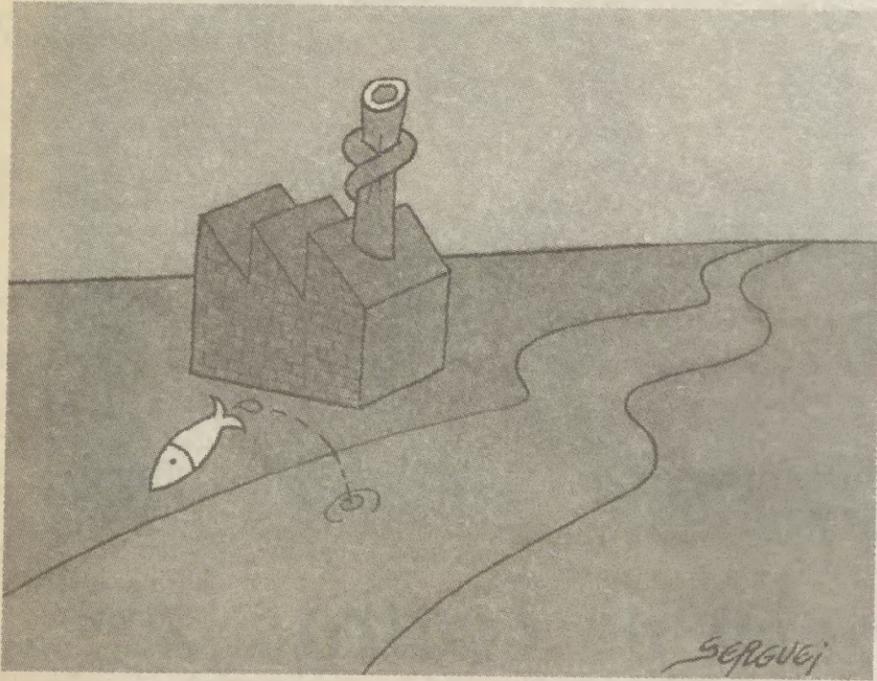
Um encontro evocativo numa empresa cujos trabalhadores tiveram Bento de Jesus Caraça como professor.



Sábado, dia 30, às 17.30h, na Sociedade Recreativa 1º de Dezembro, nas Aldeias de Montoito, realiza-se uma sessão comemorativa organizada pela Câmara Municipal de

Redondo, terra onde Bento Caraça passou parte da sua infância. Participam na sessão Manuel Carvalho da Silva, José Manuel Gaspar Simões, Alfredo Barroso, presidente da Câmara Municipal de Redondo e Paulo Sucena, coordenador da Federação Nacional de Professores. Às 16h, será atribuído o nome do homenageado a um Largo da Vila, Junto à Câmara de Redondo.

Dia 9 de Julho, no ISEG, terá lugar um colóquio internacional, que conta com a participação do Professor Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia, especialista nos problemas da economia do desenvolvimento.



• Ilda Figueiredo

Pescas — que futuro?

A recente visita da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu ao Norte de Portugal, tal como anteriores visitas e reuniões que realizei um pouco por todo o país com organizações de produtores, armadores, industriais e sindicatos dos pescadores, tornou claro que existe um mau estar no sector das pescas e da indústria das conservas de peixe, profundamente afectados pela política comunitária nestas áreas, a que se junta uma muito deficiente aplicação dos regulamentos e normas comunitárias numa obsessão de bom aluno do Governo português.

De facto, o que se tem passado em Portugal nesta área é verdadeiramente dramático. Desde a adesão em 1986, a quantidade de peixe capturado diminuiu em mais de 40%, o que também se reflectiu na diminuição do número de pescadores e contribuiu para uma quebra superior a 60% da capacidade de produção da indústria conserveira. Entre as causas desta situação estão as políticas de abate de barcos, em que Portugal ultrapassou em mais de 40% os objectivos fixados pela União Europeia; a não garantia de acesso aos pesqueiros tradicionais em águas distantes, como são os casos da Gronelândia, Terra Nova, Marrocos e outros países africanos; a concorrência desleal de produtos de pesca marroquinos, não sujeitos às restrições e normas comunitárias, com conservas de pior qualidade e a preços mais baixos.

Entretanto, como o consumo de peixe não pára de aumentar (Portugal é o maior consumidor de peixe per capita da Europa e o terceiro mundial), importamos cerca de dois terços do pescado que consumimos, num valor que já ultrapassa os 200 milhões de contos anuais, com consequências desastrosas para a balança comercial e para os objectivos de controlo da inflação.

«Livro Verde» faz diagnóstico

Ora, num momento em que, como é conhecido, está em debate a revisão da Política Comum de Pescas

com base num documento chamado «Livro Verde», que a Comissão Europeia elaborou, e para o qual solicitou contributos até Setembro, as várias organizações estão a apresentar estudos e propostas que pretendem ver contempladas na próximas políticas que vierem a ser definidas para o sector. Nas suas posições há linhas comuns que são essenciais para defender uma política comum de pescas que tenha em conta as especificidades regionais, e de que destaco:

- necessidade de considerar o sector das pescas como um sector estratégico para o futuro da União Europeia, seja pela sua importância em termos de produção e emprego, seja em termos de alimento básico para uma alimentação saudável, o que deverá ter expressão em todas as políticas comunitárias, incluindo nos acordos com países terceiros;
- manutenção dos apoios à reestruturação e modernização da frota pesqueira de forma a garantir melhores condições de trabalho e de segurança a bordo e maior produtividade, não sendo aceitáveis mais reduções num país que já ultrapassou em muito as imposições de diminuição de frota e de capturas impostas pela comunidade;
- desenvolver a formação profissional e apoiar os pescadores e armadores que, por razões que lhes são totalmente alheias, não possam exercer a actividade de pesca (paragens biológicas, temporais, etc);
- regularizar e valorizar os preços na primeira venda do pescado e proibir as rejeições, dado que o peixe é um recurso escasso na comunidade e a União Europeia já importa mais de metade do que consome, o que, naturalmente, deve ser acompanhado de aperfeiçoamento das medidas técnicas de gestão dos recursos;
- manutenção da reserva de mar territorial até, pelo menos, às 12 milhas de costa, sendo defendido por várias organizações o seu alargamento até às 24 milhas, como, aliás, já por várias vezes conseguimos fazer aprovar no Parlamento Europeu, mas que Comissão e Conselho não aceitaram.

Um quinto dos contratos são a prazo e trabalha-se mais que as 40 horas semanais

Emprego precarizado

Portugal é um dos países da União Europeia com maior número contratados a prazo e onde mais horas se trabalha por semana.

Pior só mesmo na vizinha Espanha que tem 32 por cento dos seus trabalhadores com contratos de duração limitada. No nosso País, esta taxa é de 20,4 por cento, muito acima da média comunitária que se fica pelos 13,4 por cento.

Se juntarmos estes dados a estudos anteriores, que mostram que os salários portugueses são os mais baixos da Europa, caem por terra os principais argumentos das confederações patronais que, regularmente em época de negociações, se queixam não só dos custos salariais como, sobretudo, da suposta «rigidez» da legislação laboral, cuja «flexibilização» tentam impor como moeda de troca.

Os que dizem que os portugueses não querem trabalhar, e que o rendimento mínimo garantido não passa de um

subsídio à preguiça, não encontram igualmente qualquer fundamento nas estatísticas europeias para tais alarvidades. De facto, Portugal apresenta a quinta maior taxa de actividade da União, com 68,1 por cento da população activa a trabalhar.

Com uma média europeia de 63,1 por cento, a Dinamarca tem a maior percentagem de activos empregados (76,6 por cento), seguida pela Holanda (72,9%), Reino Unido (71,2%), Suécia (71,1%) e Finlândia, com uma taxa igual à de Portugal.

Também as mulheres portuguesas se destacam nas estatísticas europeias como as que mais trabalham. Segundo o Eurostat, em 2000, 60,4 por cento da população feminina, entre os 15 e os 64 anos, estava empregada, taxa que só é suplantada pela Suécia

(69,7%), Finlândia (65,2%), Reino Unido (64,5%) e Holanda (63,4%).

No conjunto da União, as mulheres ocupam a maioria dos empregos a tempo parcial (33,7%), variando entre os 7,9 por cento na Grécia e os 70,6 por cento na Holanda. Em Portugal, 16,4 por cento das mulheres trabalham a tempo parcial.

Portugal aparece ainda no topo da lista no que respeita ao número de horas semanais de trabalho. Embora se situe dentro da média europeia (40,3 horas por semana) o nosso país é um dos que se mantém acima da barreira legal das 40 horas semanais. O Reino Unido tem a semana mais longa (43,6 horas), sendo seguido pelo Grécia (40,9 horas) e Espanha (40,6 horas).

Em 2000, o número de desempregados na UE atingia 14,4 milhões de pessoas (8,4 por cento da população), contra 15,9 milhões (9,4%) verificados em 1999.



As mulheres portuguesas têm uma das mais elevadas taxas de actividade da UE

Deputados do PCP são os mais activos

Um balanço de dois anos de legislatura dos deputados portugueses no Parlamento Europeu, efectuado pelo insuspeito semanário «Independente», conclui que os deputados do PCP são os que mais se destacam pela sua actividade.

O jornal, depois de somar o número de relatórios, intervenções em plenário, perguntas orais e escritas, declarações de voto e assiduidade nas sessões, considera que Ilda Figueiredo é «a mais activa dos eurodeputados portugueses».

De resto, os dois deputados portugueses apresentam uma folha de serviço muito acima da média dos representantes dos outros partidos. Segundo dados divulgados pelo semanário, a meio do mandato, Ilda Figueiredo contabiliza dois relatórios apresentados e outros dois em desenvolvimento, 39 intervenções em plenário, 62 perguntas escritas, duas perguntas orais, 103 declarações de voto e uma média de presenças de 85,93 por cento.

Para além disso, a deputada do PCP integra as comissões do Emprego e dos Assuntos Sociais; da Agricultura e Desenvolvimento Rural; dos Direitos da Mulher e da Igualdade

de Oportunidades, entre outras responsabilidades.

Joaquim Miranda, para além da sua actividade como deputado, é membro da Conferência dos Presidentes das Comissões; preside à Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação; integra a Comissão da Política Regional, dos Transportes e do Turismo e é membro da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE. Ainda assim é responsável por dois relatórios já apresentados, tendo feito 25 intervenções em plenário, 11 perguntas escritas, 13 orais, 26 declarações de voto, tendo uma média de presenças de 74,81 por cento.

Do lado oposto, estão deputados como Mário Soares, que «apresentou no plenário um único relatório sobre as relações UE/Macau e levantou-se para falar apenas três vezes. Não há memória de perguntas em plenário», refere o «Independente» que indica ainda que o antigo Presidente da República tem tido uma fraca assiduidade: «em 270 dias de sessão, esteve presente em 144». Pior que Soares só mesmo a performance do seu colega de partido, Carlos Candal.

Miranda chefia missão

O deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda presidente da Comissão Parlamentar para o Desenvolvimento e a Cooperação, foi nomeado chefe da missão da União Europeia que observará as próximas eleições gerais no Bangladesh, previstas para o próximo dia 12 de Outubro. Esta nomeação ocorre no seguimento do pedido feito pelo governo do Bangladesh e dos principais partidos políticos deste país no sentido de que a UE envie uma missão com o referido objectivo.

A missão a que presidirá o deputado Joaquim Miranda será composta por seis especialistas e 62 observadores a longo prazo poderá ainda vir a integrar uma delegação do PE.

Telemóveis acima da média

Quase um em cada dois portugueses possuem telemóvel, segundo dados do Eurostat que coloca o nosso país bem acima da média europeia na utilização desta tecnologia. Mais precisamente, 46,8 por cento da população portuguesa aderiram aos pequenos aparelhos, contra 39,1 por cento na União Europeia. A Finlândia é o país onde se concentra o maior número de utilizadores (66,8 por cento) e a Alemanha ocupa o último lugar do «ranking», com 28,6 por cento. Em contrapartida, no que se refere a subscritores de Internet, Portugal ocupa uma das últimas posições da tabela, com apenas 0,8 por cento de cibernautas, contra 2,3 por cento na UE.

Portugal exclui Macedónia

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, afastou, na segunda-feira, qualquer hipótese de participar numa eventual intervenção da NATO na Macedónia. O ministro, que falava no Luxemburgo à chegada para a reunião de chefes da diplomacia dos Quinze, afirmou que «não se podem pedir mais sacrifícios a Portugal», explicando que o país está já presente «em dois teatros» (Bósnia e Kosovo) e tem, simultaneamente, uma grande responsabilidade em relação a Timor. Além disso, acrescentou, Portugal é já «o primeiro país da UE em missões de paz da ONU» e «segundo da NATO em missões de paz da ONU». Recorde-se que recentemente a Aliança Atlântica disponibilizou uma força de 3 500 militares para aquele território, onde a situação se tem vindo a deteriorar.

Mafia pesa 16% na economia da UE Crime prefere o dólar

Economistas alemães afirmam que a desvalorização do euro se deve à opção pelo dólar por parte das organizações mafiosas da Europa de Leste.

A chamada economia paralela pode representar 16 por cento de todas as actividades económicas da União Europeia. Nestas teia ilegais, a Comissão Europeia estima que possam ser movimentados montantes astronómicos entre os 100 mil milhões de contos e os 220 mil milhões de contos.

Em Portugal, a economia paralela representa entre 25 e 30 por cento do produto interno bruto (PIB), segundo um estudo elaborado pela Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE), que aponta níveis semelhantes na Grécia, (30%) e na Itália (20%). Na Irlanda, Áustria ou Holanda, as actividades ilícitas não representam mais do que cinco por cento.

A questão que se coloca é que com a entrada em circulação da moeda única, no próximo dia 1 de Janeiro, estas somas astronómicas não irão certamente passar pelos bancos para serem convertidas em euros. A lavagem de dinheiro terá de passar por outros procedimentos e os entendidos aguardam mesmo que provoque um aumento da procura de bens de consumo de luxo, investimentos financeiros ou mesmo na construção civil.

A importância da economia subterrânea é tal que, segundo considera o Instituto de Investigação Económica de Munique (CESifo), a desvalorização do euro pode estar ligada à impossibilidade deste «sector» efectuar tran-

sacções na divisa europeia, restringidas até final do ano a operações interbancárias.

Desinteresse pelo marco

Por outro lado, com o fim à vista, as moedas fortes europeias, como o marco, terão

deixado de ser atractivas para este submundo que neste contexto tem preferido o dólar, refere o estudo intitulado «Por que é que o euro está a cair?», dos economistas alemães Hans-Werner Sinn e Frank Westernmann do CESifo.

A redução da procura de marcos é particularmente sensível na Europa Oriental onde os rendimentos obtidos por organizações

A economia paralela tem sustentado a procura em alta do dólar

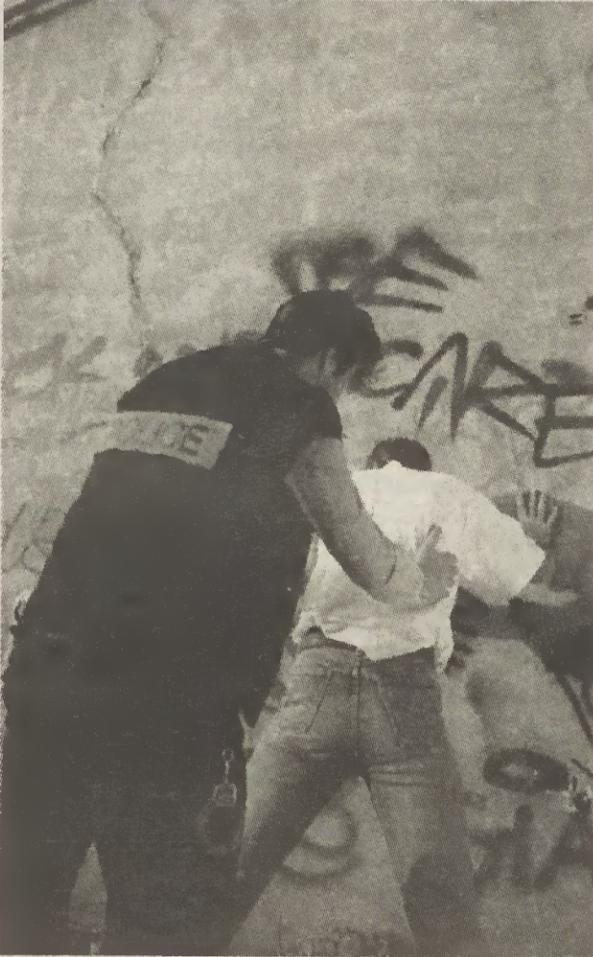
mafiosas necessitam de ser convertidos em divisas estrangeiras. Como o euro ainda não tem existência física e o marco em breve desam-

parecerá, a opção natural é o dólar que, por isso, tem vindo a valorizar-se face à moeda única apesar de os indicadores económicos dos Estados Unidos já terem conhecido melhores dias.

De resto, o estudo sublinha este aspecto ao notar que o arrefecimento da economia mundial é superior ao que se regista na Europa. No mesmo sentido vão as previsões de crescimento em 2001 para os EUA, de 1,6 por cento, contra 2,5 por cento na zona euro. Ou seja, partindo do desempenho das duas economias, seria de esperar uma valorização do euro face à moeda norte-americana e não o inverso.

Desta forma, não são razões estritamente económicas que têm determinado a força do dólar, mas sim uma crescente procura, pelas razões referidas, que tem inflacionado a taxa de câmbio da moeda norte-americana.

O estudo critica a política monetária seguida pelo Banco Central Europeu, sobretudo o facto de ter permitido um período demasiado longo entre a criação do euro e a sua efectiva circulação no mercado. E a acreditar nas suas conclusões, resta a «esperança» de que, após Janeiro de 2002, os círculos mafiosos da Europa de leste se interessem pela moeda europeia de modo a que esta possa ganhar «um novo fôlego».



A economia paralela representa entre 25 e 30 por cento do produto interno bruto português. Só a Grécia, (30%) e Itália (20%) têm níveis semelhantes na zona euro, segundo um estudo da OCDE

Congresso mundial pede moratória às execuções

Quinze presidentes de parlamentos e assembleias internacionais lançaram um apelo ao estabelecimento de uma moratória em todo o mundo às execuções dos condenados à morte, no final do 1.º Congresso Mundial contra a Pena de Morte, realizado na sexta-feira, na cidade francesa de Estrasburgo.

«Apelamos a todos os Estados para que instaurem, sem demora e em todo o mundo, uma moratória das execuções dos condenados à morte e a tomarem iniciativas para abolir a pena capital das suas legislações internas», indica o apelo assinado pelos presidentes reunidos nas instalações do Parlamento Europeu.

O documento subscrito pelos presidentes de 13 parlamentos nacionais, do Parlamento Europeu e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa afirmam que a pena de morte «viola o mais fundamental dos direitos da pessoa humana — o direito à vida» e manifestam o seu apoio a um vasto movimento a favor da sua abolição em mais de metade dos Estados do planeta.

Entre os presidentes que assinaram o documento figuram Nicole Fontaine,

presidente do Parlamento Europeu, Lord Russel Johnston, presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, e António de Almeida Santos, presidente da Assembleia da República portuguesa. No discurso que proferiu perante o Congresso, o representante português questionou o argumento dos Estados Unidos de que a pena de morte contribui para reduzir a criminalidade violenta e mencionou que entre um a três por cento de condenados à pena capital ou executados são ou eram inocentes.

Almeida Santos atacou também os «seres humanos, responsáveis políticos e até religiosos, que convictamente a defendem (a pena de morte) como um mal necessário», acrescentando que «é particularmente grotesco ver crentes, e até sacerdotes, defenderem a pena de morte. Pois não pensarão esses que defendem a destruição da, segundo eles, obra-prima de Deus?».

Lembrou ainda que Portugal foi o primeiro país a abolir a pena de morte para crimes políticos, em 1852, e para crimes comuns, em 1867 e, por fim, para os crimes militares, em 1911.

Conselho da Europa

Entretanto, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, na segunda-feira, o deputado do PCP, Lino de Carvalho, insistiu na necessidade de «exercer pressão» sobre os países com estatuto de observador neste Conselho (EUA e Japão) que ainda não aboliram a pena de morte.

Numa intervenção repleta de exemplos de inocentes condenados, o deputado sublinhou que «existe uma dimensão discriminatória, de classe e racista na aplicação da pena de morte. Como existe uma dimensão de perseguição política».

Citando o caso de Abu Jamal, o deputado afirmou que nos EUA «o sistema judiciário e a pena de morte são utilizados para silenciar adversários políticos». A isto acrescentou que «mais de 75 por cento dos condenados à morte nos EUA são cidadãos negros e de origem hispânica».

Depois de se referir ao Japão, onde não existe a presunção de inocência, Lino de Carvalho considerou que o Conselho da Europa não pode admitir entre os seus, Estados que não respeitem a Convenção dos Direitos do Homem».

Regime de ajudas é «positivo»

O Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia (UE) aprovou na passada semana um novo regime de atribuição de ajudas que entrará em vigor a partir de 2002, por um período experimental de três anos. As novas regras abrangem apenas os pequenos produtores que recebem, anualmente, menos de 1250 euros (cerca de 250 contos) de apoios comunitários, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC).

Estima-se que cerca de 137 mil dos agricultores portugueses (76 por cento do total nacional) estejam nesta situação, podendo candidatar-se a este regime simplificado desde que continuem a produzir.

Em comunicado, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considera esta medida como «globalmente positiva», uma vez que vem simplificar os procedimentos administrativos nas ajudas directas da PAC, concedidas através de várias OCM's (organizações comuns de mercado) das arvenses, bovinos, ovinos e caprinos e do arroz.

Apesar da nota positiva, a Confederação sublinha que «nada justifica posições de exagerada euforia ou auto-presunção», sublinhando que se trata apenas de «um instrumento de aplicação desta PAC».

«Muito mais radical que esta medida», sugere a CNA, «seria, por exemplo, a aplicação a sério da modulação (imposição de tectos por escalões das ajudas directas) e do plafonamento (imposição de tectos ou limites máximos) aos grandes proprietários e à grande agro-indústria, de forma a redistribuir as poupanças assim obtidas pela agricultura familiar e para o desenvolvimento rural».

Alqueva respeita ambiente

A Comissão Europeia considera que a construção da barragem do Alqueva respeita as normas comunitárias de ambiente e defende o enchimento máximo da bacia como a «melhor opção». Em resposta ao deputado Jorge Moreira da Silva (PSD), que questionou sobre a sustentabilidade económica e ecológica do enchimento total da barragem, Bruxelas responde que «antes de a Comissão Europeia decidir co-financiar o projecto, foram estudadas outras alternativas, tendo-se optado pelo nível de 152 metros». Esta posição de Bruxelas contraria as teses defendidas por associações ambientalistas portuguesas e por Moreira da Silva, que não satisfeito com a resposta admite voltar à carga.

Mais longe do euro

• Manoel de Lencastre

O distanciamento da Grã-Bretanha relativamente à moeda única europeia (euro) ficou marcado por dois momentos importantes da política de Blair, logo após a sua recente vitória nas eleições gerais. O primeiro foi o afastamento de Robin Cook (um europeísta) do lugar de secretário de Estado do Foreign Office; o segundo, foi o discurso de Gordon Brown, o chanceler do Tesouro (Ministro das Finanças e da Economia) na Mansion House dirigido aos meios financeiros da City.

Gordon Brown declarou, abertamente, que o prometido referendo sobre a adesão britânica ao euro, ou a eventual rejeição, nunca se realizará antes de 2003 e, possivelmente, acabará por não poder realizar-se durante a vigência do parlamento que acaba de ser eleito (cinco anos). Esta posição do governo britânico confirmou-se, dias depois, pela total omissão da questão do euro no discurso da rainha quando procedeu à abertura dos trabalhos da nova legislatura.

Na sua tradicional exposição do programa de trabalhos parlamentares (Queen's speech), a soberana, apresentando o programa do governo às duas câmaras (Comuns e Lordes), passou absolutamente em claro aquela que poderá ser a mais importante decisão política, económica e constitucional dos anos próximos.

Palavras de Gordon Brown:

«A posição do governo continua a ser de expectativa e de cautela, talvez de realismo apesar da simpatia que temos quanto à

moeda única. Tal apreço resulta de que sempre acreditámos que a adesão ao euro poderia trazer benefícios à economia britânica. Mas a nossa prudência deriva do facto de que não desejamos aderir em condições erradas ou numa conjuntura que não corresponda aos nossos reais interesses.»

O chanceler do Tesouro confirmou, novamente, que a Grã-Bretanha aderiria à moeda única europeia se tal decisão fosse benéfica para a criação de empregos; para os interesses da City; para o investimento em geral no país; e se a economia britânica se mostrasse durante os próximos dois anos suficientemente convergente e flexível relativamente à zona euro. Indicou, ainda, que o povo britânico, antes de pronunciar-se, deve estar convencido de que existem vantagens para o país se as relações entre a Grã-Bretanha e a Europa forem feitas entrar numa fase superior. Como se sabe, existe em Inglaterra um largo movimento que propõe a renegociação dos termos da participação britânica na chamada União Europeia e, até, a retirada pura e simples. Mas Gordon Brown afirmou:

«A Europa é onde nos encontramos, onde comerciamos e de onde nos são proporcionados muitos negócios e muitos milhares de postos de trabalho. Somos parte da Europa, pela geografia, pela história, por apertados laços económicos e, no fim de contas, por escolha. O Canal da Mancha sempre foi, para nós, o caminho para o mundo, não uma espécie de fronteira que dele nos separasse.»

Mas a prudência de Gordon Brown, segundo alguns dos principais deputados trabalhistas, tem tudo a ver com o baixo valor do euro. Para que a Grã-Bretanha aderisse à moeda única, a libra esterlina teria de ser artificialmente desvalorizada, e isso, ninguém neste país está preparado para aceitar. A tal convergência, portanto, não existe.



Jugoslávia

Por um punhado de dólares

Para garantir uma ajuda de 1200 milhões de dólares, o governo jugoslavo aprovou sábado um decreto que abre a porta à extradição de Milosevic para Haia.

Cerca de 400 milhões de contos é quanto vale o decreto que permite a extradição do antigo presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic, para o Tribunal Penal

Internacional de Haia. A legislação foi aprovada sábado, não pelo Parlamento Federal mas pelo governo jugoslavo. A «ajuda» internacional, dependente dos EUA, é decidida amanhã, em Bruxelas, numa reunião dos países doadores.

A chantagem exercida pelos EUA sobre Belgrado foi descarada: sem a extradição de Milosevic não haverá dinheiro. Colocadas entre a espada e a parede, as autoridades de Belgrado escolheram os dólares.

O processo percorreu caminhos ínvios. Sem maioria no Parlamento Federal, e dada a oposição dos representantes do Montenegro do Partido Socialista Popular (SNP) à medida em causa, os partidários sérvios do primeiro-ministro Zoran Djindjic levaram a cabo um autêntico golpe palaciano. Remeteram a questão para o governo federal, onde detêm a maioria no Conselho de Ministros. O decreto que autoriza a extradição de cidadãos jugoslavos, até agora proibida por lei, foi assim aprovado por oito dos 16 ministros do gabinete, com uma abstenção e a ausência dos sete ministros montenegrinos.

O presidente Vojislav Kostinica, que sempre afirmou a sua oposição à extradição de compatriotas, incluindo Milosevic, apoiou a manobra.

No afã de mostrar «serviço», o ministro da Justiça jugoslavo, Momcilo Grubac, entregou segunda-feira ao tribunal do distrito de Belgrado «um pedido oficial de extradição do acusado Milosevic», informou um comunicado oficial. Por seu turno, o vice-primeiro-ministro sérvio Nebojsa Covic anunciou que a extradição de Milosevic «é uma questão de 23 dias no máximo».

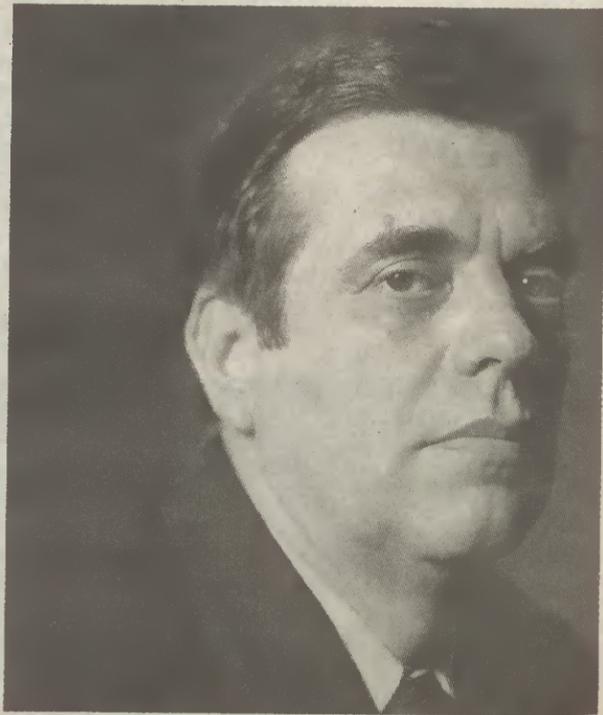
Os advogados de Milosevic, que se encontra em prisão pre-

A extradição de Milosevic é uma questão de 23 dias, no máximo

ventiva desde 1 de Abril, apresentaram um recurso ao Tribunal Constitucional Federal para determinar o carácter constitucional do decreto. Se este não se pronunciar entretanto, a contento dos EUA, é duvidoso que Belgrado veja amanhã a cor do dinheiro.

deslocou-se de imediato a Aracino para discutir a retirada dos independentistas albaneses. Entre outras exigências, o UCK pretende levar na bagagem as armas que usa nos seus ataques às forças macedónias.

Enquanto isso, na também vizinha Albânia, as eleições de domingo não têm ainda um vencedor definido. Tanto o Partido Socialista, no poder, como o Partido Democrático, na oposição, clamam vitória. No escrutínio, para eleger 140 deputados do parlamento albanês, participaram apenas cerca de 60 por cento dos 2,5 milhões de eleitores ins-



O presidente Kostinica, que sempre se manifestou contra a extradição apoiou a manobra

Vizinhança explosiva

Na vizinha Macedónia, entretanto, continua o jogo do «empata». Depois de ocupar no dia 8 de Junho a localidade de Aracino, que lhe permitia ter na mira a capital do país, o Exército de Libertação Nacional (UCK) anunciou estar disposto a retirar-se.

«Vamos retirar-nos de Aracino em sinal de boa vontade para iniciarmos discussões sérias com os macedónios», disse Hoxha, «comandante» da organização.

Na clara demonstração da confiança depositada no UCK, uma delegação ocidental, incluindo representantes da NATO,

critos, a mais baixa taxa de participação dos últimos 10 anos.

Segundo a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) as eleições decorreram com normalidade. O Ministério da Ordem albanês confirma, apesar de «terem surgido problemas imprevisíveis»: uma pessoa foi atingida por uma bala numa assembleia de voto de Tirana; no norte do país um grupo de pessoas armadas queimou boletins de voto e material eleitoral, e os eleitores de Lushnja, no sul da Albânia, não puderam votar devido a disputas entre os membros socialistas e democratas da comissão eleitoral. No próximo dia 8 deverá ter lugar a segunda volta do escrutínio.

Festa do «Unsere Zeit»

Cerca de 50 mil pessoas participaram na festa do «Unsere Zeit» (UZ), órgão central do Partido Comunista Alemão, DKP, realizada de 22 a 24 de Junho, em Dortmund. Esta importante iniciativa constitui a maior festa da esquerda na Alemanha.

Durante três dias, numerosos artistas e conjuntos musicais actuaram numa atmosfera festiva, em que por entre o colorido dos stands ressaltava a forte presença da juventude. Exposições de artes plásticas, sessões de literatura e colóquios sobre os mais variados temas da actualidade política nacional e internacional testemunharam a intensa actividade do DKP. No quadro de uma campanha de novos membros, foram anunciadas 319 adesões ao partido.

Trinta e cinco delegações de partidos comunistas, de movimentos revolucionários e de

esquerda de vários continentes estiveram representados na festa. A delegação do Partido Comunista da Bolívia foi presa à chegada ao aeroporto de Frankfurt, tendo sido libertada só após a intervenção da direcção do DKP.

Também no stand da delegação do Curdistão a polícia interveio para retirar a bandeira do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, PKK, símbolo proibido na Turquia pelos militares e na Alemanha pelo governo social-democrata de Schröder.

O «Avante!» esteve presente com um stand bastante concorrido, e o PCP fez-se representar por Pedro Guerreiro, membro do Comité Central, que participou juntamente com o presidente do DKP, Heinz Stehr, e representantes de outros partidos, num importante debate sobre «alternativas para a União Europeia».

Os trabalhadores continuam a ser as principais vítimas da recessão nos Estados Unidos e na Europa

Despedimentos em grande

A revisão em baixa dos lucros e os despedimentos anunciados por algumas empresas mundiais voltam a pintar de «cinzento» o futuro da nova economia.

O principal grupo europeu do sector químico, **Basf AG**, divulgou na passada semana um alerta sobre a diminuição dos seus lucros e anunciou um programa de corte nos gastos que incluirá o encerramento de 10 fábricas e a redução de actividades em outras 14.

«Com estas medidas, estamos a adaptar os nossos negócios a um menor crescimento global», disse o executivo-chefe, em comunicado à imprensa.

O grupo emprega actualmente 103 mil pessoas, em vários países, e fechou o ano 2000 com vendas superiores a 30,66 mil milhões de dólares.

O anúncio da Basf ocorreu um dia depois da influente organização não-governamental DIW ter afirmado que a Alemanha – maior potência económica da Europa – corre o risco de entrar num período de recessão. A grande dependência alemã, em relação às suas exportações, tornou o país particularmente vulnerável aos efeitos da desaceleração económica mundial, segundo o grupo.

A Basf emprega actualmente 103 mil pessoas em todo o mundo

Entretanto, também a fabricante norte-americana de equipamentos para a Internet, **Júpiter**, anunciou, na passada semana, o despedimento de 927 trabalhadores.

Entretanto, e segundo um comunicado da empresa, os lucros para o segundo semestre fiscal deverão ser de 49 milhões de contos, abaixo da anterior previsão de 76,4 milhões de contos. «A revisão das nossas estimativas é uma consequência das difíceis condições nos mercados tecnológicos onde operamos», concluiu o comunicado.

GlaxoSmithKline 2175...

O gigante farmacêutico **GlaxoSmithKline (GSK)** anunciou recentemente em comunicado que pretende despedir 2175 trabalhadores na Grã-Bretanha, na Irlanda e em Porto Rico.

A GSK, que empregava 107 500 pessoas em todo o mundo no final de 2000, prevê eliminar a unidade de Speke,

perto de Liverpool, que emprega 500 pessoas, e pretende liquidar 400 empregos em **Barnard Castle** (Nordeste da Inglaterra). Além disso, a unidade de **Montrose** (Escócia), que emprega 720 pessoas, será posta à venda.

Por outro lado, 170 postos de trabalho irão desaparecer na fábrica de **Blok Grug** em **Plymouth** (Sudoeste da Inglaterra), bem como 275 empregos em **Porto Rico**.

Por último, está igualmente

previsto o despedimento de 110 trabalhadores da unidade de **Blok Grug** em **Dungarvan** (Irlanda).

...e Polaroid 2000

A **Polaroid**, empresa norte-americana produtora de películas e máquinas fotográficas, anunciou que irá despedir dois mil trabalhadores, o equivalente a 25 por cento da sua força laboral a fim de reduzir o endi-

vidamento e voltar a ter lucros.

Os despedimentos vão ocorrer nos próximos 18 meses e permitirão à empresa poupar cerca de 47 milhões de dólares por ano. A medida vai afectar as operações globais da **Polaroid**, com metade dos cortes a ocorrer em **Massachusetts**.

Em **Fevereiro**, a empresa cortou 11 por cento da respectiva força laboral, o que representa 950 postos de trabalho, a pretexto da reduzida procura de películas instantâneas.

Alterações nos mass-media passam pelos despedimentos

A **Vivendi-Universal** planeia uma reestruturação na estação pan-europeia **Canal Plus**, que implica mudanças na programação e despedimentos que poderão abranger mais de duas centenas de profissionais sediados em França.

A **Vivendi-Universal** adquiriu o **Canal Plus** em 2000, quando a empresa se fundiu com a canadiana **Seagram**, a fim de criar um grupo global de *media* e entretenimento. Contudo, os resultados não foram os esperados, sobretudo pelos fracassos da expansão delineada para mercados como o português, espanhol e italiano.

Na altura, os empregados do **Canal Plus** mostraram-se imediatamente contra a fusão, demonstrando-se preocupados com o facto da política da empresa centrar toda a sua atenção nos objectivos financeiros da empresa. Um cenário que contrariava a cultura do **Canal Plus**, por norma mais interessado em oferecer

uma boa programação do que apresentar grandes lucros.

Entretanto, a agência **Reuters** vai efectuar despedimentos, no seguimento da implementação de uma nova estrutura e mudanças no conselho de administração da empresa.

O jornal «**Financial Times**» avançou recentemente que as alterações anunciadas pela empresa iriam resultar no despedimento de cerca de 500 trabalhadores. Uma notícia que **Tom Glocer**, responsável que irá suceder a **Peter Job**, actual director executivo da **Reuters**, confirmou em entrevista à **CNN**.

Reafirmando o objectivo de reduzir os custos da empresa em cerca de 49,2 milhões de contos, **Glocer** lembrou que a mão-de-obra «representa um pouco mais de 50 por cento dos custos totais da empresa», pelo que a nova estrutura significa «reduções onde estas forem apropriadas».

Itália à espera de 100 mil

Uma embarcação com cerca de 1000 activistas antiglobalização prepara um «desembarque» pacífico durante a próxima cimeira do G8 na cidade italiana de Génova, informaram os responsáveis da iniciativa, segundo apurou a agência **Lusa** na passada semana.

O barco partirá a 15 de Julho do porto de Nápoles com representantes de movimentos e grupos do Sul da Itália que se opõem ao encontro, associados na rede «**Não Global**».

Os seus ocupantes envergaram a camisa vermelha dos «garibaldianos», em homenagem às tropas do revolucionário **Garibaldi** que lutaram, no século XIX, para conseguir a unificação da Itália.

A cimeira do G8 em Génova, que se realizará de 20 a 22 de Julho, reunirá os líderes dos sete países mais industrializados do mundo e a Rússia num encontro cuja segurança preocupa o

governo italiano depois dos violentos incidentes ocorridos na recente cimeira europeia de **Gotemburgo** (Suécia).

O movimento «**Não Global**» assegurou num comunicado que no barco não seguirão nem alimentos nem bebidas, pelo que, no caso de serem bloqueados no mar, as autoridades «deverão assumir a responsabilidade das

possíveis vítimas da fome e da sede». Um dos objectivos deste protesto marítimo – acrescentaram – será aproximar-se do porta-aviões da marinha militar norte-americana, onde supostamente ficará alojado o presidente **George W. Bush**.

Entretanto, o Ministro do Interior italiano, **Cláudio Scajola**, assegurou que o governo de **Sil-**

vio Berlusconi espera «garantir a plena liberdade de manifestação durante a cimeira a todos aqueles que quiserem expressar pacificamente as suas opiniões no respeito da legalidade».

Sandro Biasoti, presidente da região de Génova, na **Liguria**, precisou que as manifestações serão autorizadas fora da «zona amarela», isto é, relativamente

longe dos quatro quilómetros quadrados do centro histórico rebaptizado de «zona vermelha» onde vão decorrer os trabalhos do G8. A «zona amarela» engloba os arredores da cidade e está previsto um importante destacamento de forças de ordem com pelo menos 13 mil homens para os cerca de 100 mil manifestantes esperados em Génova.

Suécia

A quem serve a violência?

Os *mass media* mostraram de **Gotemburgo** 150 anarquistas que com pedras da rua partiram montras, carros, veículos da polícia, incendiaram esplanadas. Fizeram isto durante 40 minutos sem a polícia estar presente no centro da cidade para

os deter. Isto é um escândalo. A cidade estava debaixo de um controlo policial quase total, mas anarquistas e outros criminosos puderam pôr o centro da cidade em fogo. Inexplicável?

Tudo se passou durante a manhã de sexta-feira, 15 de

Junho. À tarde, às 18 horas, foi a grande manifestação contra a União Europeia e a União Económica e Monetária, com todas as forças da esquerda, que reuniu 16 000 pessoas. Este evento foi totalmente silenciado pela comunicação social, inclusive na Suécia, com excepção da rádio local de **Gotemburgo**. A manifestação foi totalmente pacífica.

Segundo um acordo entre a polícia e os responsáveis pela iniciativa, havia somente seis polícias sem uniforme na manifestação. Todas as máscaras negras foram expressamente proibidas pelo comité organizador, conforme havia sido divulgado nos dias anteriores.

Tratou-se de uma manifestação pacífica e grandiosa que mostrou a enorme oposição do povo trabalhador, na Suécia, à União Europeia, à união do capitalismo europeu.

Também a organização

Attac promoveu uma manifestação pacífica, com 9000 pessoas, que em parte foi mostrada na TV sueca. Esta organização não é contra a União Europeia, quer somente reformá-la.

Na quinta-feira, 14, realizou-se outra grande manifestação, desta vez contra a presença de **George Bush**, que reuniu 12 500 pessoas. Foi a maior iniciativa anti-imperialista na Suécia desde os anos 70, no tempo das grandes demonstrações contra a guerra do Vietname. Também esta manifestação foi totalmente boicotada pelos órgãos de informação nacional e internacional.

O procedimento criminoso dos anarquistas foi utilizado pelo Poder para não dar divulgação às grandes manifestações pacíficas. Afinal, a quem serve a violência?

● **Mário Sousa**

Manifestação em Argel

Os delegados das aldeias da **Cabília** marcaram nova manifestação para **Argel**, a 5 de Julho, data comemorativa da independência da Argélia.

A iniciativa, que a organização pretende pacífica, integrará apenas representantes da população (cerca de duas mil pessoas), e propõe-se entregar na Presidência da República uma plataforma reivindicativa da minoria berbere. Pretende-se desta forma evitar a repetição da violência que só nos últimos dois meses, segundo dados oficiais, provocou a morte de 80 pessoas e centenas de feridos. Entretanto, na segunda-feira, dezenas de milhar de pessoas marcharam pelas ruas de **Tizi Ouzou**, na região argelina da Grande Cabília, para assinalar o terceiro aniversário da morte do popular cantor berbere **Lounès Matoub**, assassinado por fundamentalistas islâmicos em 1998. A marcha decorreu sem incidentes.

Médio Oriente

O secretário de Estado norte-americano, **Colin Powell**, iniciou antontem um périplo pelo Médio Oriente, com o objectivo expresso de implementar o «**Plano Mitchell**», destinado a terminar com a violência entre israelitas e palestinos.

O plano preconiza um cessar imediato e sem condições da violência e a implementação, após um período de «acalmia significativa», de medidas para restabelecer a confiança entre ambas as partes, que incluem o congelamento total dos colonatos judaicos e o regresso às negociações para um acordo definitivo. Até à data, Israel recusa suspender a implantação de colonatos, enquanto os palestinos insistem num calendário para a aplicação do plano. Neste seu périplo, **Powell** deverá encontrar-se com responsáveis israelitas, palestinos, egípcios, sauditas e jordanos.

Prescrições em Itália

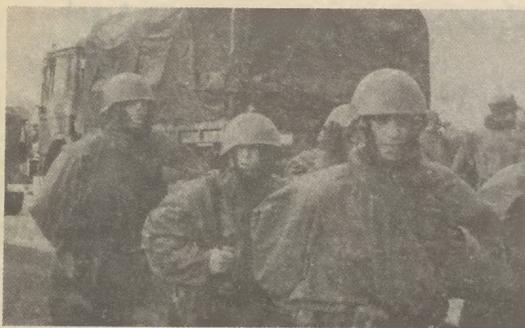
As acusações de corrupção contra o primeiro-ministro **Silvio Berlusconi**, relacionadas com a compra da editora **Mondadori**, prescreveram esta semana, dado terem passado mais de sete anos desde que se verificaram os factos.

A mesma sorte não tiveram outros acusados, incluindo o ex-ministro da Defesa e antigo advogado de **Berlusconi**, **Cesare Previti**, e o juiz **Vittorio Metta**, cujo julgamento deverá começar no início de Outubro.

Berlusconi tem ainda outros problemas a resolver com a justiça. Em Espanha, o juiz **Baltasar Garzon** acusa-o de fraude fiscal; em Itália, um dos seus principais conselheiros, o senador **Marcello Dell'Utri**, está a ser julgado por um tribunal de Palermo por associação com a mafia siciliana.



As manifestações pacíficas de **Gotemburgo** foram ignoradas pela comunicação social



Defesa Nacional
e Forças Armadas

Governo responsável pela instabilidade

• Rui
Fernandes

Há precisamente um ano, o Governo «trancou-se» durante um dia para analisar o estado da sua governação e fez anúncios respeitantes às Forças Armadas. Dissemos nessa altura que «Esse dia de reflexão, no que diz respeito a esta área, foi, no plano da opinião pública, uma operação de mistificação e, para os militares, a confirmação de que este Governo olha para as FA's por baixo e pelo canto do olho». E terminávamos dizendo que «O PS é o responsável pela instabilidade». E pergunta-se hoje: Alguém tem dúvidas de que assim é?

Em 1999, em resultado da mais expressiva movimentação de militares dos últimos 20 anos, dizia-se («Avante!» de 8/7/99) que a situação «obriga a uma serena e profunda reflexão (...) e não a apressadas mas incorrectas medidas...». Hoje, passados dois anos, onde está a reflexão e onde estão as medidas? O Governo PS é um fracasso.

O Estatuto dos Militares foi revisto de costas voltadas para as associações militares e consagrando retrocessos funcionais. O sistema remuneratório (o tal que o ministro Jaime Gama disse em 99 ir ser objecto de medidas) está na mesma para pior. Dirigentes associativos têm sido objecto de processos disciplinares que embora não tenham sido consumados, causam transtornos e constituem formas de intimidação, embora sem êxito. Mas também há processos consumados, como o que envolveu um sargento da Força Aérea que foi punido com uma repreensão por, no âmbito da sua defesa jurídica, ter dado à sua advogada (que como é óbvio está obrigada ao sigilo profissional), um documento considerado confidencial — «deu um documento considerado confidencial a um civil». Inacreditável!

O PS continua a não dizer, claramente, se está convictamente com um novo e moderno regime de direitos para os militares ou se se vai meter nalgum «negócio» com o PSD, do qual resulte um verdadeiro colete de forças para o associativismo militar. Negócio que, a ver pelas notícias, já terá fechado com o PP em torno da Lei de Programação Militar. O mesmo PP que aprova tudo o que constitua encargos para o Estado e está contra tudo o que seja lesar o capital.

Militares descontentes

As Forças Armadas, os militares, podem continuar a ser tratados

como têm sido nos últimos 15 anos. Os militares estão descontentes não porque não aceitem ou não compreendam constrangimentos financeiros. Mas não só esses constrangimentos têm de ter um limite, abaixo do qual passam a chamar-se «granel», como não entendem que sejam eles a pagar a factura das erradas opções governamentais. E de todo não aceitam o quadro de indecisão ou de medidas ao arrepio das suas mais elementares aspirações. A verdade é que tudo vai definhando na inconsequência. Uma instituição como as FA's não consegue funcionar assim, não pode funcionar assim.

O mal-estar e inquietação nos militares tem, hoje como ontem, um responsável: o Governo do PS, a sua política, as suas opções, com o apoio da direita nas questões fundamentais.

Lêem-se muitos artigos críticos relativamente à acção do Governo para esta área. Mas já é tempo de não fugir às questões de fundo: não se trata de má vontade deste ou daquele ministro. Não se trata somente de insensibilidade e desconfiança no tratamento das coisas militares. Trata-se do conteúdo das políticas. Trata-se das opções políticas.

No plano de contracção da despesa anunciado pelo Governo também as FA's são afectadas. Isto é, são afectadas direitos e regalias. A factura é remetida para o pessoal. As perspectivas são desastrosas. Não há moderno equipamento operativo, com uma guarnição desmotivada, desinteressada, inquieta e descontente. Não há modernização de uma instituição, contra a sua organização. Não há modernização de uma instituição se a sua organização não se revê nos objectivos definidos, se não os compreende, se não se empenha na sua concretização e, muito menos, se não os conhece. Este é um elementar princípio. E não é o marketing em torno do Livro Branco da Defesa Nacional que resolve os problemas.

O anúncio de que a comemoração do dia das FA's não se realiza este ano, em nome da poupança, é ridículo. E seria interessante saber se o PR e Cdt. Supremo das FA's participou nesta decisão e o que pensa dela.

Os militares vieram, com civismo e apurmo, à rua, dizer: ouçam-nos! O Governo meteu, como tem feito, alguidão nos ouvidos. Resta a certeza de que o povo português saberá compreender a situação existente, discernir entre demagogia e coerência e dar a este Governo a resposta adequada.

Novo desafio cubano O Aperfeiçoamento Empresarial A revolução está dentro de nós

Compreender a Revolução Cubana na sua marcha desafiadora é cada vez mais difícil. A sua simples sobrevivência na guerra que lhe move o império americano contraria a lógica aparente da história. «Romper el Cerco»⁽¹⁾, um livro importante lançado durante o recente Congresso da Central de Trabalhadores de Cuba - CTC, ajuda a entender aspectos pouco conhecidos de uma experiência em curso na Ilha que confirma o papel por ela desempenhado como laboratório de ideologia. A autora, Isabel Rauber, é uma ex-guerrilheira argentina, hoje radicada em Havana, cujos livros nas áreas da filosofia e da sociologia representam uma contribuição relevante para o estudo da participação dos trabalhadores e dos mecanismos que levam ao aprofundamento da consciência social.

Isabel Rauber tem como intelectual uma virtude pouco comum: consegue imprimir transparência a questões que no discurso dos dirigentes políticos nem sempre são de fácil apreensão.

Neste livro aborda a temática complexa do chamado Aperfeiçoamento Empresarial nas suas vertentes teórica e prática, através de 47 entrevistas que iluminam um vasto painel em que os trabalhadores cubanos emergem como sujeito de um desafio revolucionário.

Um capítulo da história, actualíssi-

mo, é contado por aqueles que estão a escrevê-lo como protagonistas. Gente com formação e tarefas muito diferenciadas, desde o ministro da Indústria Básica, Marcos Portal, ao secretário-geral da CTC, Pedro Ross, a mineiros e operários do níquel, a agricultores, a sindicalistas das plantações de cana.

Isabel é uma entrevistadora excepcional. Sabe situar os factos, os problemas, as lutas, os erros e os acertos, nos cenários humanos e económicos em que se produzem.

A exigência do Aperfeiçoamento Empresarial foi uma resultante necessária das tremendas dificuldades do Período Especial. Após o desaparecimento da URSS e dos Estados socialistas do Leste europeu, o PIB cubano caiu 35 por cento em quatro anos.

Para se compreender o que é, afinal, o Aperfeiçoamento é útil lembrar que a queda brutal da economia cubana coincidiu com as exigências da inserção de Cuba no mercado capitalista, hegemónico pelos EUA, a superpotência empenhada em destruir a Revolução.

São dirigentes históricos desta que recordam nas suas entrevistas que a aliança com a URSS se, por um lado, havia garantido a continuidade da Revolução e mercados seguros e a preços justos para as exportações da Ilha, tinha a médio prazo as consequências negativas para um desenvolvimento harmonioso e não dependente da sua economia. Porque? São conhecidas as consequências nefastas da ênfase posta na monocultura do açúcar. Mais graves foram a longo prazo as resultantes do recurso a tecnologias soviéticas que já então eram obsoletas. Um exemplo: nas grandes empresas do níquel - um ramo em que a experiência russa era escassa - as tecnologias utilizadas nas novas unidades foram com frequência as dos anos 40, aliás de inspiração norte-americana, totalmente superadas.

O preço que se pagou por esses erros foi altíssimo.



• Miguel Urbano Rodrigues

O exemplo das Forças Armadas

Os entrevistados de IR recordam que o Aperfeiçoamento se desenvolveu em duas frentes: a da introdução de novas técnicas, tecnologias e métodos de organização, e a da transformação da mentalidade e dos comportamentos dos trabalhadores.

Tudo começou nas Forças Armadas, por iniciativa de Raul Castro, o pioneiro do Aperfeiçoamento Empresarial.

As empresas industriais das Forças Armadas eram deficitárias. Hoje todas são rentáveis. Era preciso demonstrar que a empresa socialista pode ser tanto ou mais produtiva do que a capitalista. Para se atingir o objectivo foi, em primeiro lugar, preciso vencer preconceitos.

Conforme afirma Armando Perez - um dos principais assessores de Raul - as tecnologias não são capitalistas nem socialistas. São boas ou más, convenientes ou inadequadas. Não têm ideologia.

Uma das heranças dos métodos introduzidos pelos soviéticos e das tecnologias instaladas foi um sobredimensionamento dos colectivos de trabalhadores que inviabilizava o funcionamento rentável das empresas. Na mineração e na metalurgia do níquel como noutras indústrias. O combinado Comandante Ernesto Che Guevara, por exemplo, tinha 5000 trabalhadores. Hoje, com 3000, a produção e a produtividade elevaram-se e a empresa tornou-se muito rentável.

Alguns leitores portugueses serão levados a pensar que, afinal, os métodos de aperfeiçoamento introduzidos, bem como as tecnologias, lembram os das grandes empresas capitalistas, europeias e norte-americanas, que justificam os despedimentos maciços em nome das exigências da revolução técnica-científica, da racionalidade da nova economia, da flexibilização do trabalho, etc., etc.

Seria uma conclusão falsa. Não houve reformas económicas em Cuba impostas de cima para baixo, não há um só exemplo de aplicação do Aperfeiçoamento Empresarial em que esta não tenha sido precedida de um debate profundo em que a participação do colectivo de trabalhadores cumpriu papel decisivo. As transferências de trabalhadores - porque o Aperfeiçoamento não seria um avanço se funcionasse como engrenagem geradora de desemprego - foram sempre discutidas e aprovadas por eles numa atmosfera de participação revolucionária dos colectivos. Com a peculiaridade de que a intervenção dos sindicatos no processo assumiu uma intensidade e um significado que aumentaram à medida que as empresas se iam transformando.

Não é possível num texto com as limitações deste transmitir a riqueza dos debates, sempre difíceis e por vezes dolorosos, travados em plenários por homens e mulheres que votavam por mudanças inadiáveis que iriam por vezes atingi-los materialmente.

As insuficiências técnicas acumuladas somavam-se com frequência os

efeitos nefastos do imobilismo de uma burocracia que ignorava os problemas, impedindo que das máquinas fosse extraído tudo aquilo que elas podiam dar mas não forneciam por culpa da gestão, da rotina e também dos trabalhadores.

Por duas vezes visitei as empresas do níquel em Moa, que me apareceu, apesar das suas carências, como uma cidade revolucionária, na qual começava a emergir uma geração diferente. Por isso mesmo sei que Isabel Rauber não exagera ao esboçar o quadro que marcou as mudanças introduzidas na Che Guevara, com os mineiros e os metalúrgicos enterrados na lama e no pó até à cintura, exaustos pelas noites não dormidas, trabalhando duramente sem um queixume.

As entrevistas de «Romper el Cerco» confirmam a actualidade do velho e polémico debate sobre os estímulos materiais e os espirituais. O Aperfeiçoamento Empresarial tem mostrado as vantagens de combinar ambos harmoniosamente. O realismo e o idealismo revolucionários não são incompatíveis, mas complementares.

A implantação do salário móvel suscitou, naturalmente, resistências iniciais até que se foi tornando claro que o salário móvel de Cuba não era o do mundo capitalista. Implicou um regresso aos ensinamentos de Marx e Lenine esquecidos na URSS. A velha máxima marxista (a cada um segundo as suas capacidades; a cada um de acordo com o seu trabalho), é agora uma realidade nas empresas onde se implantou o Aperfeiçoamento, pondo fim ao igualitarismo que gerava irresponsabilidade e passividade. O salário aparece hoje ligado à produção, mas numa perspectiva socialista que faz do homem o centro da Revolução.

«Se o socialismo não se ocupa do homem - adverte Pedro Ross - e trata de criar apenas bens materiais não é socialismo, porque o capitalismo criou muitos bens materiais, mas para proveito de uns e desgraça da grande maioria».

Com os métodos e os mecanismos antigos não era possível levar a Revolução adiante. Antes - é ainda Pedro Ross quem o diz - todas as decisões eram tomadas em cima, portanto discutidas em cima e depois baixavam para serem aplicadas na base. E agora todas as decisões são tomadas na base».

O movimento sindical cubano não teme a discussão sobre as mazelas das empresas e sobre os erros dos homens. Provoca o debate sobre as questões não resolvidas.

«Revolução - lembra Pedro Ross citando Fidel - é o sentido do momento histórico, é mudar tudo o que deve ser mudado (...) é desafiar poderosas forças dominantes, dentro e fora do âmbito social e nacional (...)

O humanismo cubano

Das aproximadamente 3000 empresas existentes em Cuba apenas uma centena foram reformadas e estão a aplicar o sistema do Aperfeiçoamento Empresarial, que implica uma grande



autonomia e uma descentralização impensáveis há poucos anos.

Aparentemente é uma experiência limitada. Mas a aparência é enganadora. As empresas em questão são quase todas muito importantes; o seu peso na economia do país é decisivo. Quase 80% da indústria básica, por exemplo, funciona já nesse sistema.

Fora da Ilha tem sido escrito muito disparate, com intenção perversa, sobre o Aperfeiçoamento Empresarial.

As críticas que o modelo envolve a erros cometidos são com frequência exploradas numa perspectiva anticomunista, sobretudo anti-soviética.

Na realidade o povo cubano - e Fidel não se cansa de o repetir - sente uma profunda gratidão pela ajuda e solidariedade recebidas da URSS ao longo de quase três décadas. Mas esse sentimento não impede o debate criador sobre as consequências negativas da aplicação em Cuba de métodos e soluções, mecanicamente por vezes, transplantados da URSS - enfim, de tendências e comportamentos que não se adaptam ao espírito da revolução Cubana e ao seu povo. No dizer de Fidel, copiou-se «bem o mau e mal o bom»...

Antes do início da Perestroika, esses fenómenos estavam aliás a ser combatidos no âmbito da chamada Rectificação. Para o povo cubano é hoje evidente que os efeitos do Aperfeiçoamento Empresarial não se restringem ao campo económico. Manifestam-se na totalidade da vida, através de uma

mudança das mentalidades. Em Cuba a Revolução criou um Estado que oferecia muito ao povo no terreno dos direitos. Tanto que, como sublinha Pedro Ross, se tinha quase perdido o sentido de certos deveres.

Isabel Rauber, no seu belo e lúcido livro lembra-nos que a revolução não está fora de nós, mas dentro; nasce e reproduz-se em cada um de nós.

Numa conferência que lhe ouvi em Porto Alegre, em Janeiro, durante o Fórum Social Mundial, esta argentina internacionalista chamou a atenção para o facto de que mesmo nós, os comunistas, que ambicionamos reformar e humanizar o mundo quase não nos apercebemos por vezes que cada um de nós tem de se defender permanentemente da contaminação universal que resulta do funcionamento da globalização neoliberal. Creio que Isabel tem razão.

Os cubanos, precisamente por viverem numa sociedade diferente, mais humanizada, compreendem que mudar de mentalidade é um desafio colectivo e não individual. Esforçam-se assim, sem pressas, por interiorizar a Revolução e incorporá-la em todos os seus actos.

Isabel Rauber enuncia uma verdade: a Revolução não está fora de nós, mas dentro. Nasce e reproduz-se em cada um de nós.

(1) «Romper el Cerco», Isabel Rauber, Editorial de Ciencias Sociales, Havana, 2001

Globalização, agora, dizem que é tudo - e poderá ser o nada. Globalização é, hoje, base e argumento vital para romper e esvaziar realidades nacionais, regionais e locais.

Livre circulação de capitais que especulam e destroem economias num ápice. Jogos nada virtuais de poder que se afirmam, substituem rostos e ocultam responsabilidades.

Exploração onde querem e como querem. Grandes empresas altamente subsidiadas pelos dinheiros públicos, em Portugal, que levantam voo, não respeitam acordos e contratos e vão poisar lá longe, onde o povo trabalhador de outros países pode ser ainda mais explorado.

O capital não tem pátria (nem leis que o segurem, se não houver governo capaz).

Por isso, o que nos resta é resistir onde podemos e queremos.

O Movimento Associativo foi, no tempo do fascismo, um baluarte fundamental de resistência, de congregação, de identidade e de combate.

Pois a realidade, hoje, é de resistência e de luta. Novamente.

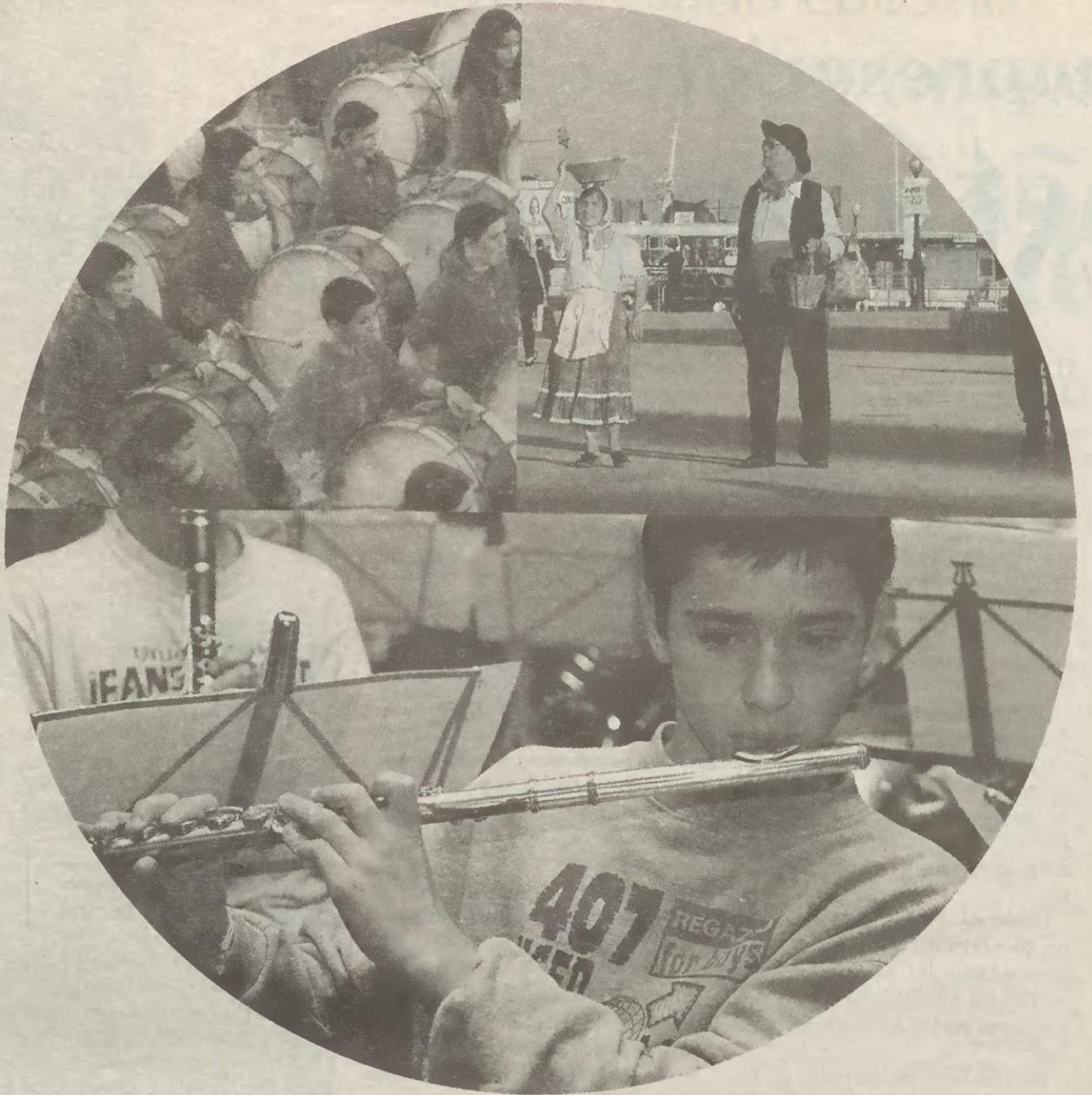
Sejamos claros e inteligentes. O que se passa é demasiado perigoso para brincarmos. Por isso os «jogos» pornográficos e televisivos, o futebol das SADs e outras armas são arremessadas contra nós, para continuarmos cegos e sermos ainda, se possível, mais cegos e estúpidos.

Não apetece falar, nem escrever, que não seja com pedras, para ver se acordamos.

Globalização é morte do essencial do ser humano.

Perda de referências. Incapacidade de estar lá, nos centros de decisão. Não intervir. Acatar. Baixar ainda mais os braços...

Desculpem lá esta franqueza.



● António Modesto Navarro

Globalização

identidade local e movimento associativo

Na Área Metropolitana de Lisboa vive-se mal. Sobrevive-se cada vez pior. Dentro de dez anos, a população útil e nova do país viverá no litoral - nomeadamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

É a lei do sistema. A força de trabalho tem de ir para onde são mais fáceis e mais rentáveis a produção e a exploração.

Associarmo-nos é o caminho natural de quem trabalha e está vivo. De quem ainda não abdicou de participar e intervir.

O Poder Local democrático deve prestar a máxima atenção e o máximo esforço e investimento a esta área.

Há mil e uma formas e caminhos de associativismo.

O que principia a resultar bem, é o Poder Local, a nível de cada município e câmara municipal, criar um Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, com técnicos de todas as áreas - animação, formação, apoio jurídico, etc. - que forem adequadas às realidades locais.

Deve haver iniciativas de formação de quadros dirigentes e de animadores nas diversas áreas associativas.

Deve haver a máxima descentralização e trabalho com as juntas de freguesia, com as associações locais e com as escolas públicas. Aqui, estão as crianças e os jovens que podem participar e abrir novas perspectivas ao associativismo popular. Atenção às escolas, como área fundamental de trabalho associativo e comunitário.

O Poder Central afastou de si qualquer apoio e atenção ao Movimento Associativo Popular. Hoje só apoia algumas companhias e grupos profissionais, na cultura, e no des-

porto e noutras áreas apoia tantas vezes e desmedidamente os negócios, as traficâncias, as SADs e a alienação e a destruição do que está vivo e é participativo.

Querem fazer-nos ainda mais estúpidos do que aquilo que somos. Querem apenas (e não é pouco...) negócio, alienação, destruição de identidades, de inteligência e resistências.

Por isso temos de nos associar, de reforçar associações, colectividades, clubes, seja o que for que congregue mais do que uma pessoa e mexa.

A cultura, o saber, a intervenção social, a prática do desporto nas suas diversas expressões, são objectivos fundamentais e indispensáveis para o ser humano.

Temos de falar assim a quem é cego e não vê, não quer ver. A situação é de ruptura e de combate.

Não é da guerra que se trata. É da paz de estarmos vivos e actuantes, de nos realizarmos como seres humanos, de defendermos e impulsionarmos o que é nosso - a música, o teatro, as artes plásticas, a leitura e a literatura, o artesanato, o folclore, o cinema e o vídeo, a dança, a intervenção e o apoio social, todas as áreas desportivas que pudermos pôr em movimento e desejarmos praticar, incentivar o associativismo na rua, na escola, no bairro, na freguesia.

É preciso acordar as comunidades locais e trazê-las à participação, ao dever de cidadania, à defesa dos direitos laborais, à exigência do direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à cultura e a tudo o que deve fazer parte de uma vida intensa e construída por todos.

Não vale a pena fugir mais à realidade das coisas. O futuro, tal como o presente, ou o conquistamos com associação, organização, definição de objectivos e combate, ou perdêmo-lo mais uma vez e para sempre.

Está nas nossas mãos. Na aldeia, no bairro, na freguesia, na vila e na cidade, temos de estar lá e rompermos em frente, com a forma associativa que for mais actuante, interventiva e ajustada aos interesses maioritários dos grupos sociais, das populações envolvidas e a envolver.

Está nas nossas mãos e na nossa inteligência saber actuar e abrir novos caminhos à vida que queremos.

Temos direito a ser felizes. Então, é preciso estar com os outros e construir essa felicidade que merecemos e desejamos.

Aos mais jovens e aos mais velhos

gostaria de deixar uma mensagem clara. Vão aos espaços associativos que estão parados e façam propostas de trabalho. Nas colectividades e clubes que parece que morreram é que faltam gente e sangue novo. Pois então vão lá, respeitem a história, o passado e criem novas perspectivas de luta e de acção. Novos programas. Onde houver um clube, uma colectividade, uma associação, façam com que surja um espaço de convívio, de encontro e de actividade. Cultural, desportiva, social, o que interesse e vos interesse.

A vida faz-se de vida interventiva e não só do que é passado. O que aí está pela frente exige organização e participação aberta e fraterna entre os mais novos e os mais velhos.

Inimigo, é aquilo a que chamam globalização e leva à ausência, à perda de identidade e referências, à morte, a estar inerte e incapaz de ver e de agir sobre a realidade que nos cerca e sufoca.

Não deixeis que isso aconteça.

Mudai o mundo. Ele já está interpretado. Já está explicado, às vezes até de mais. Só falta transformá-lo mais uma vez. E sempre, porque nada fica quieto.

De facto, ele (o mundo, a vida que nos rodeia) move-se, mas é quando o fazemos mover, associados, todos juntos.

Religiões

• Jorge Messias

A aliança do capital com a igreja (I)

O incógnito Novak

No passado mês de Junho visitou Lisboa um cotado teórico norte-americano da «globalização», o economista Michael Novak, especialista da reconciliação entre os mais altos interesses do capitalismo mundial e os valores do espírito que o Vaticano teimosamente afirma representar. Proferiu dois importantes discursos políticos no salão nobre de um dos principais hotéis da capital, superlotado com a presença da fina flor dos financeiros, eclesiásticos, especuladores bolsistas, especialistas de mercado e figuras destacadas da classe política. As jornadas foram promovidas pela ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores - e envolveram o lançamento da edição em língua portuguesa do trabalho do citado especialista, intitulado «A Ética Católica e o Espírito do Capitalismo», publicado pelas Edições Principia.

Apadrinhou o acto o dr. João Carlos Espada, director do Centro de Estudos Políticos da Universidade Católica.

Simultaneamente, em tradução portuguesa, foi colocado no mercado o primeiro volume da clássica obra de Alexis de Tocqueville, «Da Democracia na América». Exibe a chancela da Fundação para o Desenvolvimento Luso-Americano.

Tem como introdutor João Carlos Espada. A editora é a mesma, em ambos os títulos. Ainda que a século e meio

de distância, Tocqueville e Kovac falam a mesma voz. «A globalização capitalista é, para os pobres, a única maneira de saírem da sua pobreza ... Para os ajudarmos... são necessárias três coisas. Primeiro, tem que ser possível lançar pequenos negócios de uma forma rápida e barata. Segundo, tem de haver a educação. E, terceiro, é preciso capital disponível para pequenos empreendimentos. Porque não se pode começar um negócio sem dinheiro ... A globalização é, para os pobres, a única maneira de saírem do Terceiro Mundo da sua pobreza ... Aliás, globalização é outra palavra para católico».

A dádiva

Sem grande êxito, procurámos insistentemente obter, mesmo na INTERNET, dados pessoais acer-

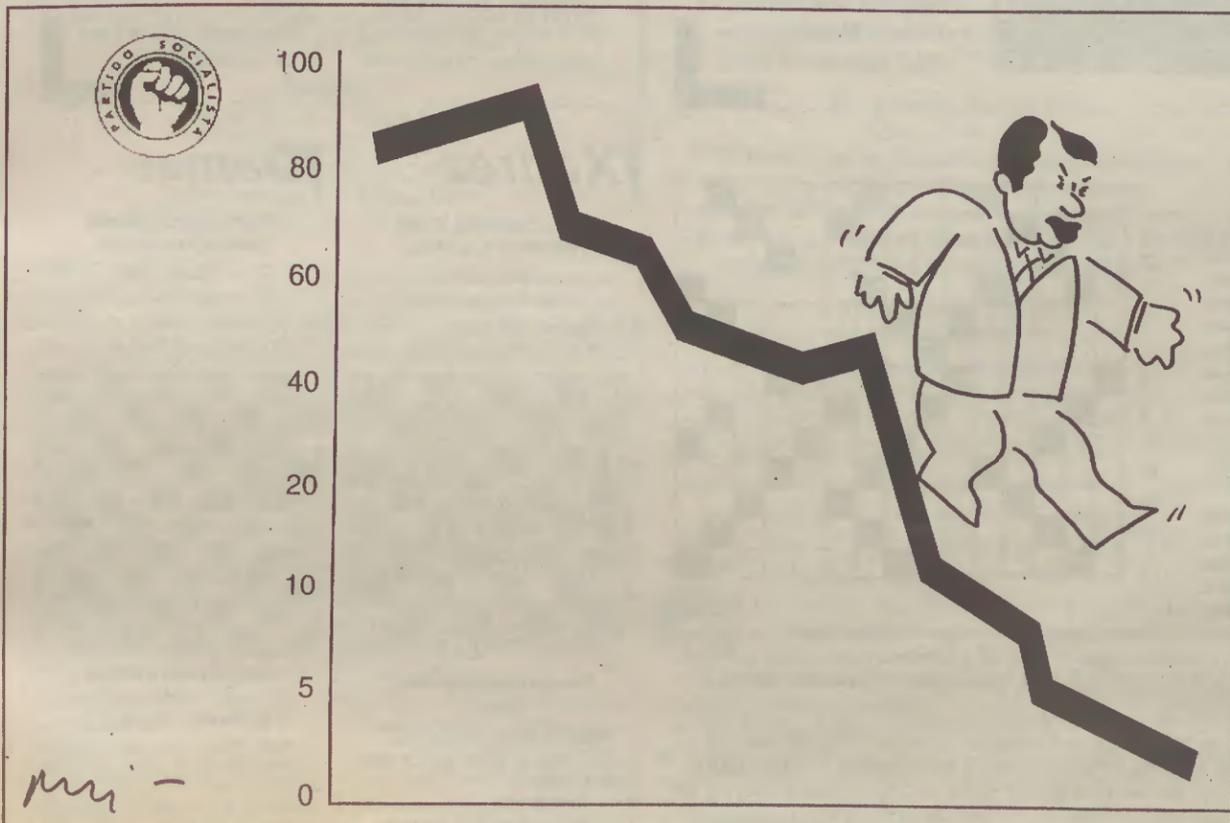
ca de Michael Novak. Apenas conseguimos saber que Novak, autor de vasta bibliografia, nasceu em 1943 na Pensilvânia, um estado norte-americano do Nordeste do país. Entre 1956 e 1958, vivia em Itália (Roma, Trastevere) onde se preparava para completar o seminário maior. Depois, cursou a Universidade Gregoriana. Grande admirador e discípulo de Amintore Fanfani, veio em parte a distanciar-se das suas posições relativamente ao conceito de capitalismo. Mas confessa ter ficado a dever ao velho líder conservador as ideias que depois desenvolveu acerca do sentido de Ética cristã. «O coração do capitalismo vem do Criador, é uma dádiva de Deus a cada um, a cada homem, para fazer de nós criadores. Deu-nos capacidade para criar negócios como para criar arte, para criar música mas, também, capacidade económica criativa. É isto o capitalismo! Entreguem 100 dólares a uma mulher no Bangladesh e desse modo ela poderá comprar adubo e sementes para plantar rosas. E ela planta rosas, leva-as para o mercado de Daca e vende-as. Então, os seus vizinhos começam a ver o que ela faz e a imitá-la ... Toda a aldeia começa a plantar rosas e a levá-las para o mercado ... Com 100 dólares muda-se a vida de toda a aldeia. Mas tem que se ter 100 dólares! ...». Quanto à pobreza nos EUA, afirma: «A casa média das pessoas consideradas pobres tem três quartos, garagem e uma varanda ou um pátio ...».

Este incondicional partidário do capitalismo e da Igreja católica, levado talvez por irresistíveis arroubos místicos, assina depois declarações públicas que, no mínimo, se poderiam considerar atrevidas. «O que faz o capitalismo não é o ascetismo, a autodisciplina ou a pontualidade, mas a sua capacidade criadora... Não é verdade que em todo o mundo o número de pobres esteja a crescer... A primeira mensagem de globalização veio de Jesus: «Ide e ensinai todas as nações»... Se um sistema promover pequenas empresas, as pessoas começarão a sair da pobreza ...». Este, o discurso público de Novak. Mas é altamente improvável que tenha sido isto que Novak veio a Lisboa dizer aos Mellos e Champallimauds, à banca, à bolsa e ao mercado!



Cartoon

• Monginho



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Infantilices

História triste

Desgravei, por incúria,
o «Cerejal» de Tchecov.
Estou triste
como se me tivesse morrido
um passarinho.

Paulinho

Rebenta
de sabichão
mas se tenta
ir além da sebenta
há trambolhão.

Sentido de humor

Quando flor dá
está certo: é jacarandá.
Mas quando já todas as flores perdeu
não será mais jacarandá
mas jacarandeu.

Aqui
jacarandá olhou para mim.
Conversa a condizer
apenas esta:
a ponta do indicador a bater
na testa.

Tá bem, minha.
Já não se pode dizer uma gracinha...

Sino & Siglo

Dlim, dlim
benjamim.

Dlom, dlom
na cama é que é bom.

Dlão, dlão
abre-te caixão.

Dlem, dlem
então está bem.

Era uma vez

Era uma vez
um gato maltês
o gato maltês
certa vez
adoeceu
foi ao Posto Médico
mas perdeu
a vez

e foi uma vez
um gato maltês.

O jogo da norma

Sola
sapato
rei
rainha
fui ao mar
pescar sardinha
mar havia
muito mar
sola
sapato
rei
rainha
tinha mar
muito mar
sola
sapato
rei rainha
barco
é que já não tinha

sola sapato rei rainha.

Ciência e Tecnologia

Francisco Silva

Assim mesmo. Dizia-me ontem o sapateiro, enquanto colava o salto do meu sapato. Mas pediu-me logo desculpa, com um ar zombeteiro, não fosse eu ser um deles, como acrescentou. Eu, a lembrar-me que este é um dito muito corrente cá na nossa terra (não sei se o será noutras - a pensar, eu, em terras e países economicamente mais desenvolvidos!).

E ainda a retorquir-lhe que, para país de doutores, em Portugal não estávamos mal: que estávamos a acolhê-los no sistema de saúde, vindos da vizinha Espanha (com a vantagem adicional de os doentes poderem aprender o espanhol e os médicos espanhóis a língua portuguesa - afinal, a dificuldade aguça o engenho!); mais, há tantos jovens portugueses a quererem ser doutores, médicos, que, já nem tinham lugares para estudar nas nossas universidades e iam fazê-lo a outros sítios, nomeadamente a Espanha, depois de terem passado um ano a aprender a língua espanhola; e os que estudam por cá têm médias no 12.º ano acima dos 18 valores... quase a rebentar a escala das notas.

O meu interlocutor lá me foi entregando o sapato, já reparado. Não me levou nada por um trabalho tão simples, mas, para o qual, eu tinha-o procurado por saber que me resolveria uma questão nada simples para as minhas próprias capacidades. Entretanto, a conversa dele já tinha mudado e convertido-se para as antípodas, a lembrar-me, ele próprio, das notícias que a questão dos médicos se estava a agravar. Pois parecia que os médicos iam envelhecendo e não havia novos em quantidade suficiente para os substituir.

A conversa teve de ficar por ali, outros clientes foram entrando e eu tinha de ir fazer outras coisas. Mas não os

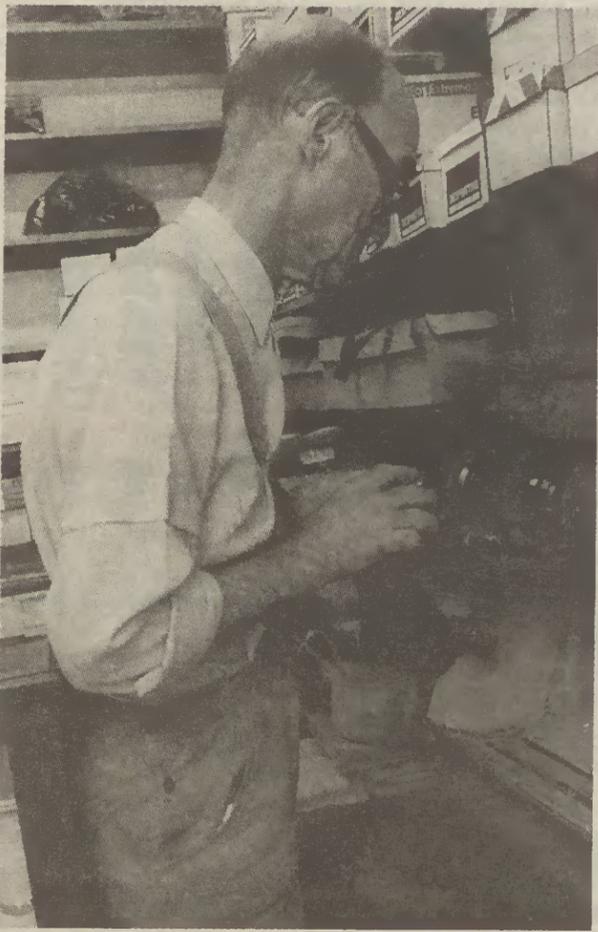
Lembranças

Pois eu, estou a lembrar-me de outro País onde parece-me não existirem tais calamitosas faltas de médicos e de onde têm saído muitos médicos para acções de cooperação. Também um país de língua espanhola - Cuba. E cito-o porque também me recorro do que ouvi a outra figura grada, o ex-Presidente da República e ex-Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, a propósito do caminho seguido pelo nosso País de entrada na então CEE, e de não haver outras alternativas credíveis ao caminho então encetado (não é apropriado discutir aqui - e por isso não o vou fazer - as desvantagens ou vantagens das alternativas então existentes, até porque já estamos noutra época e situação com diferentes determinantes). Questionou, a propósito das alternativas, então, o dr. Mário Soares, a meu ver com alguma ligeireza, se o pretendido era Portugal ficar à margem como certos países - países párias, pareceu-me o sentido - entre os quais Cuba. E agora o facto é não temos médicos suficientes, nem um sistema de saúde que nos satisfaça. Ao menos o dr. Mário Soares poderia ter ressaltado estas questões dos médicos e do sistema de saúde, e, já agora, também a da educação, uma vez que Cuba, com menores recursos económicos, sofrendo um bloqueio decretado pela maior potência do Mundo, tendo sofrido ainda uma grande sangria de médicos aquando da Revolução, há cerca de quatro décadas, parece encontrar-se melhor do que Portugal depois de todos os sucessos, incluindo os apregoados durante o consulado cavaquista, que conduziram o nosso País à tal «entrada no mundo desenvolvido».

Somos um país de doutores!

meus pensamentos, a girarem em turbilhão.

A lembrar-me de ter lido algo dito por uma pessoa altamente responsável, parece-me ter sido o Presidente da Assembleia da República, o dr. Almeida Santos, sobre a dramática escassez de médicos no nosso País. Mas, porque só nos diz agora, quando tem andado há tanto tempo pelas esferas do Poder? Não se tinha apercebido do *numerus clausus* há tanto tempo instituído? Todos sabíamos, a começar pelos altos responsáveis políticos. Mas poucos têm acesso às alavancas de poder e aos meios de comunicação social, não é verdade? Afinal, quem é responsável por esta traição a todos nós?



E esta, a da saúde, é uma área das mais importantes, talvez a considerada como mais importante pela generalidade das pessoas - isto, quanto se trata de pensar as questões da ciência e da tecnologia, da ciência e da tecnologia médicas e os seus agentes.

Antes de terminar, deve ainda ser deixada aqui uma nota sobre as actividades de investigação e desenvolvimento desenvolvidas em Cuba, incluindo o fabrico de medicamentos, e sobre o interesse de fazer um cotejo também nesta área com o que se passa no nosso País. Não faço afirmações definitivas, mas penso que era bom aprofundar esta questão, para compreendermos o nosso valor relativo - e retirar as necessárias lições -, isto é, como estamos em comparação com um país do «Terceiro Mundo», ou do «Sul», como se diz agora.

Pontos Cardeais

Cortes

«Cortar» com o serviço militar obrigatório para poupar nas despesas, deixar bruscamente as Forças Armadas do país com menos 18 mil homens nas fileiras e, ainda por cima, dizer-se - como o disse o ministro da Defesa, Castro Caldas, que as chefias militares não irão respingar porque «estão habituadas a obedecer» - configura um estado de espírito político próximo do demencial.

Ou então Governo de António Guterres convenceu-se que o país é um gigantesco hospício abrigando 10 milhões de débeis mentais.

Travões

Por outro lado, chamar «travão salarial» ao anunciado corte nos aumentos da Função Pública nos próximos três anos (com as decorrentes implicações em todos os salários de trabalhadores por conta de outrem) configura um sarcasmo inadmissível. Para já, «travados» andam os salários há muitos anos, para que as fortunas dos capitalistas se acumulem, reproduzam e aumentem exponencialmente, pelo que dizer que «agora» é que se vai «travar» é de um descaramento inaudito. Mas o pior é a subserviência, já sem réstia de pudor que esta medida demonstra face aos ditames do grande capital. Governo «socialista»?!... Por favor, se desprezam os conceitos que dizem defender (e, manifestamente, desprezam), ao menos respeitem as palavras...

Libertações

Os bandos da FLEC-FAC, «patriotas» que lutam pela «independência de Cabinda» e contra o Governo de Angola raptando cidadãos portugueses e praticando a extorsão como

qualquer organização mafiosa, libertaram esta semana os dois últimos reféns que mantinham em cativeiro há mais de um ano. A seriedade desta gente mediu-se até nas declarações proferidas a propósito destas últimas libertações de cidadãos portugueses: num primeiro momento, declararam que a libertação se devia «aos bons officios» de Durão Barroso, do PSD, de Manuel Queiró e do PP, ao mesmo tempo que acusavam o Governo português de «nada ter feito». Horas depois vem outro «alto dirigente» dos raptadores desmentindo as declarações anteriores. Tudo isto dito a partir da própria capital portuguesa e sem uma palavra de demarcação por parte do PSD ou do PP.

Pelos vistos, agora até a FLEC-FAC já se sente autorizada a gozar com o Estado português e a partir de Lisboa...

Moções

Em mais um dos seus entremezes políticos, Paulo Portas fez saber que o PP iria apresentar uma moção de censura ao Governo. Fingindo salivar emoções, os patrões dos principais órgãos de Comunicação Social (os mesmos que agora tão aguerridos andam contra as *performances* do Governo de António Guterres) trataram de enviar montes de jornalistas para a sede do PP no Largo do Caldas para cobrir tão ponderoso assunto. Os jornalistas esperaram, noticiaram a espera, especularam, noticiaram a especulação, voltaram a esperar e a especular, até que as portas se abriram no Largo do Caldas para anunciar que... Paulo Portas «retirara» a moção de censura ao Governo.

«Retirara»? Retirara «o quê»? De onde? A quem?

Realmente, isto já é um faltar vilanagem.

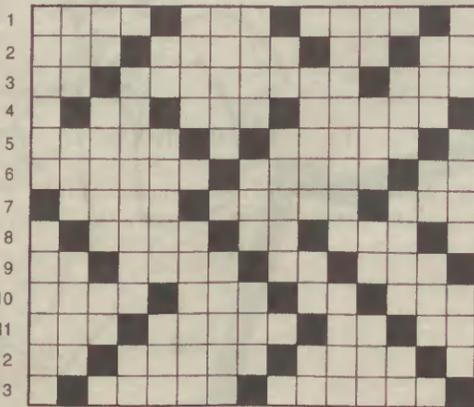
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Seixo boleado pelas águas; género de formigas a que pertence a saúva; fluxo e refluxo (fig.). 2 - Fileira; lisa; oferece, laçada. 3 - Mulher acusada de um crime; velocipédia; reduza a pó. 4 - A parte mais larga da enxada; aqui está; grande arca com gavetas. 5 - A fêmea do peru; guarnecer. 6 - Reverso; relativo a duque; filho de burro e égua ou de cavalo e burra. 7 - Relato, escrito geralmente em livro especial, de tudo quanto se tratou numa sessão, reunião ou assembleia; eleger por meio de voto; carlinga do navio. 8 - Pátio; batráquio anfíbio aquático, anuro, da família dos ranídeos; patrão. 9 - Outra coisa; branqueia; ósmio (s.q.); emprega-se para excitar ou animar (interj.). 10 - Utensílio com que se junta e recolhe o dinheiro nas mesas de jogo; sinal gráfico que serve para nasalizar a vogal a que se sobrepõe; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; anuência. 11 - Escudeiro; pôr do avesso; antes do meio-dia (abrev.); contr. da prep. a com o art. def. o. 12 - Porco (pop.); partir em migalhas; Jurássico inferior. 13 - Malograr; canela silvestre.

VERTICAIS: 1 - Parte superior de certos animais entre o lombo e a cauda; que custa pouco dinheiro. 2 - Olá (interj.); a mulher de Adão, mãe da Humanidade; brinquedo constituído de uma bobina ou carretel a que se enrola um cordel e se dá um movimento de rotação. 3 - Contr. da prep. de com o art. def. a; oração; compaixão. 4 - Que queima; pedra de amolar. 5 - Nome de letra grega que corresponde ao P latino; munido de asas; chegar. 6 - Espécie de veado das regiões do Norte; o m.q. urtiga. 7 - Boldrié; detestar. 8 - Planta apiácea conhecida por erva-doce; sofrimento físico ou moral; face inferior do pão. 9 - Aquelas; parte lateral de um edifício. 10 - Distintivo; a si mesmo, naquele lugar. 11 - Enfeitara; nome do sinal de adição. 12 - Deus egípcio; nome vulgar do óxido de cálcio; a mim; certamente. 13 - Grande massa e extensão de água salgada; porque; sétima nota musical. 14 - Fruto da nogueira; forma antiga de mim; camareira. 15 - Jibóia; que se refere a dois; maior.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Alar; plana; mare; 2 - Alar; plana; mare; 3 - b4+ e g. 4 - b4+ e g. 5 - b4+ e g. 6 - b4+ e g. 7 - b4+ e g. 8 - b4+ e g. 9 - b4+ e g. 10 - b4+ e g. 11 - b4+ e g. 12 - b4+ e g. 13 - b4+ e g. 14 - b4+ e g. 15 - b4+ e g.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

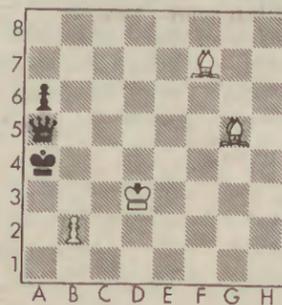


Xadrez

DCCCIV - 28 DE JUNHO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001X22

Por: Henri Rinek
 «Chess Amateur», 1914

Pr.: [3]: Pa6 - Da5 - Ra4
 Br.: [4]: Pb2 - Ba. f7, g5 - Rd3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001X22 [H.R.]
 1. b3+, Rb5; 2. Bg8+, Rb5; 3. b4+, Rb4; 4. Bd2+ e.g.
 3. ..., Db4; 4. Be7+ e.g.
 1. ..., Ra3; 2. Bc1+, Ra2; 3. b4+ e.g.

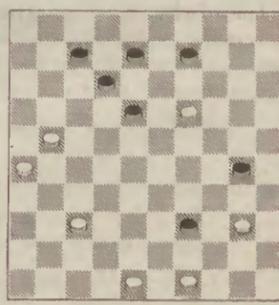
A. de M. M.

Damas

DCCCIV - 28 DE JUNHO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001D22

Por: Gaston Arid
 [F.] - 1934

Pr.: [7]: 7-8-9-12-18-30-39
 Br.: [7]: 19-21-26-37-40-48-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D22 [K.B.]
 1. 48-43, (36x48=D); 2. 40-34, (30x39); 3. 49-43, (48x31); 4. 26x37, (39x48=D); 5. 19-13, (48x17); 6. 13x4=D + 2. ... (48x31); 3. 26x37, (30x39); 4. 49-43, (39x48=D); 5. 19-13, (48x17); 6. 13x4=D +

A. de M. M.

Carlos Carvalhas participa

CALDAS DA RAINHA

Domingo, dia 1, 10h30. No Mercado Festa do PCP que se realiza na Mata do Hospital com um almoço regional de convívio, às 13h. Comício às 14h30

ÉVORA

Domingo, dia 1, 19h

Acompanhado de uma delegação do PCP, visita a Feira de S. João e estará às 20h30 no encerramento dos Jogos do Alentejo e no Estádio Sanches de Miranda, em Évora

LISBOA

Terça-feira, dia 3, às 11h

Integrando uma delegação do PCP visita o IPDT - Instituto Português de Drogas e Toxicodependência (Av. João Crisóstomo, 14, Lisboa)

Quarta-feira, dia 4, às 15h

participa numa Audição sobre a situação nacional em matéria de alcoolismo e problemas ligados ao álcool e sobre as medidas de resposta necessárias nesta matéria na Assembleia da República, Sala D. Maria



DAMAIA - Festa popular CDU no Jardim 25 de Abril: dia 30 a partir das 15h. Comes e bebes, música popular e de intervenção com José Baião. Comício às 17h, com a participação de Odete Santos, de António Filipe e do candidato à presidência da JF, António Borges.

LOURES - Campanha de assinaturas «Todos pelo Metro»: bancas de recolha de assinaturas nos dias 30 de Junho - às 9h, em Sacavém, e às 14h, na Portela -, e dia 5, às 15h, junto ao Ministério do Equipamento Social.

MIRANDA DO CORVO e LOUSÃ - Debate público sobre «Ramal da Lousã: Uma conquista histórica - que futuro?», sábado, dia 30, às 21h, no Grupo Recreativo Mirandense.

SINTRA - Acção de contacto com a população, sábado, dia 30, às 10h, no Mercado de Queluz; na Feira de Aqualva e na Feira de Fanares e, às 15h, no Shopping Massamá, com a presença de eleitos e candidatos das freguesias, Câmara e Assembleia Municipal. No dia 7, visita da CDU ao concelho de Sintra. Ponto de Encontro às 9h30, junto ao CT do Cacém (inscrições para tel. 219142336).

Juventude CDU

Coimbra

Domingo, dia 7, na Figueira da Foz III Festival de Bandas Festa do Avante 2001

Dias 13, 14 e 15 de Julho

III Acampamento

Regional da

Juventude CDU

No Parque de Campismo Municipal de Penacova

Seixal

Até 1 de Julho

Marca presença com um stand próprio, nas Festas Populares do Seixal, no Jardim do Seixal

Vila Nova de Famalicão

- Sexta-feira, dia 29, às 19h -

Apresentação pública da coordenadora da Juventude CDU, no espaço da JCP, com a deputada Margarida Botelho e os eleitos na Assembleia Municipal Carla Barbosa e Barbosa da Silva. - Sexta-feira, dia 29, às 21h30 - Conversa sobre «Toxicodependência», no Museu Bernardino Machado (R. Adriano Pinto Basto, V.N.Famalicão), com a deputada Margarida Botelho e os eleitos na Assembleia Municipal Carla Barbosa e Barbosa da Silva.

Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

Assembleia da Organização da Freguesia de Garvão

Sábado, 30, 18h30, na Sala de Sessões da Junta de Freguesia de Garvão para análise da situação política e social da freguesia e eleição da Comissão de Freguesia

Assembleia da Organização da Função Pública da ORP

Sábado, dia 30, às 15h. No CT da Boavista

Debate

Hoje, às 21h, no CT Vitória, Lisboa

«Serão os "reality shows"»

o principal problema das televisões portuguesas?»

com a participação de António Filipe,

José Garibaldi, Vítor Dias e Correia da Fonseca

LISBOA - Hoje, às 14h30, no CT Vitória - Reunião de Reformados Bancários.

- Sexta-feira, dia 29, às 19h, no CT Vitória - Jantar/Debate do Sector de Transportes, sobre «Actualidade do Projecto Comunista e a Intervenção Militante», com José Casanova.

- Sábado, dia 30, às 15h30 - Debate público sobre «Alcântara Velha», com Alexandra Gonçalves, vereadora da C.M.L. e José Godinho, presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, na colectividade «2.ª Comuna».

- Terça-feira, 3, às 18h00, no CT Vitória - Reunião do Sector da Cultura Literária do Sector Intelectual da ORL.

- Quinta-feira, 5, às 18h30 - «Casal Ventoso em debate / Que Balanço? Que futuro? - A Toxicodependência, o bairro e a cidade», na Junta de Freguesia de St. Condestável (R. Azedo Gneco, 84-2.º).

ALPIARÇA - Domingo, dia 1, às 16h - Debate sobre «Associativismo e Desenvolvimento Sócio-Cultural e Desportivo», no C.D. «Os Águias», com Alfredo Monteiro, presidente da C.M. do Seixal, e Alfredo Flores, presidente da Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio.

ALVERCA - Sábado, 30, às 17h - Inauguração do novo Centro de Trabalho, com a participação de José Neves e Armindo Miranda, da Comissão Política.

MOITA - Sábado, dia 30, às 15h - Plenário de militantes da organização de Freguesia da Moita, sobre situação política e tarefas do Partido, com Valdemar Santos.



Apresentação pública de candidatos da CDU

Com a participação de Carlos Carvalhas

CONSTÂNCIA

Terça-feira, dia 3, às 18h30

Apresentação pública do cabeça de lista da CDU

à Câmara Municipal de Constância

Na Esplanada do Zêzere, na zona ribeirinha, em Constância

COIMBRA

Sexta-feira, dia 29, 21h

A Esquerda é uma festa!

Espectáculo com a Filarmónica Lyra Barcoucense, a Paródia Popular portuguesa, «O Senhor Arcanjo» e o Humor, com Fernando Taborda

Apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos municipais do distrito de Coimbra.

No Jardim da Sereia (junto à Pr. da República)

Carlos Carvalhas intervirá às 22h30

ENTRONCAMENTO

Sexta-feira, dia 6, 21h

Apresentação pública dos candidatos CDU à Câmara e Assembleia Municipal

na sala polivalente da COPERPOR (R. Estados Unidos da América, 23)

LOURINHÃ

Sábado, dia 30, 15h

Apresentação pública dos candidatos CDU aos órgãos autárquicos do concelho Nas instalações da Sede da Junta de Freguesia da Lourinhã, com a participação de Carlos Chaparro

SETÚBAL

Hoje, dia 28, às 18h

Apresentação pública do Mandatário Concelhio e da Comissão de Apoiantes da Candidatura da CDU

na Pousada de S. Filipe, em Setúbal

MONCHIQUE

Hoje, dia 28, às 18h

Apresentação pública do candidato da CDU

à Câmara Municipal de Monchique

no 1.º andar do Café Bela Vista, Monchique

com a participação de José Neto

VILA FRANCA DE XIRA

Sábado, dia 30, às 17h30

Apresentação pública do candidato da CDU

à Assembleia Municipal de V. F. Xira

na Festa da CDU que se realiza no Jardim

Parque, Alverca,

com música popular portuguesa

VILA NOVA DA BARQUINHA

Sábado, dia 30, às 17h30

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU

à Câmara e Assembleia Municipal do concelho

no restaurante «A Palmeira», com Luísa Araújo

TORRES NOVAS

Hoje, dia 28, 18h30

Apresentação pública dos candidatos CDU

à Câmara e Assembleia Municipal

No Jardim da Avenida, junto à esplanada, com Luísa Araújo

Freguesias de AGUALVA e CACÉM

Domingo, dia 1, 17h

Apresentação pública das candidaturas da CDU às Presidências das Juntas de Freguesia de Aqualva e Cacém

no decurso da Festa Popular, com actuação musical, que se realiza

na Quinta Ribeiro de Carvalho (Quinta da Bela Vista)

com a participação de Batista Alves

Freguesia de ALDEIA DOS CHÃOS

Domingo, dia 1, 13h

Apresentação pública dos candidatos da CDU

à Assembleia de Freguesia,

durante o almoço-convívio que se realiza

na Sala de convívio da Associação de Moradores

Freguesia de CAMARATE

Sexta-feira, dia 29, 21h

Apresentação pública da candidatura CDU aos órgãos da Freguesia

Em Águias de Camarate, com a presença de Adão Barata,

candidato à Presidência da C.M. Loures

Freguesia de CARNAXIDE

Hoje, dia 28, 21h30

Apresentação pública dos candidatos da CDU

à Assembleia de Freguesia de Carnaxide

Na Associação de Moradores 18 de Maio, na Outurela/Portela

com a presença de Carlos Chaparro

Sexta-feira, dia 29, às 21h30

Na Associação Filarmónica Fraternidade Carnaxidense, Com a presença de Arnaldo Pereira, candidato à C.M. Oeiras

Freguesia de CASAL DE CAMBRA

Sábado, Dia 7, 20h

Apresentação pública do candidato da CDU

à Presidência da Junta de Freguesia de Casal de Cambra

no jantar que se realiza no restaurante Machado

(inscrições para os tel. 219802750 e 219801661)

Freguesia de Cascais

Sábado, dia 30, às 18h

Apresentação pública dos candidatos da CDU

à Assembleia de Freguesias de Cascais

no Bar do Lago do Parque Municipal Marechal Carmona

com a presença de Diniz de Almeida e José Carlos Wanzeller

candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal de Cascais

Freguesia da MINA

Sexta-feira, dia 29, 19h

Apresentação pública do candidato da CDU

à Presidência da Junta de Freguesia da Mina

No Auditório da Câmara Municipal da Amadora,

Com a presença de António Filipe, candidato à C.M. da Amadora

Freguesia de MONTE ABRAÃO

Sábado, dia 30, às 17h30

Apresentação pública do candidato da CDU

à Presidência da Junta de Freguesia do Monte Abraão

No Salão Paroquial da Igreja de Monte Abraão,

com a presença de Batista Alves

Freguesia de QUINTA DO ANJO

Sexta-feira, dia 29, 20h30

Apresentação pública do candidato da CDU

à Presidência da Junta de Freguesia

Na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo

Freguesia da REBOLEIRA

Domingo, dia 1, 15h30

Apresentação pública do candidato da CDU

à Presidência da Junta de Freguesia da Reboleira

No Centro Comunitário da Reboleira (R. Pedro del Negro, junto à Igreja),

com a presença de António Filipe, candidato à Presidência da C.M. Amadora

Freguesia de SÃO BARTOLOMEU DA SERRA

Domingo, dia 1, 13h

Apresentação pública dos candidatos da CDU

à Assembleia de Freguesia,

num almoço-convívio, com a presença de Vítor Proença,

candidato à C.M. de Santiago do Cacém

Freguesia de S. JOÃO DOS MONTES

Domingo, dia 1, 15h

Apresentação pública do candidato CDU

à Presidência da Junta de Freguesia

No Clube Recreativo dos Cotovios, com a presença de José Neves

(Há música e Poesia)

Freguesia de S. MARTINHO DE BOUGADO

Sábado, dia 30, 16h

Apresentação pública dos primeiros candidatos da CDU

à Assembleia de Freguesia

A iniciativa é antecedida de uma visita

ao Lugar da Azenha da Barca, Finzes - Cidade da Trofa,

onde se realizará a apresentação

Freguesia de UNHOS

Sábado, dia 30, 20h

Apresentação pública da candidatura CDU à Freguesia

No Café Suíço (no Casal dos Machados), com a presença de

Dantas Ferreira, vereador da C.M. Loures

Freguesia de VILA FRANCA DE XIRA

Sexta-feira, dia 29, 21h

Apresentação pública da candidatura da CDU

à Assembleia de Freguesia

No Pátio da Galache (Rua Direita)



Alvalade do Sado

Sábado, dia 30,

às 17h30

Inauguração da

Exposição sobre

A Revolução Cubana

A exposição estará patente ao

público de 30 de Junho a 6 de

Julho, entre as 20h30 e as 23h30,

no Centro de Trabalho do PCP de

Alvalade do Sado

CPPC

Hoje, às 21h,

no Hotel Roma

Debate Público

sobre

A Questão Palestiniana

Com a participação de Issam

Bisseisso, representante da

Alta Autoridade Palestiniana

em Portugal

MURPI

Sábado, 30 de Junho,

às 14h30

Grande Concentração

e Manifestação, em Lisboa

Entre a Pç.º Do Comércio

e a Rua Augusta

«Pela dignidade

a que temos direito!

Que futuro para os idosos?»

TEMPO DE ANTENA

DO PCP

Hoje, na RTP1,

a seguir ao Telejornal

ATVer

A Última Dança, do realizador Bruce Beresford (na foto), é uma incursão ao tenebroso sistema da pena de morte nos EUA



A Viagem

(Quinta-feira, 28.06.01, RTP-2)

A Viagem é um telefilme produzido pela RTP/Açores. Segundo o serviço de informações da RTP, tem por tema o regresso de um emigrante a S. Miguel, onde não só vai descobrir as suas raízes e os valores ancestrais de uma comunidade como encontrar novas perspectivas de vida. Realização de Mário Ferreira Mendes, com Alfredo Soares no principal papel.

A Última Dança

(Sexta-feira, 29.06.01, TVI)

Poderosa interpretação de **Sharon Stone** no papel de uma presidiária condenada à morte, que se apaixona, pela primeira vez na vida, pelo jovem e inexperiente advogado que a todo o transe lhe quer salvar a vida. O filme, realizado por **Bruce Beresford**, constitui-se igualmente numa incursão ao tenebroso sistema da pena de morte nos EUA. **Rob Morrow**, **Randy Quaid** e **Peter Gallagher** dão boa réplica a Sharon Stone.



Grandes Esperanças, de David Lean, é por muitos considerado a melhor adaptação cinematográfica de sempre feita ao imortal romance homónimo de Charles Dickens

Lolita

(Sábado, 30.06.01, SIC)

Adrian Lyne firmou-se como cineasta de sucesso com temas eróticos ou, se se preferir, em temas onde o sexo e a sexualidade presidem à mesa do espectáculo (são delé *Nove Semanas e Meia*, *Atracção Fatal* e *Proposta Indecente*). Continuando na mesma temática, faz aqui um *remake* de algum risco (cinematograficamente falando) ao regressar a uma história já contada em 1962, nem mais nem menos, que pelo mestre Stanley Kubrick que, ainda por cima, realizou este filme baseado no romance homónimo de Nabokov e contando com a colaboração do próprio autor na escrita do guião. Recorde-se que o *Lolita*/romance já fora, ele mesmo, um escândalo ao afrontar o puritanismo da sociedade norte-americana através de uma ficção que põe a nu a sua hipocrisia cerzada de moralismos e repressão sexual. Apesar da elegante e quase elíptica dramatização da obra feita por Kubrick, contando a tragédia de um professor desviado de paixão por uma adolescente (*Lolita*) ao ponto de o levar ao assassinio e à própria morte, o filme foi ferozmente censurado e perseguido nos EUA. **Adrian Lyne**, em 1997, apresentou esta versão menos *soft* (digamos assim) e servida por excelentes desempenhos de **Jeremy Irons**, **Dominique Swain** (uma revelação no papel de *Lolita*), **Melanie Griffith** e **Frank Langella**, o que não o livrou de nova ofensiva moralista contra o filme, nos EUA...

Ao Sul

(Sábado, 30.06.01, RTP-2)

Fernando Matos Silva, com **Ao Sul**, realiza em 1993 mais uma incursão pela memória recente de Portugal, com destaque para a guerra colonial, tema já recorrente na sua filmografia, embora com abordagens diferentes (caso de

O Mal Amado ou de Acto dos Feitos da Guiné). Aqui, tudo gira em torno de um homem que regressa a Portugal 20 anos depois de se ter ausentado nos anos 70, com o objectivo de se radicar na sua terra natal, no Alentejo, descobrindo um país transformado e em transformação, que o confronta tanto com o passado como com o presente. Interpretações de **António Solmer**, **Manuel Cavaco**, **Luísa Cruz**, **Fátima Belo**, **Miguel Guilherme**, **Filipe Ferrer** e **Márcia Breia**.

Dossier Pelicano

(Domingo, 01.07.01, TVI)

Engenhoso thriller tendo por tema uma conspiração ao mais alto nível na política dos EUA, detectada inadvertidamente por uma estudante de Direito (**Julia Roberts**) que, por isso mesmo, é vítima de uma perseguição mortal, sendo ajudada por um jornalista de prestígio (**Denzel Washington**)

Homem Demolidor

(Terça-feira, 03.07.01, TVI)

Partindo de uma base ficcional interessante (perseguição policial a um criminoso com «saltos no tempo»), este **Homem Demolidor** foi reduzido a um grosseiro espectáculo de pancadaria feito à medida de **Silvester Stallone**, ele próprio uma personagem da brutalidade erigida em elemento dramático. Apesar dos efeitos especiais (o único trunfo do filme), o cabotinismo de Stallone é mais uma vez confrangedor, nomeadamente no confronto com **Wesley Snipes** que, a seu lado e por comparação, parece um mestre de Talma...

Grandes Esperanças

(Quarta-feira, 04.07.01, RTP-2)

Grandes Esperanças, realizado por **David Lean** em 1946, é por muitos considerado como um dos seus filmes mais exemplares e a melhor das muitas adaptações ao cinema feitas a esta famosíssima obra do escritor britânico Charles Dickens, onde sobressai a maestria de Lean nas reconstituições de época e o seu particular talento para criar atmosferas românticas (não esquecer que ele é o autor de filmes como *Lawrence da Arábia* ou *Dr. Jivago*), construindo um filme de grande beleza plástica (aliás, merecedor de dois óscares, um pela fotografia e outro pela direcção artística).

Dossier Pelicano, um engenhoso thriller à volta de uma conspiração política, com **Julia Roberts** e **Denzel Washington**



Quinta, 28

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra-Cabeças
19.30 Regiões-Local
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.55 Benny Hill
22.30 Elsa
23.00 Grande Informação
00.00 «Coração Quebrado»
01.35 24 Horas
01.55 RTP Economia
02.05 A Tumba dos Mortos Vivos

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Terra Nossa
13.00 Loja do Cidadão
14.00 O Tal Canal
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Escândalos
20.20 Viver no Campo
20.40 2010
21.45 RTP Economia
22.00 Acontece
22.20 Remate
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «A Viagem» (Ver destaque)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem

Sexta, 29

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima
19.30 Regiões-Local
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.55 Benny Hill
22.30 Turnos de Risco
23.10 Histórias da Noite
00.40 Filme
01.10 24 Horas
01.30 RTP Economia
01.40 «Deserto Azul»

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 O Sonho de Voar
13.00 Livres e Iguais
14.00 O Tal Canal
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Escândalos
20.20 Viver no Campo
20.50 Personagens
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
00.00 Um Café no Majestic
00.30 Jazz a Preto e Branco
01.30 «Atenção à Direita»

▼ SIC

08.30 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 «A Próxima Vítima»



Herman SIC – ainda com alguma graça

16.00 New Wave
16.45 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação
22.00 O Bar da TV
22.30 Porto dos Milagres
23.30 O Bar da TV
00.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.15 Aquanauts
09.30 Animação
11.30 Mulheres de A a Zé
12.15 Big Estrelas
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.45 Chiquititas
15.45 Batatoon
18.30 Mulheres de A a Zé
19.15 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Estrelas
23.00 Kickboxer IV
01.00 Última Edição
01.50 Linc's
02.20 Rescue 77

15.00 A Viagem
16.00 New Wave
16.45 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.15 Malucos do Riso
22.00 Porto dos Milagres
23.20 O Bar da TV
00.00 Noites Marcianas
02.00 Cinemania
02.30 «Linha Vermelha»
05.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.15 Aquanauts
09.45 Animação
11.30 Mulheres de A a Zé
12.15 Big Estrelas
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.45 Chiquititas
15.45 Batatoon
18.30 Olhó Video
19.15 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Estrelas
00.00 Última Edição
00.50 «A Última Dança» (Ver destaque)
02.50 Linc's
03.20 Rescue 77



Malucos – há quem se ria Sábado, 30

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
11.55 Automobilismo
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.25 Scarlett
17.15 «Código: Jazz»
19.00 Alves dos Reis
20.00 Telejornal
21.05 Estação da Minha Vida
22.00 Sábado à Noite
23.30 Lei Marcial
00.25 24 Horas
00.45 Máquinas
01.20 «Relação Perversa»

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 «Ao Sul» (Ver destaque)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.40 «Pumpkinhead»
03.25 Loja do Cidadão

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-Ihe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.10 «Pequenos Rebeldes»
16.40 «Na China Comem Cães»
19.10 Mundo Vip
20.00 Jornal da Noite
21.20 Malucos do Riso
22.20 Herman Sic
00.30 «Lolita» (Ver destaque)
03.10 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
10.45 Top Rock
11.30 Big Estrelas
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.30 4ª a Fundo
14.45 Big Estrelas
15.45 Caras Lindas
17.00 «Super Cop A Fúria do Relâmpago»
19.00 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Mulheres de A a Zé
22.45 Big Estrelas
23.45 Lux
00.35 «Presna na Rede»

Domingo, 1

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Jornal da Tarde
12.50 Automobilismo
14.55 Made in Portugal
16.15 «O Corcunda»
19.00 Alves dos Reis
20.00 Telejornal
21.10 Estação da Minha Vida
22.05 Jag - Em Nome da Justiça
23.00 O Rosto da Notícia
00.10 Teledependentes
00.45 «Estrada Perdida»
03.55 24 Horas
04.15 Ciclismo

▼RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.15 Horizontes da Memória
11.45 Mayday
12.30 Palácio de Cristal
13.30 Quem Sai Aos Seus
14.00 Os Animais e os seus Homens (Documentário)
15.00 Desporto 2
18.30 Guerra das Moseas (Documentário)
19.30 Balzac
20.30 Onda Curta
21.00 Simpsons
21.30 Artes e Letras
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «Labirintos de Paixão»

▼SIC

07.00 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.30 Popstars
15.00 Primeiro Balcão
17.00 Chiado Terrasse
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 O Bar da TV
00.00 Maiores de 17
02.30 Portugal Radical

▼TVI

08.00 Animação
10.15 Big Estrelas
11.15 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Dawson's Creek
13.30 Big Estrelas
15.00 «Camila»
17.00 «Armadilha em Alta Velocidade»
19.00 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Estrelas
22.00 Super Pai
23.00 Olhos de Água
00.00 «O Dossier Pelicano» (Ver destaque)
02.00 «Backbeat - Geração Inquieta»



«Quebra Cabeças» - da meteorologia aos concursos

Segunda, 2

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima
19.40 Regiões-Local
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.55 Sorte Grande
23.00 Luís de Matos ao Vivo
00.30 24 Horas
01.00 «Vacas Loucas»

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 «Uma Mulher do Outro Mundo»
15.40 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 Cidade Louca
18.00 3.º Calhau a Contar do Sol
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Hugo, o Regresso
20.00 Viver no Campo
20.25 Sabrina
20.50 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Snoops
00.00 Artes de Palco - Teatro - «O Estado da Nação»
01.00 Andamentos

▼SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.00 New Wave
16.45 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite

Terça, 3

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima
19.30 Regiões-Local
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.55 Crime Perfeito
23.00 Sem Filtro
00.30 24 Horas
01.00 Bandas Fabulosas
01.45 Top Video

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 «Breve Encontro»
15.40 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 A Cidade Louca
18.00 3.º Calhau a Contar do Sol
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Hugo, o Regresso
20.00 Viver no Campo
21.00 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
00.00 «A Eternidade e um Dia»
02.20 Rotações

▼SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.00 New Wave
16.45 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.00 Porto dos Milagres

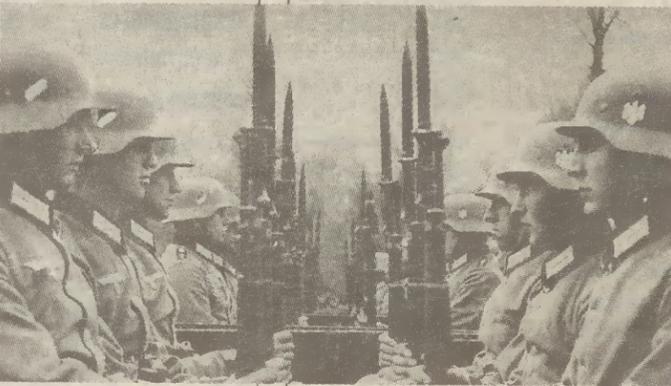
Quarta, 4

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima
19.40 Regiões-Local
20.00 Telejornal
21.00 Bar da Liga
21.05 Bastidores
21.55 Bemmy Hill
22.30 «O Culpado»
00.10 Maiores de 20
00.40 24 Horas
01.10 Ciclismo

▼RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 «Grandes Esperanças» (Ver destaque)
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 Cidade Louca
18.30 Informação Religiosa



19.00 Planeta Azul
19.30 Hugo, o Regresso
20.00 Viver no Campo
20.50 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Departamento de Homicídios
00.00 Sinais do Tempo
01.00 O Reino

▼SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.00 New Wave
16.45 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu

TVisto

• Correia da Fonseca

O sono e os monstros

Uma destas manhãs, ouvi na Antena 2, num dos programas de rádio que me esforço por não perder, que na Alemanha dos anos 20, quando o então jovem Adolfo e os que na sombra lhe davam bênção e ajuda preparavam o regime que na década seguinte assolaria a

desobediência civil mas à desobediência militar. Admito que algum mais precavido faça disto, e de alguma coisa mais, uma leitura pessimista e entenda que estes fenómenos de algum modo convergentes consubstanciam uma situação pré-fascista. Eu, porém, não sou precavido, e não há-de ser por achar que de anos de fascismo já tive a minha conta. O que não me impede, nem só um bocadinho, de achar que a TV anda a dar antena de mais aos irracionaisismos vários e pouca ou nenhuma ao racionalismo. Desde que me lembro, ou quase, anda comigo uma frase de Goya, que nem sequer era militante do partido comunista local: «o sonho da razão faz nascer monstros». Cito de cor, a frase está num dos seus espantosos desenhos, quem quiser ir lê-la ao certo só tem a ganhar com isso.

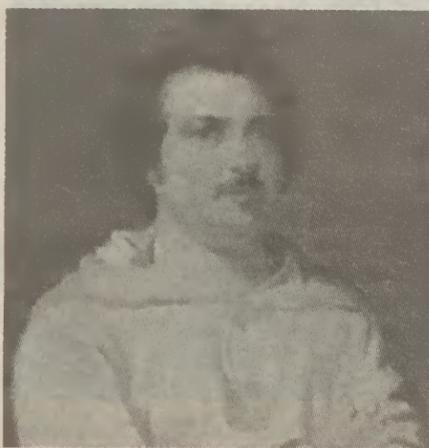
De homem excelente a «santinho»

Europa, ocorreu um grande «boom» de práticas da área do ocultismo, de esoterismos vários, de irracionaisismos diversos, onde o nazismo haveria de mergulhar alguns dos seus ritos e que, sem dúvida, na medida em que contribuam para a desvalorização do racionalismo e seus derivados na cultura das gentes, facilitavam o criminoso desvario que se aproximava do poder. Não digo, é claro, que o autor do programa, Joel Costa, escolheu este tema como uma espécie de parábola motivada pela actual circunstância portuguesa. Digo, porém, que o programa levou a que eu próprio me lembrasse da enorme expansão que as práticas de bruxaria em todos os seus numerosos ramos está a conhecer em Portugal. A lembrar-me, de um modo compreensivelmente especial, do acolhimento que essa especifica vertente da ignorância iludida ou convencida, conforme os casos, está a ter na televisão portuguesa.

Ora, entre toda a promoção de bruxarias e afins a que a TV gostosamente se entrega, avulta o programa «Fenómeno», da responsabilidade dessa estrela em irresistível ascensão que é Luís Osório. Como muitos outros programas, o mais característico do «Fenómeno», e também o que mais repetidamente nos é impingido, é o genérico inicial. A gente vê aquilo e fica sem margem para dúvidas: há mesmo fantasmas, espíritos, coisas terríveis e sinistras quando não macabras, que logo reforçam a eficácia da sementeira de irracionaisismos que por aí anda a ser lançada às mãos fartas. E muito bem, que isto da Razão só tem dado perturbações e arelias da Revolução Francesa para cá, com destaque para as falhadas, é claro!, tentativas de implementação de sociedades justas, cousa de que os sensatíssimos fantasmas não se ocupam. Depois, cada emissão de «Fenómeno» aborda mais temas, sempre a puxar para o outro mundo. O mais recente foi o do médico Sousa Martins, que ganhou fama de santinho milagreiro, uma espécie de Padre Cruz laico. Ouvido entre outros, Júlio Graça, que é director da Casa Museu Dr. Sousa Martins, em Alhandra (e também escritor, mas «Fenómeno» esqueceu-se de o identificar como tal, pois não posso acreditar que o ignore), acha que não, que Sousa Martins foi um ótimo médico e um homem excelente, amigo dos trabalhadores e dos pobres, mas não um santo, nem sequer muito religioso. Porém, como é sabido, o culto irracional de «São» Sousa Martins já criou raízes, e o final do programa deixou claramente a sugestão de que plenamente se justifica. Para a semana, haverá mais «Fenómeno». De qualquer modo, outros momentos das TV's prosseguirão também a promoção criptopublicitária de credices várias e sortidas. E eu fico a pensar em Goya e nos possíveis monstros do nosso tempo.

Uma frase de Goya

Voltemos um pouquinho atrás: será que ando a desconfiar que o fascismo pode voltar um dia destes? Entendamo-nos: nem pensar, ora essa; até porque fardas vistosas, braçadeiras, braços estendidos e outros pitorescos folclores afins, estão totalmente datados e fora de moda. É certo que, um dia destes assisti a qualquer coisa que nunca vira durante a minha vida, que já não é curta: os senhores bispos a apelarem em Nota Episcopal, portanto solenemente, à desobediência civil. Também é certo que, noutro destes dias, assisti a outro acontecimento que nunca vira: um quartelão de empresários da pesada a reclamarem em documento público (e não já em manobra privada) a queda do governo, não decerto para que o seguinte defenda melhor os trabalhadores. Por sinal também é verdade que pela primeira vez vi e ouvi um senhor bispo, até um dos que me são mais simpáticos, não desfazendo, apelar na televisão não à



Balzac - o primeiro episódio, na semana passada, dá algumas razões para se continuar a apreciar esta série francesa sobre um escritor fundamental interpretado por um actor fabuloso



21.15 Malucos do Riso
22.00 Porto dos Milagres
23.30 O Bar da TV
00.00 Filme
02.00 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Tiro e Queda
09.15 Aquanauts
09.45 Animação
11.45 Olhó Vídeo
12.45 Big Estrelas
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.45 Chiquititas
15.45 Batatoon
18.30 Olhó Vídeo
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.00 Crianças S.O.S.
22.00 Olhos de Água
23.00 Duros e Perigosos
01.10 Desafio Total
02.10 Strange World

23.30 O Bar da TV
00.00 Filme
02.30 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Tiro e Queda
09.15 Aquanauts
09.45 Animação
11.45 Olhó Vídeo
12.15 Bora lá Marina
13.00 TVI Jornal
14.00 112
14.45 Chiquititas
15.45 Batatoon
18.15 Olhó Vídeo
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.00 Bora Lá Marina
22.00 Olhos de Água
23.00 «Homem Demolidor» (Ver destaque)
01.00 Ally McBeal
02.00 Última Edição
02.10 Line's
02.40 Rescue 77

19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.15 Porto dos Milagres
22.30 O Bar da TV
00.00 Filme
02.00 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Tiro e Queda
09.15 Aquanauts
09.45 Animação
11.45 Olhó Vídeo
12.15 Bora lá Marina
13.00 TVI Jornal
14.00 112
14.45 Chiquititas
15.45 Batatoon
18.15 Olhó Vídeo
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.00 Entre Marido e Mulher
22.00 Olhos de Água
22.30 Tie Tac Milionário
22.45 Olhos de Água
23.00 «A Secretária»
01.00 Última Edição
01.10 Line's
01.40 Rescue 77

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Despejados

Nestes sete anos que já lá vão de exercício do poder pelo PS de António Guterres, que mudou em Portugal?

Nada, e várias coisas.

Nada, se nos ativermos à substância desse exercício do poder.

Tal como o PSD de Cavaco Silva, o PS de António Guterres tem-se limitado a servir os interesses dos grandes grupos económicos e a velar, através da autoridade do Estado, para que a concentração da riqueza nas mãos de empresários e financeiros se continue a processar com tranquilidade.

Nem vale a pena dar-mo-nos ao trabalho de invocar números oficiais do INE ou de qualquer organismo público que regularmente faz as contas da realidade económica do país, através de estatísticas e recenseamentos que o funcionamento do Estado exige.

Basta folhearmos revistas tipo «Fortuna» - onde a vaidade e o exibicionismo dos novos e velhos ricos falam mais alto que a prudência e o recato - para termos a certeza, pela ponta emersa assim despidoradamente exibida, que o país foi abalroado por um monstruoso icebergue.

O exemplo de Belmiro de Azevedo é paradigmático: segundo o último «balanço» da referida revista, a fortuna pessoal deste novo rico ascende actualmente a 450 milhões de contos (mais milhão, menos milhão). Estamos a falar de um homem que, ao tempo do 25 de Abril, apenas apresentava de seu um casamento numa família de banqueiros, uma ambição desmedida e, ao que constou em revistas da época, uma quase traumática obsessão em ser aceite nos clubes privados da «aristocracia portuense» que, apesar de geralmente pindérica, nunca gostou de se misturar com patos bravos.

Provavelmente, agora já lhe faz vénias e salamaleques: se nem a maioria dos deputados da nação se escusa actualmente a isso, não será uma aristocrática espinha que aguentará, sem dobrar, o considerável peso dos 450 milhões de contos do engenheiro Belmiro.

Quanto às fortunas com patine - que é como quem diz os capitalistas que o fascismo serviu - basta recordar o trajecto de António Champallimaud: apesar de foragido no Brasil após a Revolução dos Cravos, com Cavaco e Guterres não apenas recuperou todo o império económico e financeiro como o expandiu ao ponto de alardear, hoje, uma fortuna pessoal de várias centenas de milhões de contos - algo que, com Salazar e Caetano, nem se atreveria a sonhar...

Mais coisas, de essencial, que em nada mudaram de Cavaco para Guterres foi o aperreamento organizado dos direitos dos trabalhadores a partir da governação, o desprezo pelos interesses do povo em geral, a sujeição, em crescendo, do próprio país aos ditames dos poderosos, tanto domésticos como da União Europeia e a utilização do aparelho de Estado como mercado abastecedor de «jobs for the boys».

Mas, nestes sete anos que já lá vão de exercício do poder pelo PS de António Guterres, houve também coisas que mudaram em Portugal.

As mais conhecidas - sobretudo porque o próprio Guterres nelas tem fundamentado o seu discurso político - são «o diálogo» e «a paixão».

Enquanto Cavaco fazia o serviço com autoritarismo e em nome da autoridade, Guterres faz o mesmo com «diálogo» e em nome da «paixão».

As mudanças menos evidentes têm a ver com a velocidade.

Na verdade, os Governos do PS chefiados por António Guterres têm-se distinguido dos de Cavaco Silva pela muito maior rapidez com que têm entregue aos capitalistas e aos interesses organizados, de mão beijada, não apenas o que restava de património público mas, também, de poder regulador do Estado na defesa do mais estrito interesse nacional.

Daí a maior rapidez com que já estão a ser «despejados» por quem tão sofregamente serviram.

Acidentes de trabalho em projecto do PCP

PS não quis reparar injustiças

As baixas pensões por acidentes de trabalho ou doenças profissionais não incomodam o Governo. Entre o interesse das pessoas e o interesse das seguradoras, não hesita em pôr-se ao lado destas últimas. Mesmo que isso seja fortemente lesivo dos trabalhadores.

Esta opção do Executivo PS voltou a ser patenteada, antontem, no Parlamento. Ao inviabilizar, com os seus votos contra (PSD e CDS abstiveram-se e as restantes bancadas votaram favoravelmente), um projecto de lei do PCP que visava reparar verdadeiras injustiças da legislação sobre o infortúnio laboral, o Governo demonstrou uma vez mais que a sensibilidade social por si apregoadada não passa de uma flor de retórica para compor o discurso.

Para a bancada comunista, no essencial, tratava-se de proceder à revalorização das pensões, ao aumento do capital de

remição e à melhoria de outras prestações. Isto porque, do seu ponto de vista, como explicou a deputada Odete Santos, a lei aprovada em 1997 não só não fez justiça às vítimas por acidentes laborais ou doenças profissionais como chegou mesmo a retirar direitos, de que é exemplo a supressão do direito ao 13.º mês que nem a regulamentação veio estabelecer.

Daí as medidas preconizadas pela bancada comunista no sentido da actualização das pensões degradadas resultantes de acidentes ocorridos antes da entrada em vigor do novo regime legal, em Outubro

de 1999, bem como das pensões correspondentes a incapacidades permanentes inferiores a 30 por cento, e, bem assim, das pensões por incapacidades permanentes iguais ou superiores àquela percentagem.

A reparação das actuais injustiças que caracterizam o novo regime de reparação dos acidentes de trabalho constitui assim um imperativo social, no entender do PCP, enquanto não se proceder a uma reforma de fundo, que, em sua opinião, passará pela transferência daquela reparação para a Segurança Social.

Esse é o caminho, defendeu Odete Santos, que demonstrou que a revalorização das pensões e o aumento do valor da remição, no caso das doenças profissionais, em nada afecta o orçamento da Segurança Social.

Actualmente, como assinou no debate a deputada do PCP, o ramo acidentes de trabalho é um negócio altamente lucrativo para as seguradoras,

tendo, segundo dados oficiais, registado nos primeiros dez meses de 2000 um crescimento de 32,5 por cento, isto é, passou de uma produção de 81,4 milhões de contos para cerca de 108 milhões. E o mais grave é que «continua a ser mais barato - para os empregadores e para as seguradoras - reparar do que prevenir». Devido precisamente à ineficácia de uma política de prevenção.

Recorde-se que o nosso País continua a ser o que na União Europeia ocupa um lugar cimeiro em termos de sinistralidade laboral, ocorrendo, em média, a morte de um trabalhador por dia. Para esta dramática realidade concorrem, sobretudo, como lembrou Odete Santos, a ausência de uma política consequente de prevenção, a par da precarização do trabalho, do trabalho repetitivo e dos ritmos cada vez mais exigentes e brutais, ou seja, «a submissão do trabalho à máquina».

Sai mais barato aos empregadores e seguradoras reparar do que prevenir

Polícias exigem sindicato

Milhares de profissionais da PSP concentraram-se na tarde de terça-feira na Praça dos Restauradores, de onde partiram em desfile para a Assembleia da República, com passagem pelo Ministério da Administração Interna.

Esta acção - que se realizou no final de um Encontro Nacional de Polícias a que presidiu o secretário-geral do Conselho Europeu dos Sindicatos de Polícia - destinou-se a mostrar o desagrado dos profissionais da PSP pela falta de resposta do Governo às suas reivindicações, nomeadamente o direito de constituírem sindicato. A Associação Sócio-Profissional da Polícia reivindica ainda um novo sistema de escalões, a criação de um seguro de acidentes pessoais, a resolução da situação financeira do Serviço de Assistência na Doença, a alteração do regulamento disciplinar, o pagamento de horas extra e um mais justo suplemento de turno e piquete, um código deontológico, ajustamentos no sistema retributivo e nos escalões, um horário normal de 35 horas semanais e outras questões, sintetizadas num documento enviado ao MAI em Fevereiro.

Alberto Torres, presidente da ASPP, afirmou que, se o debate sindical não for agendado na Assembleia da República, a associação avançará para uma assembleia constituinte descentralizada, a decorrer no interior das esquadras, para aprovar a constituição do sindicato.

Conforlimpa

Trabalhadoras da Conforlimpa, que prestam serviço de limpeza no Instituto Portu-



Activistas e sócios da ASPP, vindos de todo o País, a que se juntaram outros polícias e alguns representantes de estruturas solidárias, manifestaram-se antontem nas ruas de Lisboa

guês de Oncologia do Porto, concentraram-se, terça-feira, na Praça Marquês de Pombal, exigindo que a empresa cumpra os compromissos que assumiu em Dezembro 1998. A empresa assinou com o STAD/CGTP um acordo que previa o pagamento de um subsídio de transporte, no valor do passe social, e de um subsídio de risco, de cerca de 2600 escudos, a partir de Janeiro de 2001. Contudo a Conforlimpa não concretizou os seus compromissos e recusa-se a dialogar.

A par da manifestação, as trabalhadoras cumpriam o segundo dia consecutivo de greve, com uma adesão de mais de 90 por cento. Esta é já a terceira paralisação desde o início do ano.

Educadores

A adesão à greve, antontem, dos educadores de

infância dos estabelecimentos públicos rondou os 80 por cento, segundo estimativas da Federação Nacional dos Professores. A paralisação (ver pág. 18) destinou-se a exigir a aplicação do mesmo calendário escolar que vigora para os restantes

níveis de ensino, por forma a que tenham as mesmas interrupções lectivas no Natal, Carnaval, Páscoa e Verão, consideradas pela Fenprof como «indispensáveis para assegurar a qualidade pedagógica dos jardins de infância».

Reformados sábado em Lisboa

O Murpi - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, e a Inter-Reformados levam a cabo sábado, a partir das 14.30, na Praça do Comércio, junto à Rua Augusta, uma concentração exigindo um aumento intercalar das pensões que, já de si muito baixas, estão a ser desvalorizadas pelo crescimento da inflação. Os reformados vão

igualmente exigir um serviço nacional de saúde universal e gratuito, mais justiça social e o reconhecimento do Murpi como parceiro social.

